



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Anna Cecilia da Costa Silva

**Mudar de casa, mudar de escola? A remoção da Comunidade Teixeira
Mendes a partir do CIEP Municipalizado 097 - Carlos Chagas,
Duque de Caxias**

Duque de Caxias

2021

Anna Cecilia da Costa Silva

**Mudar de casa, mudar de escola? A remoção da Comunidade Teixeira Mendes a partir
do CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas, Duque de Caxias**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção ao título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, cultura e comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Leticia de Luna Freire

Duque de Caxias

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

S237 Tese	Silva, Anna Cecília da Costa Mudar de casa, mudar de escola? A remoção da Comunidade Teixeira Mendes a partir do CIEP Municipalizado 097 - Carlos Chagas, Duque de Caxias / Anna Cecília da Costa Silva - 2021. 142 f. Orientadora: Leticia de Luna Freire Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1. Remoção (Habitação) – Duque de Caxias (RJ) - Teses. 2. Sociologia urbana - Teses. I. Freire, Leticia Luna. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título. CDU 301.185.2
--------------	--

Bibliotecária: Lucia Andrade – CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Anna Cecilia da Costa Silva

**Mudar de casa, mudar de escola? A remoção da Comunidade Teixeira Mendes a partir
do CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas, Duque de Caxias**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-
Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em
Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Área de concentração: Educação, cultura
e comunicação.

Data de aprovação: 26 de julho de 2021

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Leticia de Luna Freire (Orientadora)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof.^a Dra. Neiva Vieira Cunha- UERJ
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof.^a Dra. Juliana Maddalena Trifilio Dias.
Universidade Federal de Juiz de Fora.

Prof.^a Dra. Lucia Rabello de Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Duque de Caxias

2021

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dra. Leticia de Luna Freire, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação. Obrigada por todas as intervenções que sempre me auxiliaram e ao mesmo tempo me deixaram livre para escolher meus caminhos de pesquisa.

À Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) que me ofereceu a infraestrutura necessária.

Aos professores das diversas disciplinas do PPGECC que compartilharam seus conhecimentos com dedicação.

Aos colegas da turma de 2019, que se mostraram acolhedores e solícitos ao longo de todo o curso de pós-graduação.

Aos colegas do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (NUPEC) que acompanharam e apoiaram esta pesquisa desde o início.

À equipe do CIEP Municipalizado 097 - Carlos Chagas, que deu todo o suporte necessário à condução da pesquisa na unidade escolar, além de fornecer valiosas contribuições na participação em entrevistas. Agradeço especialmente à diretora Marli Viana, à diretora adjunta Flávia Almeida, à inspetora Vera Lúcia Dias e ao professor Alexandre Marques.

Aos entrevistados, que dedicaram parte do seu tempo para falar sobre a história da comunidade Teixeira Mendes e seu processo de remoção, em especial à moradora, professora e pesquisadora Marlúcia Santos de Souza, que forneceu um material riquíssimo para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos familiares que compreenderam minha ausência em determinados momentos e que me deram todo o apoio para prosseguir e superar as dificuldades.

Ao meu companheiro, Jorge Armando Sampaio, por todo amor, carinho, compreensão e apoio em tantos momentos difíceis desta caminhada.

À minha filha Fernanda Silva Sampaio, que renunciou a horas de brincadeira e lazer com a mãe que se via envolvida no trabalho de pesquisa.

Aos meus queridos alunos, que compartilharam comigo suas experiências de vida e tornaram possível a realização desse trabalho de pesquisa.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

SILVA, Anna C. da Costa. 2021. *Mudar de casa, mudar de escola?* A remoção da Comunidade Teixeira Mendes a partir do CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas, Duque de Caxias. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.

Este trabalho faz uma análise sobre o processo de remoção da Comunidade Teixeira Mendes, localizada no município de Duque de Caxias (Estado do Rio de Janeiro), com foco na perspectiva dos alunos matriculados no CIEP Municipalizado 097 - Carlos Chagas. Inicialmente é realizado um resumo histórico dos processos de remoção ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, a fim de perceber como as práticas do passado guardam profundas semelhanças com as contemporâneas, inclusive as realizadas na Baixada Fluminense. Em seguida, contextualiza-se o caso da Comunidade Teixeira Mendes, mostrando que sua remoção era inicialmente vinculada a obras planejadas dentro de uma perspectiva ambiental (Projeto Iguaçu), mas acabou seguindo outros rumos, formando um imbróglia político, que culminou em um processo bastante nebuloso de relocação dos removidos em dois conjuntos habitacionais no município. A metodologia empregada para resgatar a história da comunidade e de seu processo de extinção baseou-se na realização de entrevistas com moradores e na análise de reportagens e materiais audiovisuais sobre o tema. Por último, o trabalho dedica-se a compreender esse processo de remoção da perspectiva dos alunos do CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas, localizado na entrada da comunidade. Para tanto, realizaram-se oficinas com removidos e não removidos de 12 a 17 anos, nas quais eles foram convidados a expor seus sentimentos e opiniões através da redação de cartas. Através destas oficinas, foi possível compreender variados aspectos de sua percepção acerca desse processo de remoção e dos impactos sobre sua vida escolar, além de incentivá-los a desenvolver um olhar crítico sobre a realidade que os cerca. Essa pesquisa constatou a importância de ouvir crianças e adolescentes em relação às transformações urbanas que impactam diretamente suas vidas, bem como a necessidade de políticas públicas efetivamente comprometidas em relacionar a mobilidade urbana, a moradia e a educação como três pilares fundamentais que afetam diretamente a qualidade de vida e a experiência escolar.

Palavras-chave: Remoção. Comunidade Teixeira Mendes. Adolescentes. CIEP Municipalizado 097-Carlos Chagas.

ABSTRACT

SILVA, Anna C. da Costa. 2021. *Changing house, changing school?* The eviction of the Teixeira Mendes *favela* from the CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas, Duque de Caxias. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2021.

This paper analyzes the removal process in the Teixeira Mendes Community, located in the municipality of Duque de Caxias (State of Rio de Janeiro), focusing on the perspective of students enrolled in the Municipalized CIEP 097 - Carlos Chagas. Initially, a historical summary of the removal processes that took place in the city of Rio de Janeiro is carried out, in order to understand how past practices bear deep similarities with contemporary ones, including those carried out in the Baixada Fluminense. Then, the case of the Teixeira Mendes Community is contextualized, showing that its removal was initially linked to works planned within an environmental perspective (Iguaçu Project), but ended up following other paths, forming a political imbroglio, which culminated in a very process. nebulous relocation of the evictees in two housing projects in the municipality. The methodology used to rescue the history of the community and its extinction process was based on interviews with residents and the analysis of reports and audiovisual materials on the subject. Finally, the work is dedicated to understanding this removal process from the perspective of students from the Municipalized CIEP 097- Carlos Chagas, located at the entrance to the community. To this end, workshops were held with those removed and not removed from 12 to 17 years old, in which they were invited to express their feelings and opinions by writing letters. Through these workshops, it was possible to understand various aspects of their perception about this removal process and the impacts on their school life, in addition to encouraging them to develop a critical look at the reality that surrounds them. This research found the importance of listening to children and adolescents in relation to urban transformations that directly impact their lives, as well as the need for public policies effectively committed to relating urban mobility, housing and education as three fundamental pillars that directly affect quality of life and the school experience.

Keywords: Eviction. Teixeira Mendes *favela*. Teenagers. CIEP Municipalizado 097-Carlos Chagas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1	Associação de moradores da Comunidade Teixeira Mendes.....	54
Foto 2	Imagens da remoção das construções da Comunidade Teixeira Mendes.....	57
Foto 3	Obras do Parque Linear.....	70
Foto 4	Parque Linear e a construção do dique às margens do rio.....	71
Foto 5	Parte da Comunidade do Parque da Liberdade que ainda se encontra à margem do rio Sarapuí. Os morros ao fundo serão utilizados como aterro na construção da Interbaixada.....	71
Foto 6	Viaduto do Gramacho.....	72
Foto 7	Inauguração do viaduto do Gramacho.....	73
Foto 8	<i>Outdoor</i> colocado em frente ao CIEP Carlos Chagas.....	90
Foto 9	CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas.....	95
Foto 10	Diário de classe.....	101
Foto 11	Condomínio São Bento.....	103
Foto 12	Residencial Volterra localizado no bairro São José.....	103
Foto 13	Funcionamento do CIEP durante a pandemia.....	111
Fotografia		
Aérea 1	Bairro Vila Sarapuí, destaque para área da Comunidade Teixeira Mendes.....	48
Fotografia		
Aérea 2	Comunidade Teixeira Mendes.....	49
Mapa 1	Localização do Município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro.....	48
Mapa 2	Trajetos entre o condomínio São Bento (Residencial Bolonha) e o CIEP 097- Carlos Chagas.....	102
Mapa 3	Trajetos entre o condomínio São José (Residencial Volterra) e o CIEP 097- Carlos Chagas.....	102
Tabela 1	Déficit habitacional da região sudeste por UF e regiões metropolitanas.....	10
Tabela 2	População residente total e em aglomerados subnormais em municípios selecionados da região metropolitana do Rio de Janeiro.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
APA	Área de Proteção Ambiental
BNH	Banco Nacional de Habitação
BR	Rodovia Federal
CEARJ	Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
CEF	Caixa Econômica Federal
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
CHISAM	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio
COHAB-GB	Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara
Coppe UFRJ	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CPF	Cadastro Nacional de Pessoa Física
DIREI	Diretoria de Estatística e Informações
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEBEF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FJP	Fundação João Pinheiro
FNM	Fábrica Nacional de Motores
Feuduc	Fundação Educacional Duque de Caxias
IAP's	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inea	Instituto Estadual do Ambiente
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MPF	Ministério Público Federal
MLB	Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas
NUPEC	Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG's	Organização Não Governamental

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
Reduc	Refinaria Duque de Caxias
RGI	Registro Geral de Imóveis
SAMDU	Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência
SEOP	Secretaria de Ordem Pública
Serla	Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
TCU	Tribunal de Contas da União
UEDC	União dos Estudantes de Duque de Caxias
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	10
1	AS REMOÇÕES DE FAVELAS COMO OBJETO DE ESTUDO	21
1.1	Uma apreciação sobre a remoção de favelas no Rio de Janeiro.....	22
1.2	Uma apreciação sobre a remoção de favelas em Duque de Caxias.....	38
1.3	Compreender a dinâmica urbana na perspectiva das crianças e adolescentes ..	41
2	A REMOÇÃO DA COMUNIDADE TEIXEIRA MENDES	47
2.1	A comunidade Teixeira Mendes.....	47
2.2	O processo de remoção da comunidade.....	54
3	OS IMPACTOS DA REMOÇÃO NA VIDA DOS ALUNOS DO CIEP MUNICIPALIZADO-097 CARLOS CHAGAS	94
3.1	CIEP Municipalizado- 097 Carlos Chagas	94
3.2	Ser professora, ser pesquisadora.....	98
3.3	Mudar de casa, mudar de escola?.....	100
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
	REFERÊNCIAS	134

INTRODUÇÃO

A questão habitacional é um problema que afeta grande parte da população das cidades. Segundo dados da Fundação João Pinheiro de 2015, publicado em 2018, o déficit habitacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é de 340.083 unidades, enquanto o número de habitações precárias na mesma região é de 9.531 unidades.

Esses dados mostram que, comparando-se com os Estados da região sudeste, a região metropolitana do Rio de Janeiro possui o segundo maior déficit habitacional, perdendo apenas para a região metropolitana de São Paulo.

Tabela 1- Déficit habitacional da região Sudeste por UF e Regiões Metropolitanas 2015

Especificação	Déficit habitacional				
	Total absoluto	Componentes			
		Habitação precária	Coabit. Familiar	Ônus excessivo aluguel	Adens. Excessivo
Região Sudeste	2.482.855	116.875	651.942	1.524.860	189.178
Minas Gerais	575.498	18.936	209.544	330.090	16.928
RM Belo Horizonte	158.839	5.774	63.101	85.425	4.539
Espírito Santo	109.535	7.794	21.978	73.165	6.598
Rio de Janeiro	460.785	12.820	93.898	320.288	33.779
RM Rio de Janeiro	340.083	9.531	75.156	224.906	30.490
São Paulo	1.337.037	77.325	326.522	801.317	131.873
RM São Paulo	639.839	27.959	151.671	373.108	87.101

Fonte: CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, 2018.

Os espaços urbanos mais nobres são ocupados pela população de alta renda, enquanto a população mais pobre é segregada a espaços que oferecem pouca infraestrutura urbana. Diante da atuação ineficiente do poder público, a população com menor poder aquisitivo busca estratégias alternativas para morar nas cidades. Sendo assim, elas ocupam áreas menos cobiçadas pelo capital imobiliário, como as margens de rios, encostas de morros, áreas próximas a depósitos de lixo, enfim, lugares caracterizados como irregulares para efeito jurídico. A forma de ação do poder público, historicamente, tem contribuído com o surgimento de assentamentos populares com condições precárias.

Enviados para distantes periferias ou apinhados nas favelas e cortiços, a população mais pobre sofre com todo tipo de privações. A inexistência de água, luz e gás; a ausência de saneamento básico; a falta de recursos dos postos de saúde; a violência; a poluição ambiental; a restrição das opções de lazer e a precariedade dos transportes coletivos compõem uma lista que ilustra bem essa situação dramática. Em meados dos anos 1980, Maricato (1982), ao fazer uma análise da questão habitacional no Brasil relacionada ao modelo capitalista de cidade, afirmou que os baixos salários do proletariado são insuficientes para arcar com os custos de aluguel. Sendo assim, apenas através da autoconstrução seria possível suprir tal necessidade, produzindo casas que são, acima de tudo, abrigos com alto valor de uso contendo o estritamente indispensável para acolher a família.

A parcela mais pobre da população se vê forçada a lidar com condições de insalubridade e insegurança, que não podem ser levadas em conta quando o problema maior é conseguir morar o mais próximo possível das fontes de trabalho. As adversidades tornam-lhes a terra acessível. A sua primeira opção é o terreno barato. No caso do Rio de Janeiro, a primeira opção é a ocupação ilegal do solo próximo às áreas centrais, depois os loteamentos em áreas mais periféricas.

Depois de encontrar lugar para morar, a população pobre sofre com as consequências de um Estado que se torna presente na repressão através das políticas de remoção. Num primeiro momento o poder público é omissivo em oferecer condições dignas de moradia, fazendo com que a população busque, por conta própria, opções de habitar na cidade. Depois disso, com o objetivo de reorganizar o espaço urbano, torná-lo “moderno” e apto para a reprodução do capital, os governos empreendem políticas para afastar os pobres das áreas mais centrais das cidades.

Segundo Abreu (1997), as remoções de assentamentos populares no início do século XX foram justificadas com argumentos que envolveram questões sanitárias. Durante o mandato do prefeito Pereira Passos¹, a importância cada vez maior da Cidade do Rio de Janeiro no contexto internacional não condizia com a existência de uma área central com características coloniais. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo de “novo Brasil”.

Na segunda metade do século XX foi possível observar com clareza que o bem-estar da população removida estava longe de ser a principal preocupação dos líderes políticos,

¹Francisco Pereira Passos foi prefeito do então Distrito Federal entre 1902 e 1906, nomeado pelo Presidente Rodrigues Alves.

especialmente entre os anos de 1960 e 1970, no auge das políticas de remoção durante o período da ditadura militar.

O fato de identificar o conjunto das favelas como espaços ilegais, a despeito das diversas realidades jurídicas existentes nas favelas, justificou, como vimos, a ausência de serviços públicos nestes espaços, consolidou relações clientelistas e legitimou, enfim, a política de remoção das décadas de 1960 e 1970 (GONÇALVES, 2012, p.267).

Ao longo do século XXI também tem sido utilizada a justificativa da preservação ambiental. Contudo, o que se pode observar é que, na maioria das vezes, essas intervenções são movidas por interesses, sobretudo, de cunho político e econômico. O poder público frequentemente realiza tais intervenções com o objetivo de abrir espaço para a atuação de grandes empreiteiras, que assumem a construção de projetos imobiliários e de infraestrutura urbana.

Sem estrutura para atender o enorme crescimento demográfico observado no Rio de Janeiro, os municípios da Baixada Fluminense, especialmente Duque de Caxias, passaram a desempenhar importante papel na fixação da população de baixa renda, que convivia com escassa infraestrutura. Assim, o processo de favelização, já consolidado na metrópole, passou a avançar com velocidade nos espaços periféricos do Estado do Rio de Janeiro.

Considerando o contexto mais recente, o objetivo deste estudo é analisar os efeitos do processo de remoção, iniciado em 2015, de um assentamento popular sobre a vida escolar de crianças oriundas de uma escola pública vizinha a ele. A Comunidade Teixeira Mendes estava localizada no bairro Vila Sarapuí, no município de Duque de Caxias. Os moradores a denominavam Dique 1 e Dique 2², fazendo uma alusão ao fato de que a área estava localizada às margens do rio Sarapuí e era dividida, em duas partes, por um canal secundário.

A remoção de parte dessa comunidade começou a ser pensada através de intervenções feitas na Baixada Fluminense pelo Projeto Iguaçu. Tal projeto é executado pelo Instituto Estadual do Ambiente (Inea) desde 2007, visando a recuperação ambiental e o controle de inundações nas bacias hidrográficas dos rios Sarapuí, Botas e Iguaçu, reduzindo a ocorrência e a gravidade das enchentes. São beneficiados os municípios de Nilópolis, Mesquita, São João de Meriti, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e o bairro de Bangu na cidade do Rio de Janeiro. Entre outras medidas, o projeto prevê a retirada e o reassentamento da população das

² Os moradores referem-se à localidade através do termo favela do Dique 1 e Dique 2. Porém, a prefeitura de Duque de Caxias e os moradores ao fazerem referência ao conjunto dessas áreas as denominam Comunidade Teixeira Mendes. Nesse sentido, ao longo desta dissertação, será utilizado o termo comunidade quando se estiver tratando do conjunto de localidades denominado Dique1 e Dique 2.

áreas de risco, a limpeza e a dragagem dos rios e a urbanização sustentável da região, com a construção de parques fluviais.

Em 2014, o então prefeito de Duque de Caxias, Alexandre Cardoso, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e um terreno doado pelo Inea, iniciou a construção dos condomínios onde seriam reassentadas as pessoas removidas das áreas de risco de inundações. Os condomínios foram construídos no Bairro São José e no Bairro do São Bento.

O sucessor da administração municipal, Washington Reis, aproveitando a construção dos condomínios residenciais, e com pretensões eleitoreiras, deu início às obras de um antigo projeto de construção de um viaduto na área da Comunidade Teixeira Mendes. Essa construção pretendia ligar a Avenida Leonel de Moura Brizola à rodovia Washington Luís (BR-040). A justificativa para tal projeto era aumentar a fluidez do trânsito e acabar com a passagem de nível da linha férrea, onde carros e pedestres dividiam espaço com o trem.

Aliando a justificativa ambiental à construção do viaduto, cerca de 500 famílias começaram a ser removidas da Comunidade Teixeira Mendes para os bairros São José em 2015 e 900 famílias para São Bento em 2017. Nesses locais já havia instalações concluídas, o que difere de outros tipos de remoções onde os moradores se instalam em residências provisórias. Concomitantemente às remoções, também começaram as demolições das casas, a fim de evitar novas ocupações no local.

Os estudos desenvolvidos ao longo da pesquisa produziram um farto material que constituem uma importante contribuição para a compreensão dos processos de remoção postos em prática na Baixada Fluminense.

Todo esse processo produziu um grande impacto na vida dos moradores, especialmente nos mais jovens. Este estudo, realizado em um período pós-remoção, tem como um de seus propósitos, investigar como os adolescentes removidos desta comunidade veem o processo de intervenção do poder público em suas vidas. O que dizem sobre a remoção? Como este deslocamento forçado afetou suas vidas escolares?

Em razão da escassez de pesquisas acerca dos processos de remoção no Município de Duque de Caxias, bem como do impacto da dinâmica urbana nas escolas e, em particular, na vida dos alunos, creio que este trabalho tem uma relevante contribuição a dar.

Tenho um grande interesse por esse tema, pois sou desde 2016 professora de Geografia do Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Municipalizado 097- Carlos Chagas, que está localizado na entrada da comunidade em questão. Essa remoção, além de influenciar meu trabalho em sala de aula, também remete ao meu passado familiar, que está relacionado às

remoções. Meu pai é oriundo da Favela do Esqueleto, localizada onde hoje está o principal campus da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ- Maracanã), na capital fluminense.

Quando jovem, ele e seus familiares foram removidos para a Nova Holanda no ano de 1965. Foram instalados em grandes barracões de madeira com divisórias para separar as moradias entre as famílias. Seus relatos sobre o ocorrido guardam algumas semelhanças com o que observo na comunidade da Vila Sarapuí, como a destruição imediata das casas na medida em que a remoção ocorria e os caminhões de mudança da prefeitura partiam. Com o passar dos anos, meu pai e seus familiares perceberam que as promessas que haviam sido feitas não seriam concretizadas. As condições iniciais já não eram ideais, pois apesar de haver coleta de esgoto, não havia fornecimento de água. Além disso, o aumento da distância em relação ao local de trabalho tornava o cotidiano mais penoso e oneroso.

Com o objetivo de desfrutar de melhores condições de vida, buscou uma outra opção de moradia oferecida pela prefeitura: o Conjunto Habitacional da Cidade Alta, construído com o objetivo de abrigar os removidos da Favela da Praia do Pinto. Foi nesse local que vivi toda a minha infância e adolescência.

A rotina na Cidade Alta deixava clara a dificuldade de grande parte dos moradores em compartilhar espaços de uso coletivo. A adaptação aos apartamentos de dimensões reduzidas fazia com que alguns moradores se apropriassem de espaços coletivos dando-lhes um uso individual como corredores e áreas de circulação. Também era comum a manutenção de antigos hábitos, típicos de moradores de casas, que deixavam as portas de seus apartamentos abertas expondo seu cotidiano e causando certo constrangimento a quem passava em frente. Outra forte lembrança era a estratégia utilizada pelos moradores para secar suas roupas em varais improvisados na fachada do prédio, sob as janelas dos apartamentos, o que por vezes ocasionava conflitos devido à prática de algumas pessoas de se livrar de resíduos pela janela. Vivia-se um dilema sem fim: os moradores dos andares inferiores precisam ficar sempre alertas ao que vinha de cima, seja a sujeira ou a água que pingava da roupa molhada que acabara de ser estendida pelo vizinho³.

Para aqueles que, assim como eu, cresceram na Cidade Alta, foi possível construir com facilidade uma relação de identidade com o local. Contudo, era perceptível entre os moradores que para lá se mudaram em uma fase adulta que o vínculo de suas memórias não estava

³ Situação semelhante foi relatada por Freire e Souza (2018) ao observar o cotidiano de moradores de uma favela de Manguinhos removidos para um conjunto habitacional na região. As autoras apontam que o projeto de construção de apartamentos diminutos não previa a construção de áreas de serviço onde os moradores pudessem lavar e pendurar adequadamente suas roupas para secar, levando-os a promover adaptações no espaço.

relacionado àquele espaço. Em seus relatos sobre o passado, era inerente o ressentimento de ter de abandonar seus locais de origem para recomeçar a vida em um espaço totalmente novo e desconhecido, ao qual viram-se obrigados a se adaptar.

Já no final da minha adolescência, devido ao aumento da violência gerado pelo tráfico de drogas e descaso do Estado, julgamos que nossa permanência no local se tornou inviável. Assim como outros moradores, que dispunham de algum recurso financeiro, nos mudamos para uma área menos sujeita aos efeitos da violência.

A pesquisa na qual se baseia esta dissertação vincula-se a essa minha trajetória pessoal e, do ponto de vista acadêmico, ao projeto “A cidade, o bairro e a escola: sociabilidades, conflitos e experiências citadinas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, coordenado pela Prof.^a Leticia de Luna Freire no âmbito do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (NUPEC/EDU-UERJ), do qual também sou integrante.

A base teórica que dá suporte à análise socioespacial da Comunidade Teixeira Mendes, bem como o seu processo de remoção, é o conceito de lugar desenvolvido por Milton Santos. Tal conceito é de fundamental importância para compreender as relações estabelecidas entre as pessoas no seu espaço vivido original (Comunidade Teixeira Mendes). Como foi o processo de formação dessa comunidade? Qual era a origem dessas pessoas? Como eram as relações sociais estabelecidas entre elas? Que tipo de hábitos cultivavam? Quais eram suas condições sociais? Qual era seu nível de envolvimento com o lugar?

Para a Geografia, o lugar é o espaço apropriável para a vida, que é vivido, reconhecido e cria identidade. Ele guarda em si a dimensão da vida, como o tempo passado e presente. Também ocorrem as relações de consenso, conflito, dominação e resistência. É o espaço com o qual o indivíduo se identifica mais diretamente.

Segundo Santos:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza: e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996, p.258).

Outro conceito igualmente importante na análise socioespacial é o cotidiano, que vai muito além da simples sucessão de fatos que ocorrem em nosso dia a dia. Conforme diz o filósofo Lefebvre (1981 apud NETTO; CARVALHO, 2007), o Estado moderno gere o cotidiano seja direta ou indiretamente. Diretamente pelos regulamentos e leis, pelas proibições

ou intervenções múltiplas, pela fiscalização, pelos aparelhos da Justiça, pela orientação da mídia ou pelo controle das informações. A vida cotidiana é o espaço modelado pelo Estado e pela produção capitalista. É fonte de exploração e espaço a ser controlado, organizado e programado.

Ainda de acordo com Netto e Carvalho (2007) a partir dos estudos de Lefebvre é possível inferir que, para apreender a vida cotidiana, três perspectivas convergentes devem ser consideradas.

A primeira delas diz respeito à busca do real e da realidade. Nessa busca, é preciso ter claro que a vida cotidiana compreende o dado sensível e prático, o vivido, a subjetividade fugitiva, as emoções, afetos, hábitos e comportamentos, e o dado abstrato, isto é, as representações e imagens que fazem parte do real cotidiano, sem, no entanto, perder-se no imaginário.

A segunda perspectiva diz respeito à totalidade. As partes encontram no todo o seu conceito e a sua verdade. O todo não é simples soma das partes.

A terceira diz respeito às possibilidades da vida cotidiana enquanto motora das transformações globais. A vida cotidiana tem se insinuado como um dos centros motores das atuais possibilidades de transformação da sociedade.

Dessa forma, o conceito de cotidiano permite desvendar as relações políticas, econômicas e sociais envolvidas no processo de remoção da comunidade em questão com vistas a dar àquele espaço uma nova funcionalidade.

A política de remoções, historicamente, tem sido um dos processos utilizados pelo Estado para retirar do cidadão o seu “direito à cidade”, isto é, o direito de usufruir, em sua plenitude, os mais variados espaços urbanos. Como afirma Santos (1993), deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdade e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos.

Ainda segundo o autor:

Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modelo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público (SANTOS, 1993, p. 115).

As consequências sociais de uma remoção vão muito além do aspecto material, pois exercem profundo impacto emocional e cultural na vida dos moradores removidos. Segundo Freire (2014), a remoção de um grupo socialmente constituído numa determinada localidade

não se resume ao deslocamento espacial de pessoas, mas resulta, muitas vezes, na dissolução de estilo de vida costurado, ao longo do tempo, na interação com os outros moradores e com o próprio sistema construído.

As crianças e adolescentes também são afetadas diretamente com os problemas relacionados à moradia, uma vez que a casa se caracteriza como espaço da família, o lugar em que se processa sua socialização primária. Segundo Vogel, Vogel e Leitão (1995), elas podem não saber quase nada sobre a problemática urbana, porém sabem muito a respeito da casa. Para elas casa e família são sinônimos, é muito mais que um prédio destinado a habitação, uma casa é o conjunto das pessoas que moram nela. Ao sentir a ameaça de perder a sua casa a criança imagina que seu núcleo familiar se encontra em risco.

Ainda segundo os autores, a casa, na maioria das vezes, tem a identidade do seu dono, pois, não raro, quem nela habita foi também seu arquiteto e construtor. Ela é um produto de seus habitantes, contudo, enquanto espaço e ambiente, também é responsável por produzir seus moradores, proporcionando-lhes não só determinados hábitos e maneiras de ser, mas, principalmente, a formação de memórias inesquecíveis.

As remoções não constituem apenas a destruição de estruturas físicas. Elas também se caracterizam pela desestruturação de todo um estilo de vida. A moradia ilustra as funções e os hábitos que a cultura do grupo projeta como padrões ideais. Além disso, para as crianças, ela representa um espaço de educação, socialização, proteção e segurança.

A população removida por vezes é vítima do preconceito imposto por moradores de outras áreas da cidade. De acordo com Ribeiro e Veiga (2016) devemos observar como os favelados eram e ainda são vistos pelos moradores de outras áreas da cidade como uma ameaça para a “civilização”, como “bárbaros” que não estavam de acordo com os códigos de posturas, em desacordo com a boa convivência no espaço urbano.

O processo de remoção constitui-se, dessa forma, na destruição de um patrimônio material e imaterial do morador, pois o mesmo não perde apenas as economias, o tempo e o esforço físico dedicados à construção de sua habitação. Há uma perda ainda maior e irreparável, de seu modo de vida e suas lembranças.

A metodologia utilizada nesse trabalho de pesquisa junto às crianças e adolescentes tem como inspiração o estudo “Como as crianças veem a cidade” (VOGEL; VOGEL; LEITÃO, 1995)⁴. Tal estudo iniciou um trabalho sistemático de conscientização dos problemas urbanos,

⁴ Administração Municipal – (IBAM), sob o patrocínio do BANERJ/Fundo Rio e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, contando, ainda, com o apoio decisivo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Rioarte.

desejando estimular o aprendizado de como enfrentá-los, via participação comunitária. Para tal, foram selecionadas algumas escolas do município do Rio de Janeiro, onde seus alunos foram convidados a produzir desenhos ou cartas sobre problemas existentes na cidade. Cada um deveria endereçar sua produção a quem julgasse interessado no assunto ou responsável pelo problema. Todo o material produzido foi analisado por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e preparado para publicação.

Segundo Mello, no prefácio mencionado do livro (1995, p.xv) a pesquisa foi um ensaio de vocalização do ponto de vista das crianças e adolescentes do Rio de Janeiro, sobre sua cidade e sociedade. Apoiou-se na dupla convicção de que a infância e juventude configuravam já um ator social e de que seu discurso, portanto, era capaz de restituir, de maneira própria e pertinente, toda a questão urbana, nas suas distintas dimensões.

Ainda segundo o autor, as escolas de primeiro grau (atual ensino fundamental) constituem-se em um rico campo para observação e análise do que acontece nas cidades. São elementos estruturantes da cidade, assumindo um caráter didático comprometido, tanto com a cultura viva que a envolve, como com os objetivos políticos de democratização.

No trabalho de pesquisa por mim desenvolvido, estudantes do 7º ao 9º ano do ensino fundamental do CIEP Municipalizado 097 – Carlos Chagas, com idades que variam entre 12 a 17 anos, participaram de oficinas em que foram entrevistados e convidados a elaborar cartas a respeito do processo de remoção endereçando-as a uma autoridade pública que, de acordo com seus julgamentos, seria responsável pela situação.

Entre os alunos que participaram da pesquisa encontram-se removidos e não removidos. Enquanto os removidos contaram com riqueza de detalhes suas experiências vividas ao longo do processo, os não removidos demonstraram toda sua empatia ao se sensibilizar com a situação que afetava seus colegas de escola.

Todo o material produzido foi devidamente analisado de acordo com o perfil de cada grupo de alunos, sendo realizadas as possíveis comparações a fim de entender a influência da remoção na percepção do espaço urbano por parte deles.

A adoção de tal metodologia deu condições para que os estudantes expressassem sua percepção em relação aos fenômenos urbanos, através de reflexões sobre o cotidiano. Cada um foi estimulado a elaborar opiniões a respeito do processo de remoção, compreendendo os mecanismos que regem a sociedade urbana e buscando os agentes e instituições onde poderiam reclamar seus direitos. É importante que as políticas públicas de atendimento à infância e à adolescência sejam orientadas também pelas representações e sentimentos das crianças e adolescentes.

Para compreender os efeitos da remoção na mobilidade urbana dos alunos, que agora não estão mais tão próximas à escola, foi utilizada a perspectiva sugerida por Müller (2018). Nesse trabalho, ela estudou os trajetos casa-escola e escola-casa com o objetivo de compreender sua mobilidade a partir de sua própria perspectiva, pois o espaço urbano não é vivenciado da mesma forma por crianças e adultos. Através desse estudo foi possível obter valiosas informações que impactam diretamente na qualidade de vida dos alunos.

A metodologia usada para compreender a formação socioespacial da Comunidade Teixeira Mendes, seu processo de remoção e sua relação com o CIEP Municipalizado -097 Carlos Chagas, foi a realização de entrevistas com diversos atores sociais. Na Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação de Duque de Caxias foram ouvidas a subsecretária Sueli Tostes e sua assistente Márcia Pinto, no CIEP, a diretora Marli Viana e a inspetora Vera Lúcia Dias e na associação de moradores da Comunidade Teixeira Mendes o presidente Jorge Alves Batista.

Valiosas contribuições foram obtidas através de reportagens veiculadas em diversos meios de comunicação e de uma *live* que contou com a participação de moradores e pesquisadores e que promoveu uma discussão sobre o processo de remoção em questão.

O desenvolvimento dessa pesquisa foi atravessado por enormes dificuldades impostas pelo contexto da pandemia gerada pelo novo coronavírus. O longo período de suspensão das atividades escolares presenciais dificultou a realização de abordagens com os alunos da escola. Tentativas de contato via redes sociais mostraram-se pouco eficientes em razão da baixa adesão provocada pela falta de acesso à internet por parte dos estudantes do CIEP, fato esse que também provocava grande dificuldade de acesso dos mesmos aos conteúdos escolares do ano letivo de 2020.

Mesmo após o retorno das aulas presenciais no início de 2021, a realização de oficinas foi muito prejudicada devido à rigidez dos protocolos sanitários que visavam o distanciamento social na escola. A reduzida quantidade de alunos em sala e o escalonamento das turmas em grupos, limitou as possibilidades de ampliação do público participante nas oficinas.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo é abordada a importância de estudar a dinâmica da cidade e das remoções em particular para entender seus múltiplos efeitos, inclusive no campo da educação. É realizada uma apreciação do processo histórico das políticas de remoção postas em prática no Rio de Janeiro, e seus reflexos no município de Duque de Caxias. Em seguida, realiza-se um apanhado de importantes contribuições que envolvem a literatura sobre a criança e a cidade no sentido de valorizar a perspectiva infantil.

O segundo capítulo trata especificamente da remoção da comunidade Teixeira Mendes, descrevendo-a em detalhes e explicando sua origem através de entrevistas com diversos atores sociais. Também são analisadas as justificativas e as etapas do processo de remoção a partir do confronto de argumentos defendidos pela prefeitura de Duque de Caxias e por seus moradores.

No terceiro capítulo, são abordados os impactos da remoção na vida escolar dos alunos do CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas valorizando sua perspectiva sobre o processo em curso. Inicialmente, é feita uma descrição desta unidade escolar, bem como sua relação com a comunidade, ressaltando sua importância como local privilegiado para o entendimento das questões que envolvem a relação entre os jovens e o espaço urbano.

No intuito de fomentar a aproximação entre os estudos urbanos e o campo da educação – projeto que vem sendo desenvolvido pelo NUPEC - esse capítulo ainda aborda os impactos da remoção no desempenho escolar dos alunos, bem como o processo de evasão. Posteriormente, é feita uma análise da visão dos alunos sobre o processo de remoção através de oficinas e da apreciação das cartas que produziram.

A pesquisa se propõe a responder às seguintes indagações: Quais são as semelhanças entre o referido processo de remoção e aqueles implementados em períodos anteriores? Em que contexto foi realizada a remoção da Comunidade Teixeira Mendes? Quais os principais atores sociais envolvidos nessa questão? De que maneira a remoção da comunidade afetou o CIEP Municipalizado 097 - Carlos Chagas? Como as crianças e adolescentes viam a favela e vivenciaram o processo de remoção? O que mudou em suas vidas? Quais os efeitos desse processo sobre a sua experiência escolar?

1 AS REMOÇÕES DE FAVELAS COMO OBJETO DE ESTUDO

Historicamente a população pobre não foi alvo de uma política que efetivamente tivesse como objetivo o combate às reais causas da miséria e das carências habitacionais no Rio de Janeiro.

Em períodos não democráticos os administradores buscavam atender às necessidades de reprodução do capital, modernizando os espaços da cidade, promovendo a abertura de novas vias de acesso, liberando espaços cobiçados pela especulação imobiliária e favorecendo o desenvolvimento industrial. Observava-se uma total negligência em relação aos verdadeiros anseios e carências contidas na população mais pobre.

Milhares de pessoas foram removidas para locais muito distantes de onde trabalhavam, impondo-lhes um elevado custo de transporte e a convivência com uma infraestrutura precária.

Os períodos democráticos populistas, por sua vez, com o intuito de cooptar uma enorme quantidade de votos representada pela população favelada, reconheciam o caráter permanente de suas construções, negligenciando, contudo, aspectos importantes como a instalação de infraestrutura semelhante ao restante da cidade e a implementação de uma política de segurança capaz de inibir o uso de seus espaços como reduto privilegiado da crescente criminalidade.

No período mais recente, apesar de democrático, novos argumentos são aceitos pela opinião pública no contexto socioeconômico e ambiental que se apresenta. Os megaeventos, com suas promessas de legado, a crescente criminalidade e a degradação ambiental são utilizadas como pretextos para a retomada da política de remoções.

Observa-se que desde o período Pereira Passos, a essência que conduz as grandes reformas urbanas implementadas no Rio de Janeiro é atender aos anseios das classes dominantes existentes em cada período histórico.

A atuação do Estado, que se fazia de forma cruel e truculenta em períodos não democráticos, não difere muito da observada recentemente. Novas estratégias, tão perversas quanto às anteriores, tem sido utilizadas a fim de dar um aspecto legal àquilo que na verdade se mostra ilegal e desumano. A desinformação, a desqualificação moral, informalidade e a humilhação são práticas que permeiam o trato com as populações removidas.

Em razão do seu protagonismo, o Rio de Janeiro serviu como modelo de política de remoção, que foi replicado em todo o país, inclusive em Duque de Caxias. O tempo passa, a cidade cresce, e o pobre não é reconhecido verdadeiramente como um cidadão.

1.1 Uma apreciação sobre a remoção de favelas no Rio de Janeiro

Um importante marco histórico do início do processo de realização de remoções em massa no Rio de Janeiro foi o início do século XX. O contexto da época era marcado pela necessidade de superar os vestígios do período colonial e de mostrar ao mundo que a cidade havia se transformado em um espaço moderno e favorável à indústria, à realização de negócios e ao processo de importação e exportação de mercadorias. Diante desse desafio, o então Prefeito Pereira Passos (1902-1906) comandou uma verdadeira reestruturação da área central do Rio de Janeiro.

Um importante problema que se colocava à época era a crise habitacional. A industrialização atraía uma quantidade tão grande de pessoas que houve o início de uma escassez de moradias. Grande parte da população espremia-se em pensões, hospedarias, casas de cômodo, cortiços e estalagens na área central da cidade. A implementação de uma nova estrutura urbana foi desenvolvida em torno de uma ideologia higienista e modernizante, que estabelecia uma série de normas sobre habitação e atividades econômicas que atingiam de forma extremamente negativa a população mais pobre.

Pereira Passos, que foi prefeito do Distrito Federal no mesmo período da presidência de Rodrigues Alves, teve grande apoio para executar a política de reestruturação urbana da cidade do Rio de Janeiro, que se apresentava como necessária aos interesses da classe dominante.

Para Abreu (1997), dar maior agilidade ao processo de importação/exportação de mercadorias e criar uma nova capital que mostrasse ao mundo que as elites econômicas e políticas nacionais desfrutavam de um modo de vida cosmopolita e moderno eram dois de seus principais objetivos. Faltavam na cidade obras imponentes que refletissem o aumento cada vez maior da importância da mesma no contexto internacional. Era necessário, também, superar antigas características coloniais tais como a existência de ruas estreitas e a coexistência, em um mesmo espaço, das sedes de poderes político e econômico com cortiços, carroças e animais. Para que o Rio de Janeiro pudesse, enfim, se tornar representante de uma nova fase pela qual passava o Brasil, era também fundamental o urgente saneamento e higienização da cidade a fim de combater os frequentes surtos de febre amarela.

A necessidade de intervir na estrutura da cidade foi respaldada cientificamente pelo desenvolvimento da medicina social do século XIX, segundo a qual, era necessário realizar o aterro de pântanos, o desmonte de morros e o ataque às condições de higiene das habitações coletivas. As intervenções realizadas na cidade eram feitas em benefício dos interesses da elite

através de argumentos que situavam as causas das doenças não no próprio corpo do doente, mas no seu ambiente.

O quadro urbanístico e social fomentava os desejos de transformação baseados no cientificismo positivista e no sanitarismo: um enorme contingente de imigrantes e escravos libertos sobrevivia em moradias superlotadas e insalubres.

Efetivamente, no alvorecer do século XX, o Rio de Janeiro sofreu uma intervenção que alterou profundamente sua fisionomia e estrutura urbanas, e que repercutiu como um terremoto nas condições de vida da população. Foram postas abaixo estruturas herdadas da colônia, criando-se uma paisagem nova que reproduzia vários traços daquela cunhada por Haussmann⁵, em Paris, três décadas antes. (BENCHIMOL, 2002, p. 126).

Segundo Abreu (1997), seguindo esses princípios, dava-se início ao processo de renovação urbana das freguesias centrais, que atingiria principalmente os espaços ocupados pela população operária.

Com o objetivo de viabilizar uma melhor circulação, deu-se a abertura de novas vias juntamente com o alargamento das vias já existentes que constituíam importantes artérias da área central ou de suas imediações. Com relação ao embelezamento da cidade, várias foram as intervenções implementadas pelo prefeito Pereira Passos, contudo, é importante ressaltar que ficavam restritas à área central e à Zona Sul da cidade, ou seja, áreas que concentravam o poder político e econômico e que abrigavam uma população de elevado poder aquisitivo respectivamente. Quanto às obras de higienização e saneamento, também se observou uma concentração de esforços nas zonas sul e central da cidade.

Nesse período, a cidade também foi alvo de pesados investimentos realizados pela União. As obras que foram fruto desse investimento, apesar de serem menos numerosas que as realizadas pela administração do Prefeito Pereira Passos, exerceram impactos sociais bem mais intensos devido à grandiosidade das mesmas. Um exemplo ilustrativo foi a construção da Avenida Central, que demandou a demolição de milhares de casas que abrigavam famílias numerosas. A construção do porto do Rio de Janeiro, bem como das avenidas que lhe davam acesso, também foram obras atribuídas à União.

Portanto, é possível perceber que as intervenções de Pereira Passos, associadas às da União, marcaram um período que buscou revolucionar a forma urbana da cidade. A expressão “Bota-Abaixo”, destacou a maneira radical através da qual foi implementado um conjunto de

⁵ George-Eugène, barão de Haussmann, nomeado prefeito do departamento do Seine na França em 1853, tornou-se o maior modernizador urbano do ocidente.

obras públicas que redefiniram a estrutura urbana da capital federal. Esta, a partir de então, absorveu em sua fisionomia as determinações econômicas e ideológicas contemporâneas (ABREU, 1997).

A nova fisionomia atribuída à cidade foi implementada às custas da destruição dos quarteirões que abrigavam os cortiços habitados pelos proletários, bem como dos armazéns e trapiches localizados nos bairros marítimos.

Ao examinar semelhante situação em outras cidades do mundo que passaram por um processo de reforma urbana, Lefebvre analisou um fenômeno que classificou como implosão-explosão.

...aprofunda-se um processo induzido que se pode chamar de a implosão-explosão da cidade. O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território, nos grandes países industriais [...] as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos (LEFEBVRE, 1991 p. 10-11).

A política desenvolvida com a finalidade de modernizar a cidade promoveu a expulsão de grandes contingentes de população pobre que ocupavam os cortiços da área central. Diante desse quadro, duas foram as principais estratégias encontradas por essa população: a ocupação dos morros como uma nova forma de moradia precária, economicamente mais acessível e próxima ao local de trabalho ou, por outro lado, a fixação de novas residências fora da zona urbana, em áreas onde o preço do solo e as limitações urbanas eram menores e as condições de vida e moradia eram relativamente melhores e mais salubres.

Para Lefebvre (1991), a fixação de residências onde as classes desprestigiadas podiam pagar pelo solo é chamada de *habitat*. Os subúrbios, sem dúvida, foram criados para atender uma demanda da industrialização, respondendo à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo êxodo rural. Afastado da cidade, a consciência urbana do proletariado vai se dissipando. Já a Zona Sul da cidade passava a abrigar, predominantemente, porém não de forma exclusiva, as classes mais abastadas da sociedade.

Borja aponta como as liberdades urbanas não são para todos os cidadãos e que são mais teóricas do que reais, o que de fato acontece na cidade do Rio de Janeiro.

La ciudad es un territorio protegido y protector que, formalmente, hace iguales a sus ciudadanos, pero las realidades físicas y sociales expresan a su vez la exclusión y el

desamparo de unos frente a los privilegios y al pleno disfrute de las libertades urbanas de otros. (BORJA, 2003, p.26).⁶

A remodelação da cidade que beneficiava a reprodução da riqueza e do poder das classes dominantes foi fruto de uma sólida aliança entre o Estado e o capital. Ao longo desse processo, cuidava-se dos aspectos urbanísticos e sanitários, contudo, negligenciava-se a questão social.

Abreu (1997) prossegue seu estudo afirmando que o grande crescimento populacional, observado nas freguesias externas à área central da cidade entre o final da última década do século XIX e a primeira década do século XX, aponta como as medidas oficiais impostas através do processo de remodelação, higienização e modernização da cidade, foram muito eficientes no sentido de promover um enorme agravamento da segregação socioespacial. A nova distribuição das classes sociais no Distrito Federal amenizava as contradições que antes representavam uma crescente ameaça à riqueza e ao poder das classes dominantes, que conviviam no mesmo espaço da área central da cidade com a população pobre.

Para Louis Wirth (1938) – um dos expoentes da Escola de Chicago que se debruçou sobre o entendimento do fenômeno urbano na primeira metade do século XX –, populações que habitam em localidades compactas tendem a se separar em razão do seu status social. Pessoas com status e necessidades homogêneas se dirigem ou são forçadas para a mesma área. A cidade transforma-se num conjunto de mundos sociais que guardam grande distância entre si.

A densidade, os valores da terra, os aluguéis, a acessibilidade, a salubridade, o prestígio, as considerações estéticas, a ausência de inconvenientes tais como barulho, fumaça e sujeira, determinam a atratividade de várias áreas da cidade como locais para o estabelecimento de diferentes camadas da população. O local e a natureza do trabalho, a renda, as características raciais, étnicas, o status social, os costumes, hábitos, gostos, preferências e preconceitos estão entre os fatores significantes de acordo com os quais a população urbana é selecionada e distribuída em locais mais ou menos distintos (WIRTH, 1938, p.103).

Para Abreu (1997), o Período Passos, ao tentar resolver as contradições do espaço que então se apresentavam, gerou novas contradições para o momento de organização social que o sucedeu. Observa-se, a partir de então, a rápida ocupação dos morros do centro da cidade, que até então eram pouco habitados. Ocorre a proliferação de uma forma urbana que constitui uma outra estratégia popular de habitação – a favela. Esta, por sua vez, era uma alternativa à população pobre que precisava residir próximo ao local de trabalho. O desenvolvimento da

⁶ “A cidade é um território protegido e protetor que, formalmente, faz iguais seus cidadãos, mas as realidades físicas e sociais expressam a exclusão e o desamparo de uns frente aos privilégios e pleno desfrute de liberdades urbanas de outros” (Tradução nossa).

indústria e da construção civil, contraditoriamente, alimentava o crescimento cada vez mais rápido dessa forma de habitação.

Utilizando como argumentos a degradação das condições de habitação e salubridade, o Estado começou a intervir. Uma das primeiras medidas implementadas foi a concessão de subsídios às indústrias, através da isenção de impostos e benefícios àquelas que construíssem moradias higiênicas para seus operários. Várias empresas aderiram à iniciativa do Estado a fim de manter a sua volta uma força de trabalho cativa e disciplinada.

Essa medida não foi eficaz na eliminação dos cortiços. Estes continuavam a abrigar a maior parte da população miserável concentrada na área central da cidade. A alteração desse quadro foi percebida no início do século XX quando as bases ideológicas que conduziam o processo de ocupação da cidade determinaram que as áreas abertas pelas ferrovias destinar-se-iam aos pobres, enquanto a Zona Sul da cidade seria ocupada pelos ricos que aí desfrutariam de um moderno estilo de vida. Essa área, depois de saneada, proporcionaria tantos lucros quanto a área central, deste modo deveria ser preservada para as classes de mais alta renda.

Na época em que são realizadas as reformas urbanas de Pereira Passos é possível detectar a mudança do significado da categoria subúrbio e seu rpto ideológico, transformando-a naquilo que foi definido como o *conceito carioca de subúrbio*. O aparecimento de um novo significado para a palavra subúrbio reflete as transformações urbanas em curso no Rio de Janeiro.

De agora em diante, ela deixa de representar todos os espaços circunvizinhos à cidade para se fixar exclusivamente naqueles do Norte e do Oeste, servidos pela ferrovia. Além disso, ela passa a representar o espaço idealizado como lugar do proletariado e das indústrias, simbolizando o espaço das classes sociais e das atividades rejeitadas pela cidade, que deveria ser transformada e preservada para o uso das suas elites (FERNANDES, 1995, p. 65).

A reforma Passos adotou uma política discriminatória do subúrbio ferroviário, que passou a ser visto como o lugar do proletariado. Essa parte da cidade passou a ser cada vez mais excluída dos investimentos públicos e privados compatíveis não só com as demandas de sua população como também com o volume de impostos que aí eram arrecadados. Concomitantemente, observava-se um favorecimento das áreas centrais da cidade e, sobretudo, da Zona Sul, quando se tratava da implantação de infraestrutura urbana.

Segundo Fernandes (1995), a legitimação teórica do conceito carioca de subúrbio está sustentada por um veto à imaginação geográfica de um subúrbio de elite. É o caráter de classe que acaba por definir a posição do que é periférico ou suburbano. Já Silveira e Ribeiro (2017) afirmam que a expansão da ferrovia permitiu o surgimento de diversos núcleos urbanos que

passaram a abrigar pessoas que buscavam moradias de baixo custo, aliviando a pressão demográfica da cidade do Rio de Janeiro e abrigando os expulsos pelas reformas postas em prática por Pereira Passos. Assim, o trem exerceu um importante papel como vetor de expansão populacional rumo aos municípios da Baixada Fluminense. Já nos anos 1930, diversos loteamentos começaram a ser realizados nas proximidades de estações ferroviárias dos distritos de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, mais próximos do núcleo metropolitano.

Esse período foi marcado pelo intenso incremento populacional da cidade, provocado, sobretudo pelo grande fluxo migratório. Dentre os fatores que contribuíram para esse crescimento populacional, aquele que mais se destacou foi o crescimento industrial, que provocou a atração de numerosa mão-de-obra de várias partes do país. O aumento populacional proporcionado pela migração contribuiu muito para o crescimento dos subúrbios e das cidades do entorno da capital federal, incluindo Duque de Caxias.

Segundo Lago (2015), na década de 1940 a Zona Sul foi transformada em um núcleo de comércio, lazer e serviços, tomando o lugar do centro da cidade. Sua configuração sofreu uma renovação com a construção de prédios com apartamentos. Novamente, com o objetivo de morar perto do trabalho, a favelização dos morros da Zona Sul, foi a alternativa permitida pelo poder público para a habitação da classe trabalhadora.

É nítido, dessa forma, que a intensidade das forças que impulsionam o desenvolvimento de distintas áreas da cidade não é a mesma. A Zona Sul tem como grande investidor o Estado, enquanto os subúrbios contam com a indústria.

Ainda nessa década, mais precisamente em 1946, a Avenida Brasil foi inaugurada. Construção realizada sobre área aterrada, e a partir de obras de saneamento, esse eixo rodoviário tinha como principal objetivo a incorporação de novos terrenos à estrutura urbana. Novas áreas industriais ao longo da via foram abertas e consequentemente a sua ocupação ilegal pela população mais pobre.

Segundo Silveira e Ribeiro (2017), nas duas décadas seguintes ao processo de emancipação (1943), Duque de Caxias sofreu profundas transformações em seu perfil social e econômico. Tornou-se populoso e industrializado no fim de 1950 em razão de ter sido escolhido para abrigar instalações fabris de grande porte a partir dos anos 1930-1940.

Num contexto marcado pelo início da descentralização da indústria fordista no espaço metropolitano, Duque de Caxias ganhava importância pela grande disponibilidade de terras a preços módicos, o que possibilitava às empresas manterem a proximidade com a capital federal, ao mesmo tempo que reduziam os custos de produção (SILVEIRA; RIBEIRO, 2017, p. 243).

Vale destacar o surgimento de dois grandes empreendimentos industriais nesse contexto histórico: a Fábrica Nacional de Motores (FNM), inaugurada em 1945 localizada em Xerém e a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), inaugurada em 1961. Ambos contribuíram fortemente para o incremento populacional e para a arrecadação de impostos.

Segundo Beloch (1986, apud Silveira; Ribeiro, 2017), no final da década de 1970, a Reduc, o polo petroquímico em formação e a FNM somados eram responsáveis por 95,8% da indústria local e empregavam 42,8% da mão de obra ocupada no setor secundário.

O loteamento de terra, porém, alcançou seu auge entre as décadas de 1940 e 1960, momento em que todos os municípios da Baixada Fluminense apresentavam altas taxas de crescimento demográfico. Os fatores de atração que levaram a esse incremento populacional incluem a construção da rodovia Washington Luís, ou BR-040 (1928), a inauguração da Avenida Brasil (1946), da nova rodovia Rio-São Paulo, ou BR-116 (1951), a instalação da Reduc (1961), preço baixo dos lotes oferecidos e o reduzido ou nenhum controle sobre as construções por parte do Poder Público, ao contrário do que acontecia na capital federal, em que as exigências burocráticas e a cobrança do cumprimento de normas urbanísticas tornavam mais difícil a construção de novos imóveis (ABREU, 1997).

O crescimento da população favelada em áreas nobres dos bairros da Zona Sul começou a encontrar obstáculos durante o regime militar, no final da década de 1960. Segundo Lago (2015), cerca de 175 mil pessoas foram removidas nesse período. Essa política de remoção foi seletiva, já que 70% dos domicílios removidos localizavam-se na Zona Sul, Tijuca e Méier. Assim, a ação coercitiva do Estado permitiu o surgimento de novas ocupações e a expansão das já existentes. Houve, portanto, um direcionamento dos fluxos migratórios em direção à periferia, aprofundando o modelo dual centro/rico periferia /pobre de segregação social do espaço metropolitano.

Duque de Caxias, nos anos 1950-1960, passou por um intenso loteamento de suas terras relacionado aos radicais processos de remoção das comunidades carentes na Zona Sul, na Zona Norte e no centro da cidade do Rio de Janeiro (SILVEIRA; RIBEIRO, 2017).

Sobre esse tema é interessante observar a comparação feita por Perlman (1977) em relação ao comportamento de moradores de favelas frente a diferentes níveis de risco de remoção. Enquanto nas favelas da Zona Sul, localizadas em terrenos muito valorizados e com alto risco de remoção, os investimentos dos moradores concentravam-se em produtos eletroportáteis, em Duque de Caxias, onde os terrenos eram de baixo valor e o risco de remoção era muito menor, as pessoas se dispunham a investir mais seus recursos na melhoria das habitações.

Um efeito gerado pelo aumento da inflação foi a valorização crescente do solo urbano, o que interferiu bastante no processo de expansão física da metrópole. A retenção dos terrenos mais próximos à mancha urbana, para serem vendidos posteriormente a preços bem mais elevados, transformou-se na estratégia dos loteadores. Tal estratégia obteve sucesso porque o Estado não implementou uma política de uso do solo que desestimulasse a retenção dos terrenos pelos proprietários e, além disso, viabilizou empreendimentos imobiliários a grandes distâncias através do estímulo dado ao transporte rodoviário (ABREU, 1997).

Esse novo cenário, que associava a elevação do valor do solo, o aumento das distâncias entre os novos loteamentos e os locais de emprego e o congelamento dos aluguéis, acabou resultando numa grave crise habitacional. Em consequência, houve um rápido aumento da população favelada e a proliferação das casas de cômodo.

Segundo Silveira e Ribeiro (2017), a Baixada Fluminense apresentou um grande aumento populacional entre 1940 e 1960, influenciada pela industrialização do Rio de Janeiro, principalmente nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, associada à expulsão de um numeroso contingente de trabalhadores braçais das áreas mais valorizadas da metrópole fluminense. Duque de Caxias, dessa forma, recebeu um quantitativo populacional em proporção maior que seus vizinhos, principalmente oriundos da região nordeste em busca de oportunidades de trabalho e moradia. Contribuiu para esse fato a maior proximidade com o Rio de Janeiro, o que facilitava o deslocamento pendular diário em direção à metrópole.

Os autores acrescentam, ainda, que o grande acréscimo populacional em Duque de Caxias ultrapassou a capacidade de absorção com padrões mínimos de dignidade para a população recém-chegada. Somente entre as décadas de 1940 e 1960, houve um aumento populacional de quase dez vezes, o que configura um crescimento rápido e acentuado. Nesse breve período de vinte anos, a população saltou de 29.618 para 243.626 habitantes. Sem estrutura para atender a um crescimento populacional tão acelerado, o município passou a sofrer com problemas relacionados a uma rápida e desordenada urbanização.

Duque de Caxias passou a assumir importante papel de fixação da população de baixa renda que buscava opção de moradia em áreas periféricas livres dos altos custos da metrópole, porém com reduzido investimento público (SALES, 1999). Para Silveira e Ribeiro (2017) consolidava-se uma estrutura urbana dicotômica em relação às áreas centrais do Rio de Janeiro e as áreas periféricas. Enquanto nas primeiras moravam as classes mais privilegiadas, nos espaços suburbanos e periféricos restavam a convivência com a escassa infraestrutura e a indiferença do poder público no atendimento das necessidades mais básicas.

Paralelamente, na metrópole fluminense observa-se a falta de uma linha de ação comum e definida quanto ao que fazer com as favelas. Por um lado, criavam-se organismos, leis e projetos objetivando a manutenção e recuperação de favelas, bem como a oferta de serviços assistenciais à sua população, por outro lado, havia a promulgação de leis, criação de instituições, apresentação e realização de projetos visando à eliminação das mesmas. As intervenções realizadas nas favelas do Rio de Janeiro até a metade da década de 1960 seguiam duas tendências contraditórias de ação, ou seja, a sua extinção ou a introdução de melhorias (VALLADARES, 1978).

Entre os anos de 1945 e 1965 (período das últimas eleições diretas para governador), as favelas representaram uma área política de grande importância em virtude da sua dimensão eleitoral crescente. Os políticos voltavam-se para as favelas, intensificando suas atividades de relacionamento e propaganda, através da oferta de recursos ou favores pessoais aos moradores. Estabelecia-se uma clara relação de troca entre o voto e o favor obtido.

Nas favelas por muitas décadas foi implantada uma política de convivência tolerante, não só por interesses eleitorais, mas também pela falta de recursos dos cofres públicos para empreender mudanças de grandes proporções (VALLADARES, 1978). Essa prática foi estendida também para os demais municípios da região metropolitana, incluindo Duque de Caxias, onde multiplicava-se a quantidade de pessoas morando em condições aviltantes.

É possível constatar que o período populista foi um verdadeiro fracasso no que se refere à política habitacional. A ação do governo restringiu-se apenas à construção de alguns poucos conjuntos habitacionais pela Caixa Econômica Federal e Institutos de Previdência, cujas unidades eram em número muito abaixo do necessário para que se alcançasse a solução do problema. Apesar de não resolver os problemas habitacionais, esses investimentos realizados pelo governo tinham uma grande importância política para os governos populistas, uma vez que geravam grandes quantidades de votos que os mantinham no poder. Também era eficaz ao dar um tom popular a um governo que servia principalmente aos interesses das classes mais privilegiadas.

A compreensão do processo de proliferação das favelas exige uma análise do contexto em que tal fenômeno se processava: as favelas pouco eram afetadas pelos controles urbanísticos devido ao comprometimento de qualquer ação coercitiva por parte do poder público em virtude do fluxo migratório que então era verificado; o acúmulo de capital por parte da indústria, do comércio e da burguesia em geral dependia dessa mão de obra barata; os terrenos ocupados pelas favelas eram públicos ou pouco valorizados pelas empresas imobiliárias. Segundo Valladares (1978), a favela encontra-se à parte de qualquer especulação, pois os terrenos

ocupados por elas, sendo públicos ou particulares estão em áreas de difícil exploração devido à proximidade de rios, morros ou são propriedades contestadas ou desconhecidas.

A administração de Carlos Lacerda (1960-1965) inaugurou uma nova forma de tratamento das favelas baseada na remoção. O objetivo era eliminar as favelas e transferir suas populações para outros locais. Houve, em 1962, a criação da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB), que, utilizando-se das verbas da United States Agency for International Development (USAID), construiu as Vilas Kennedy, Aliança e Esperança (todas localizadas muito distantes da área central), para onde foram removidos os moradores de diversas favelas da cidade (VALLADARES, 1978).

Ainda durante a administração Lacerda, houve a erradicação das favelas da Praia do Pinto, Morro da Formiga e da Favela do Esqueleto. Seus moradores foram transferidos para habitações “provisórias” construídas no Complexo da Maré, dentre eles meu pai.

Segundo seus relatos feitos para mim, alguns moradores viam na remoção uma esperança de melhoria em suas condições de vida que, na Favela do Esqueleto, eram marcadas pelo convívio com condições insalubres e com a violência. A expectativa alimentada antes da remoção foi frustrada pelo surgimento de novas dificuldades como o aumento da distância e do custo para chegar ao trabalho e a falta de oferta de serviços básicos como fornecimento de água. Meu pai, ao ser fixado na Nova Holanda viu-se obrigado a chegar do trabalho cansado e carregar galões conhecidos como rola d’água para abastecer sua residência.

A partir de 1964, o esvaziamento da vida eleitoral diante das transformações da estrutura política brasileira, acarretou a diminuição da importância do papel político-eleitoral das favelas. Houve um grande afastamento dos políticos das áreas faveladas devido aos efeitos de todas as medidas de segurança nacional que resultaram num grande número de cassações de direitos políticos, na suspensão das eleições diretas para Presidência da República e Governos Estaduais e na suspensão da prática multipartidária em consequência da instituição oficial do bipartidarismo.

Surgiu um posicionamento mais firme e decidido quanto ao que fazer com a favela, abandonando a ambiguidade que caracterizava o momento político anterior. O Governo Federal adotou uma política única em relação às favelas, ou seja, uma política de extinção.

Ao longo do período marcado pelo regime militar, a erradicação das favelas marcou as intervenções executadas pelo Estado, para o qual, essas localidades deveriam ter uma presença transitória. Durante as remoções massivas de favelas, a ideia de integração era traduzida pela perspectiva da eliminação desses territórios, vistos como um elemento irracional e disfuncional do espaço urbano.

Tal política seria comum ao Governo Federal, ao então Estado da Guanabara e ao Estado do Rio de Janeiro. Para isso, em 1968, foi criada pelo governo federal a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), órgão do Ministério do Interior ligado diretamente ao Banco Nacional de Habitação (BNH). Esse foi o período em que se assistiu a maior operação anti-favela que o Rio de Janeiro jamais conheceu (VALLADARES, 1978).

De acordo com Perlman (1977) a justificativa utilizada pela CHISAM para promover uma remoção em larga escala estava baseada no argumento de que a “recuperação” humana seria consequência de uma reabilitação física dos locais de moradia, seguindo uma linha de pensamento elaborada pela escola ecológica da marginalidade⁷. Ao analisar uma publicação produzida pela CHISAM, conclui:

Lançando mão de um modelo simplista de determinismo ambiental, a CHISAM e o BNH justificam a remoção como representando a integração do favelado na sociedade: “o primeiro objetivo é a recuperação econômica, social, moral e higiênica das famílias faveladas. Da mesma maneira, o programa visa a mudar a posição da família favelada, que ocupa ilegalmente propriedade alheia, com toda a insegurança que isso representa, pela de donos de casa própria. Tais famílias tornam-se, então, completamente integradas na comunidade, especialmente quanto à maneira de viver e pensar” (PERLMAN 1977, p. 243).

Foram assim reduzidas as condições de permanência das favelas. Novos interesses cobiçavam os espaços que seriam liberados com as remoções. Além disso, a presença dos favelados sempre foi um incômodo para os bairros ricos da cidade.

A remoção das favelas também representaria a solução de um entrave diante dos programas de planejamento projetados ou realizados pelo Estado, bem como a eliminação de uma ameaça que as aglomerações populares de baixa renda, de considerável importância quantitativa e com forte potencial de mobilização, representavam para a ordem estabelecida. Atendia-se aos interesses da elite que fazia uma conceituação estigmatizada do favelado, que era qualificado como parasita do Estado, marginal, que precisava ser eliminado do espaço em que se encontrava e re-territorializado em outras áreas distantes, não visíveis. Acabar com as favelas também contribuía para incrementar a construção civil, que usufruiria da liberação de

⁷ Para Perlman (1977, p.125) o estudo do conceito da marginalidade apresenta grande relevância, uma vez que as ideologias e estereótipos que a ele se associam afetam as vidas de milhões de favelados. À época, a marginalidade vinha sendo utilizada como uma cortina de fumaça atrás da qual continuavam a ser conduzidas velhas batalhas ideológicas. Ainda segundo a autora, tal posição é adotada pela escola ecológica da marginalidade que considerava a favela um espaço fisicamente delimitado dentro do qual todo mundo é marginal e fora do qual todo mundo é mais ou menos integrado.

terrenos (sobretudo na Zona Sul) antes ocupados pelas mesmas e atenderia a demanda de construção de unidades habitacionais para as famílias removidas.

Apesar de todo o esforço de remoção de favelas, essas cresceram em número e em população, pois as causas do seu crescimento não foram atacadas pelos diversos programas de remoção. As diversas intervenções governamentais não levavam em consideração as características de sua população e os fatores que a levavam a morar em favelas. Para as camadas pobres, mais que uma moradia, a favela tem outras funções importantes: facilidade de acesso aos mercados de trabalho, reduzindo os gastos com transporte e habitação. Para Valladares (1978), a favela acaba constituindo-se como uma solução orçamentária. A favela também é o resultado, acrescentamos, de uma situação em que o uso do solo é cada vez mais determinado pelo seu valor, e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas camadas dominantes.

As intervenções realizadas no Rio de Janeiro também não levaram em conta outras variáveis que determinam o crescimento das favelas: as migrações que sempre tiveram importante papel no crescimento da cidade e no aumento dos bolsões de pobreza; a especulação imobiliária e a deterioração das condições materiais de vida das camadas menos favorecidas.

Em seus relatos sobre a Nova Holanda, meu pai afirma que havia uma segmentação territorial entre pobres e miseráveis. Os pobres ocupavam os barracões construídos pela prefeitura onde as condições de habitabilidade eram melhores, enquanto os miseráveis ocupavam barracos muito pobres, construídos à beira do mangue, em palafitas. Estes moradores eram compostos por migrantes oriundos principalmente da região Nordeste. Aos poucos, com a saída dos moradores dos barracões construídos pela prefeitura para os conjuntos habitacionais, a população das palafitas foi ocupando os espaços que tornavam-se disponíveis.

O efeito obtido pela política de remoção de favelas foi o inverso ao que se esperava, ou seja, não ocorreu o fim das favelas, nem mesmo a sua contenção. Ao contrário, continuaram crescendo e marcando a paisagem da cidade.

O final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 constituía um período importante, pois ao mesmo tempo, representava o fim da ditadura militar e o surgimento de novas mobilizações sociais. Houve uma grande mudança acerca do debate sobre o que fazer com as favelas e as periferias em geral após o período de abertura democrática. As soluções propostas pelo regime militar (marcadas pela repressão) seriam terminantemente desconsideradas.

No caso do Rio de Janeiro, mais especificamente a partir do governo de Leonel Brizola, foi possível observar uma mudança significativa na forma como as classes populares urbanas passaram a ser situadas no conjunto dos conflitos sociais, reorientando as intervenções estatais nas favelas. Seu governo poderia ser caracterizado por duas importantes linhas de atuação: em

primeiro lugar a questão do respeito aos direitos humanos, ao defender o direito dos presos e alterar a forma como as polícias atuavam nesses territórios, em geral, com uso excessivo da força. Em segundo lugar, intervenções que tinham como objetivo melhorar a infraestrutura das favelas. Segundo Souza,

O primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1986) pode, é certo, ser considerado, para tomar emprestado um termo popularizado pelo físico-químico Ilya Prigogine, uma flutuação decisiva, uma pequena “perturbação” mais ou menos contingente que propiciou o fortalecimento do crime organizado no Rio. Em nome de uma- em si mesma, evidentemente, correta- política de humanização do aparato policial e respeito aos direitos humanos e civis dos favelados, Brizola acabou por enfraquecer a presença das “forças da ordem” nas favelas, ao diminuir o abuso e a truculência policiais, sem, contudo, substituir essa presença atrabiliária por uma outra (do policiamento comunitário eficaz a um engajamento social mais profundo do poder público, por exemplo, mediante a urbanização). O vácuo de poder foi preenchido, eficientemente, pelos traficantes (SOUZA, 1994, p. 32).

Questionando as concepções, ainda presentes a respeito da transitoriedade das favelas, o Estado promoveu intervenções como fornecimento de água e eletricidade. Diante do novo cenário, os moradores sentiram-se mais seguros para investir na melhoria de suas casas. Associado a esse fato, observou-se a migração de mais moradores para essas localidades na década de 1980, fazendo com que as favelas passassem por um crescimento urbano considerável. A partir de então, as propostas de erradicação não se adequavam mais.

As ações do governo Brizola, especialmente as que se situavam no âmbito do reconhecimento da permanência das favelas por meio das obras de infraestrutura e na garantia dos direitos civis, ao impedir as incursões policiais, ocorreram paralelamente ao início da construção da violência urbana como o principal problema público do Rio de Janeiro.

Essas ações do governo Brizola seriam futuramente interpretadas como a causa de um duplo processo: o da favelização e o da violência urbana. As favelas tornaram-se, com o tempo, o lugar do perigo, a fonte de todos os medos da cidade. Ainda segundo Souza:

O principal marco histórico do tráfico de drogas no Rio de Janeiro é, de um modo um pouco vago, a década de 80. Muito embora o comércio de drogas ilegais (notadamente a maconha) fosse conhecido no Rio há muitos decênios [...] No bojo do mesmo processo em que se dá a substituição – simbólica e, também, cada vez mais real – da maconha pela cocaína e do 38 pelo AR-15, dá-se, igualmente, o aumento da complexidade organizacional do tráfico, além da expansão extraordinária de sua influência sobre a sociedade. Do final dos anos 70, [...] o surgimento do Comando Vermelho (SOUZA, 1994, p. 30).

O lançamento do Programa Favela-Bairro em 1994 pelo então prefeito César Maia consolidou o repertório da urbanização que já vinha ocorrendo desde o início da década de 1980 e cujo marco foram as ações empreendidas durante o governo Brizola. Nesse período a Lei

Orgânica do Município e o Plano Diretor da Cidade possuíam dispositivos proibindo a remoção das favelas e priorizando, em seu lugar, a política de urbanização.

O programa tinha como objetivo principal integrar as favelas à cidade, transformando-as em bairros populares, ainda que a própria definição de “favela” e “bairro” já fosse por si só problemática (Freire, 2005). Tal iniciativa oferecia melhorias físicas nas favelas e loteamentos, concentrando sua atuação na oferta de infraestrutura urbana, tais como vias de acesso, redes de água e esgoto e iluminação pública. Havia, contudo, a preocupação de preservar o que já havia sido construído pelos próprios moradores, dessa forma, atuava-se exclusivamente na recuperação urbanística da área. A partir do reconhecimento do já construído, buscava-se oferecer a ligação de áreas diferentes da cidade por meio de obras de infraestrutura.

O Programa Favela-Bairro inaugurava uma nova fase de melhorias feitas pelo Estado, o que até então era feito pelos próprios moradores, através do que Valladares considerou como “auto urbanização”.

Ao longo do tempo[...], as favelas experimentaram um verdadeiro processo de “auto-urbanização” que, apesar de lento e por vezes descompassado, se tornou efetivo: ruas foram abertas e calçadas, áreas pantanosas ou de maré foram aterradas, redes de água foram instaladas, valas cheias de detritos foram substituídas por manilhas, construções em alvenaria de um, dois, três andares substituíram os barracos de madeira que antigamente eram o símbolo da favela (VALLADARES, 1978, p.7).

Com a grande expansão da atuação do narcotráfico, iniciada a partir dos anos de 1980, a criminalidade associada ao tráfico de drogas configurou-se como o principal problema público do Rio de Janeiro. A sensação de insegurança se fazia presente diante de frequentes confrontos entre policiais e traficantes e entre quadrilhas rivais nas favelas da cidade. A população que vivia em favelas passou a ser encarada como potencialmente criminosa. As favelas passaram a ser vistas como o foco da violência que irradiaria para o restante da cidade. O medo passou a justificar que a ordem social fosse restabelecida mediante o uso cada vez maior da força, tendo como principal responsável por isso a polícia.

A partir da associação entre aumento do território das favelas e, conseqüentemente, aumento da violência na cidade, reforçava-se o discurso de erradicação. No entanto, essa proposta não encontrava as condições de se efetivar e permaneceria em estado de espera.

A eleição do prefeito Eduardo Paes, cujo primeiro governo iniciou-se em 2009, mudou esse cenário de maneira decisiva. Em sua gestão, a possibilidade de erradicação não surgirá como alternativa às práticas de urbanização, mas ambas as possibilidades seriam combinadas para lidar com o “problema favela”.

Esse período seria caracterizado pela busca de se legitimar as remoções especialmente a partir das críticas às interpretações consideradas negativas elaboradas em outros períodos, especialmente a década de 1980.

Segundo Magalhães (2019), o prefeito Eduardo Paes cunhou a expressão: “É preciso acabar com o tabu da remoção”. A crítica feita por Paes era que a favela seria vista como um lugar intocável, mediante uma espécie de acordo com as autoridades públicas do passado. Isso teria levado à expansão das favelas e à degradação do espaço urbano. Nesse contexto mais recente, a favela não deveria ser concebida como “solução”, assim designada nos anos 1980. O debate da ordem urbana se intensifica com a criação da Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP), que pretendia demonstrar uma novidade na administração pública em reordenar a utilização do espaço urbano. Aos poucos o caos foi associado aos pobres da cidade, e principalmente aos seus lugares de moradia, as favelas.

A partir de 2009 o Rio de Janeiro foi alvo de grandes transformações urbanas que visavam especialmente à preparação da cidade para a realização de megaeventos esportivos: a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Nesse contexto, buscou-se construir uma nova imagem da cidade a fim de impulsionar o turismo e atrair novos investimentos internacionais. Era preciso reproduzir no Rio de Janeiro características que o tornassem moderno, para fazer frente às cidades que já receberam pelo mundo grandes eventos. É o que Carreras chama de homogeneização de espaços urbanos, conforme descrito no trecho abaixo:

A crescente importância do consumo do espaço urbano colocou no primeiro plano das políticas de muitas cidades um interesse especial pela paisagem urbana em relação ao desenvolvimento da chamada sociedade do espetáculo (Debord, 1992), e da cultura da imagem. O papel dos arquitetos e de outros técnicos foi assim magnificado e a contratação de suas obras em uma escala internacional concretizou boa parte da homogeneização de muitos espaços urbanos que se considerava vinculada com exagero ao desenvolvimento da globalização (CARRERAS, 2004, p. 26)

O cenário acima descrito permitiu a retomada da remoção como uma forma do Estado atuar nas favelas. Tal atuação sustentava-se através do uso de três elementos legitimadores, a saber: o “risco”, o “legado olímpico” e a “desordem urbana”.

Ainda segundo Magalhães (2019), o argumento do risco estava baseado na realocação de famílias que tiveram prejuízos relacionados às fortes chuvas que atingiram a cidade do Rio de Janeiro em 2010. Já a justificativa do legado estava relacionada às transformações urbanas pelas quais a cidade precisava passar a fim de sediar a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Tais megaeventos seriam a oportunidade de superar o abandono e a

desordem instalada na cidade, além de favorecer o setor imobiliário. Assim foram os casos da Favela do Parque Colúmbia, Favela Vila Recreio II, Favela Metrô-Mangueira, Comunidade Arroio Pavuna e Vila Autódromo.

O objetivo das intervenções remocionistas não era acabar com determinados problemas, mas restabelecer fluxos interrompidos ou mesmo modificar aqueles já existentes, reconfigurando suas direções. Áreas inteiras da cidade, como a zona portuária, tiveram seus usos alterados, tanto do ponto de vista das populações que ali habitavam quanto das atividades de diferentes naturezas que ali se teciam. Pretendia-se conduzir e controlar os moradores de favelas no espaço urbano, redefinindo as fronteiras espaciais, sociais e morais na cidade do Rio de Janeiro. Magalhães (2019) prossegue afirmando que as remoções postas em prática deixaram muito claro que os agentes públicos operam num limite muito tênue entre o que diz a lei e o extralegal. Esse momento em que a diferença entre o legal e o extralegal parece não existir é o que permite que a força utilizada contra populações subalternas assim o seja sem grandes comoções e sem ser considerada ilegal. Nesses casos, a exceção vira a regra e não o contrário.

O período Paes foi marcado por diversas irregularidades em que era comum o uso de documentos falsos afirmando que liminares que impediam as remoções haviam sido cassadas, a prefeitura costumava alegar a posse como argumento para baixar os valores das indenizações sem permitir questionamentos e os moradores eram pressionados a assinar papéis em branco ou de conteúdo desconhecido. Havia a prática de ironizar a capacidade cognitiva dos moradores, fato classificado por Magalhães (2017) como desqualificação moral.

Boa parte da população não tem a real dimensão do que representam tais remoções, e acabam não sendo empáticos ao problema devido à perda da totalidade, segundo Carreras:

A vida cotidiana da maioria dos cidadãos transcorre em itinerários relativamente limitados e repetidos, o que impede a compreensão da cidade como um todo: apenas uma minoria de cidadãos tem um âmbito maior, dentro e fora da cidade, e consegue uma visão mais totalizante: assim como os visitantes e turistas cujo desconhecimento facilita a confecção de uma ideia geral e generalizante (CARRERAS, 2004, p. 28).

Com frequência as técnicas utilizadas pelas diferentes agências estatais que atuam nessas ocasiões não reconhecem a existência moral das pessoas envolvidas no processo de remoção. Sendo assim, grande parte das críticas a esses processos giram em torno das violações de direitos e das formas de tratamento (quase sempre marcadas pela humilhação) dispensadas pelos agentes estatais em diferentes ocasiões (Freire & Tafakgi, 2016).

Compartilho da ideia expressa no título de um texto de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (2009): “A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta”, no qual o

papel do analista, segundo o autor, é varar todas as palavras, anulando o seu pretenso valor universal. Quando sentidos e significados são vistos para além do que dizem os indivíduos, adquirem valor social. É assim que é possível entender contradições. Nesse sentido, creio que o referido autor foi muito preciso ao realizar uma breve apreciação sobre a história da questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro.

Para quem for buscar, desde o início do século XX, o que se pensava no Rio de Janeiro sobre os problemas de moradia para os pobres, poderá haver uma surpresa. É que encontrará, expresso sob diversas formas, o mesmo preconceito ideológico que nos parece tão atual e familiar. Os pobres empestavam a cidade. A sua miséria materializada no espaço era altamente contaminadora dos padrões urbanísticos civilizados. Incomodavam por participarem, à força, da festa para a qual não haviam sido convidados, e ninguém estava disposto a dividir com eles o pouco que havia digno de ser usado. Era preciso, portanto, acusá-los de muitos males verdadeiros e imaginários, torná-los sujeitos de culpa atribuída. Depois disto, só restava decretar a sentença: banimento. Um banimento que já inequivocamente favorecia aos interesses do poder e do Capital. Todas as maravilhosas obras feitas na cidade, na época, e das quais nos ensinaram a nos orgulharmos na escola foram, de fato, feitas à custa dos pobres removidos para longe e com prejuízos para seus esquemas de vida. Mas, o que importava isto se o que vinha pela frente era o progresso? (SANTOS, 2009, p.10-11)

Considero que as práticas remocionistas implantadas na capital do estado do Rio de Janeiro serviram de modelo para o que se observa atualmente em municípios da região metropolitana, como a cidade de Duque de Caxias.

1.2 Uma apreciação sobre a remoção de favelas em Duque de Caxias

O município de Duque de Caxias, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro integrava, juntamente com São João de Meriti, Nilópolis e Nova Iguaçu um único município até a década de 1940. Todos compunham o município de Nova Iguaçu. A emancipação de Duque de Caxias ocorreu em 1943. Sendo assim, a história da ocupação do município de Duque de Caxias se confunde com a dos demais municípios da Baixada Fluminense, influenciados pela proximidade com o município do Rio de Janeiro.

Duque de Caxias apresenta indicadores econômicos e sociais com características distintas. Silveira e Ribeiro (2017), ao fazerem uma comparação entre o índice de desenvolvimento humano (IDH) e o Produto Interno Bruto (PIB) do município, perceberam significativas disparidades. Enquanto seu PIB ocupa a 3ª posição no Estado do Rio de Janeiro e a 24ª entre todos os municípios do país (IBGE, 2015), no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Duque de Caxias ocupa a 49ª e 1.574ª colocações no estado e no país respectivamente. Os autores concluem que o município possui uma elevada proporção de

habitantes vivendo em condições precárias cuja qualidade de vida se mantém em níveis muito baixos. Portanto, esses indicadores socioeconômicos gerais do município denotam um forte contraste: por um lado, a elevada produção de riqueza local; por outro, a baixa renda média domiciliar e a péssima situação no *ranking* do IDH municipal.

A questão habitacional é influenciada pela baixa renda média domiciliar dos habitantes que, em grande parte, dispõem de habitações precárias. Duque de Caxias possui a maior população absoluta vivendo em favelas de toda a Baixada Fluminense e a segunda maior do estado. A tabela produzida por Silveira e Ribeiro (2017) apresenta dados que possibilitam concluir que os municípios da Baixada Fluminense com as maiores porcentagens de habitantes residindo em “aglomerações subnormais”⁸ (nomenclatura utilizada pelo IBGE para se referir às favelas e demais assentamentos populares informais) são aqueles situados nas imediações da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, São João de Meriti, Belford Roxo e Duque de Caxias. A ocupação de margens de rios, mangues e brejos, são alguns dos fatores que fizeram com que Duque de Caxias se tornasse mais favelizado do que os demais municípios da Baixada.

Tabela 2: População residente total e em aglomerados subnormais em municípios selecionados da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Municípios	População (2000)			População (2010)		
	Habitantes (Total)	Residentes em aglomerados subnormais		Habitantes (Total)	Residentes em aglomerados subnormais	
		Total	%		Total	%
Rio de Janeiro	5.857.904	1.095.949	18,7%	6.320.446	1.393.314	22,0%
São João de Meriti	449.476	11.875	2,6%	458.673	47.322	10,3%
Belford Roxo	434.474	1.757	0,4%	469.332	35.480	7,6%
Duque de Caxias	775.456	56.659	7,3%	855.048	61.452	7,2%
Queimados	121.993	1.286	1,1%	137.962	5.428	3,9%
Japeri	83.278	14	0,0%	95.492	2.377	2,5%
Nilópolis	153.712	1.616	1,1%	157.425	3.557	2,3%
Nova Iguaçu	920.599	5.667	0,6%	796.257	9.541	1,2%
Mesquita	—	—	—	168.376	1.061	0,6%

Fonte: SILVEIRA E RIBEIRO, 2017.

⁸ Para Santos (2009, p.10), “A existência de formas de vida e de desenvolvimento espacial modernos exige corolários, como favelas, conjuntos, loteamentos e outras formas de ‘submoradia’ (‘sub’ só porque há o ‘super’).”

Essa afirmação é reforçada por dados obtidos pelo Censo Demográfico de 2010 e divulgados por Leite (2016)⁹, que afirmam que o município possuía um déficit habitacional de 32.522 residências em 2010 com a provisão para 2023 de 44.648 novas residências para a população de 0 a 3 salários-mínimos.

Os registros consultados junto à imprensa, à prefeitura e aos textos acadêmicos mostram que, até o presente momento, não houve em Duque de Caxias processos de remoção significativos, apenas remoções pontuais. Ao responder sobre essa questão, o ex-secretário Luiz Edmundo Costa Leite afirmou:

A única remoção importante que me recordo foi na área da Cidade dos Meninos: um grupo de uns 30 casebres construídos em área da união supostamente contaminada, que havia sido vendido por grilheiros. Outras pequenas remoções foram feitas para ampliar a Avenida Leonel Brizola, antiga presidente Kennedy, ou em áreas de risco em Xerém principalmente, depois do grande temporal de 2013, e em outras áreas de risco junto a rios ou encostas, todas oferecendo apartamentos no Minha Casa Minha Vida¹⁰.

Pesquisas realizadas por Amoroso (2018) e Ferreira (2013) mencionam a ameaça de remoção da favela Vila Operária, localizada no 1º Distrito de Duque de Caxias na década de 1960. Tal localidade fora alvo de medidas judiciais que reivindicavam a reintegração de posse a seus supostos legítimos proprietários. Uma forte organização dos moradores, atrelada à lideranças sindicais, colaborou para que o processo de remoção não fosse concretizado.

Não há dados precisos quanto ao número de famílias removidas, contudo, há um consenso de que a remoção da Comunidade Teixeira Mendes se constitui como o primeiro processo de remoção de grandes proporções nesse município. Esse fato reforça a importância do atual trabalho de pesquisa. Acreditamos que o esforço de compreender este processo do ponto de vista das crianças, tomando a escola pública como *locus* privilegiado de observação, também reforça a relevância da pesquisa para o campo dos estudos urbanos e da educação.

⁹ Luiz Edmundo Costa Leite foi secretário de Planejamento, Habitação e Urbanismo da prefeitura de Duque de Caxias entre 2013 e 2016. Este mostra-se muito solícito ao responder os questionamentos que lhe faço através de e-mails.

¹⁰ Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é uma iniciativa do governo federal que oferece condições de aquisição da casa própria através do financiamento para quatro faixas de renda: faixa 1 até R\$ 1.800,00; faixa 1,5 até R\$ 2.600,00; faixa 2 até R\$ 4.000,00 e faixa 3 até R\$ 7.000,00. (CAIXA, 2020).

1.3 Compreender a dinâmica urbana da perspectiva das crianças e adolescentes

Uma espacialidade é certa forma de organização geral do espaço social que apresenta características predominantes que a qualificam e a diferenciam historicamente das outras. Portanto, a espacialidade é um processo em permanente movimento.

O ponto de partida para a compreensão da dinâmica atual do espaço urbano encontra-se no processo de industrialização. O surgimento da indústria trouxe profundas transformações na vida dos habitantes das cidades.

Para apresentar e expor a “problemática urbana”, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguirmos o *indutor* e o *induzido*, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana[...] (LEFEBVRE, 1991, p. 3).

Nas cidades pré-industriais, de economia predominantemente agrária, era possível observar o predomínio do valor de uso do espaço. Constituíam-se em centros da vida social e política onde se acumulavam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas, as obras de arte e monumentos. Era um espaço permeado por laços comunitários que promoviam a agregação e a sociabilidade, favorecendo a apropriação. Neste contexto, a apropriação não tem um sentido de valor econômico, ela inclui, predominantemente, o uso segundo uma estética própria.

A cidade como lugar de criação de valor de troca surge a partir do processo de industrialização. Há a subversão do valor de uso em valor de troca através da generalização do mundo da mercadoria. Ocorre, aqui, a utilização do público como meio e mediação para a realização do valor de troca. O espaço tomado sob a ótica da mercadoria torna-se ele mesmo uma mercadoria. Os habitantes passam da apropriação a uma simples utilização do espaço, que é realizado segundo uma lógica estatal marcada por processos pré-concebidos, normas e regulações.

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 1991, p.6).

Impõe-se o cotidiano, que não é o simples dia a dia. É a ordem compulsória imposta aos ritmos humanos. É uma amarração normativa e regulatória do vivido e está relacionado com a

ampliação do capital em escala global. É no cotidiano que ocorre a união do espaço concebido e do prático-sensível.

Vista sob certo ângulo, a vida cotidiana é em si o espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão. É assim que a vida cotidiana é, para o Estado e para as forças capitalistas, fonte de exploração e espaço a ser controlado, organizado e programado. (NETTO; CARVALHO 2007, p.19-20)

A industrialização traz consigo o discurso da desordem da cidade. Nesse sentido, o urbanismo surge como tentativa de superação da crise. O planejamento e a intervenção estatais tornam-se uma estratégia de classe para a apropriação econômica do espaço.

Através de um forte discurso ideológico¹¹ marcado pelas características de insalubridade das áreas centrais da cidade, a burguesia industrial comanda grandes reformas urbanas num processo classificado por Lefebvre como implosão-explosão. Como foi exemplificado anteriormente, ao abordarmos as reformas urbanas postas em prática por Pereira Passos.

A ideologia e sua aplicação (pelas instituições correspondentes) pesam sobre a prática real. O uso (o valor de uso), posto de lado pelo desenvolvimento do valor de troca (do mundo da mercadoria, com sua lógica e sua linguagem, com o seu sistema de signos e significações aderido a cada objeto) [...] (LEFEBVRE, 1999, p.144).

Enquanto as antigas áreas centrais implodem, ou seja, são amplamente reconfiguradas a fim de atender às novas exigências da reprodução do capital, suas características indesejadas explodem, ou seja, são lançadas para áreas afastadas do centro. Surgem, dessa forma, os subúrbios¹², que passam a abrigar a população mais pobre. Assim que a industrialização passa a reger o processo de urbanização ocorre uma profunda e acelerada segregação socioespacial na cidade. Observa-se a segmentação em espaço de habitação para variadas classes sociais, espaço de produção, espaço de consumo e espaço de lazer. A indústria introduz um sistema em que as pessoas cooperam de maneira inconsciente (alienação). Nesse processo, que sai dos muros das fábricas e vai para as cidades, homens cooperam e realizam a vida urbana, mas permanecem separados. A partir desse momento, passa a não ser mais possível viver a cidade como um todo, pois para ter direito à cidade é necessário ter direito aos seus lugares centrais. O urbano passa a ser uma produção social à qual apenas uma parcela tem direito. Todos

¹¹ As ideologias, ao se apresentarem como interpretações verdadeiras da realidade, acabam mascarando as contradições históricas existentes nas relações sociais. As ideologias são construídas a fim de legitimar relações de poder. É preciso superá-las através de uma análise crítica do cotidiano.

¹² Com o avanço do processo de urbanização, alguns municípios da região metropolitana acabam exercendo função semelhante, como é o caso de Duque de Caxias.

produzem os bens proporcionados pela vida urbana, porém nem todos participam do seu uso completo.

É importante desvendar o jogo que produz o espaço, sempre através de uma análise crítica do cotidiano. Sendo assim, não se pode considerar a dimensão espacial apenas como o concreto. É necessário, também, levar em conta aquilo que é concebido sobre o espaço, seja no plano político, ideológico ou teórico-conceitual. A produção do espaço é social, econômica e política e, portanto, permeada de representações, símbolos e signos.

Dessa forma, o espaço deve ser encarado como o palco da vida. É um produto da sociedade e resultado de um processo histórico. É, ao mesmo tempo, produto, condição e mediação entre aquilo que é o prático-vivido e o concebido. A partir do momento que uma obra se materializa, ela não só manifesta as contradições como também implica e produz constrangimentos, novas restrições de uso e limitações. É a imposição da urbanização a serviço do capital.

O urbanismo é uma dimensão do espaço concebido que atua sobretudo em favor do capital imobiliário, valorizando e revalorizando o espaço através da produção de mercadorias e de novas formas.

O urbanismo encobre essa gigantesca operação. Ele dissimula seus traços fundamentais, seu sentido e finalidade. Ele oculta, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial do lucro médio etc. Essa estratégia oprime o “usuário”, o “participante”, o simples “habitante”. Ele é reduzido não apenas à função do habitar (ao habitat como função), mas à função de comprador de espaço, realizando a mais-valia. O espaço torna-se o lugar de funções das quais a mais importante e velada é esta: formar, realizar, distribuir, de uma nova maneira, o sobreproduto da sociedade inteira (isto é, no modo de produção capitalista, a mais –valia global) (LEFEBVRE, 1999, p.143).

O estudo do espaço não pode prescindir da preocupação com a totalidade. É necessário tecer uma análise crítica e interpretativa daquilo que é o todo e as partes. A urbanização é resultado de um processo dialético entre valor de uso e valor de troca.

A remoção de uma favela é um exemplo claro desse processo, uma vez que visa substituir uma forma de apropriação e utilização do espaço que não segue uma lógica estatal por uma outra apoiada na normatização e em serviços pré-concebidos. A construção de condomínios surge como uma estratégia do urbanismo para vender os valores de uma vida comunitária regulamentada pela lógica do Estado.

Vogel, Vogel e Leitão (1995) fazem uma análise das relações entre Estado, espaço urbano e população no Brasil em perfeito alinhamento com o pensamento lefebvriano, afirmando que

É preciso lembrar que existem cidades há quase quinhentos anos no país e que elas reproduzem uma proposta europeia longamente elaborada. São lugares de civilidade, rompida ou degradada por transformações rápidas no século XX, consequência de investimentos econômicos e políticos cheios de reflexos demográficos. As cidades, antes de “conquistadas” pelo modelo de desenvolvimento, tinham seus códigos e valores, considerados de domínio e responsabilidade coletivos. Os habitantes eram sensíveis aos cenários onde se desenrolava o cotidiano (sua calçada, sua rua, sua praça, seu bairro, sua paisagem, seu transporte, seus locais de compra, de trabalho ou de atendimento de necessidades) ou onde se davam as quebras ritualizadas do dia-a-dia (o centro, à noite, as avenidas, para desfiles e festas, os lugares de passeio). Cuidavam deles. Depois, começaram a perder, com velocidade assustadora, gostos e hábitos que permitiam passagens menos traumáticas entre espaços públicos e privados, de maior ou menor centralidade, comerciais, residenciais e industriais. Foram acabando, também, as integrações mais harmoniosas com a natureza. A própria escala das cidades que cresciam muito se encarregava disso (VOGEL, VOGEL e LEITÃO 1995, p. 6-7).

Ao longo do século XX, o Estado passa a assumir enormes encargos em um momento em que as cidades têm um forte crescimento impulsionado pelo êxodo rural. A burocracia e o autoritarismo levam os moradores a participar cada vez menos das decisões sobre a cidade. O desinteresse pelas questões urbanas passou a ser estimulado a fim de que o trato do coletivo fosse assumido inteiramente como tarefa de autoridades e especialistas. Ao longo do tempo, os moradores da cidade passaram a não se sentir mais donos dos espaços públicos.

A respeito da necessidade do surgimento de uma nova consciência da população em relação aos espaços públicos, Vogel, Vogel e Leitão (1995) prosseguem em sua linha de raciocínio afirmando:

Se é preciso que surja uma nova consciência de cidadania, ela dependerá de uma lenta acumulação. Isto significa rever experiências passadas, tentando retomar alguns fios perdidos para entretecê-los com outros novos, resultantes do que está acontecendo agora. O ponto de partida é dar às pessoas condições para perceberem os fenômenos urbanos, através de reflexões sobre o cotidiano. O ideal seria que qualquer morador da cidade fosse capaz de distinguir questões relevantes e elaborar opiniões a respeito. Depois, seria necessário que compreendesse os mecanismos que regem a sociedade urbana, “inventando” ou solicitando arenas onde reclamar seus direitos, o que também corresponderá a assumir umas tantas responsabilidades. A maturidade consistiria em saber juntar esforços em torno de representatividades suficientemente informais para corresponderem ao “espírito” de cada lugar e bastante organizadas para serem reconhecidas pelos agentes de fora. O alvo principal seriam os órgãos públicos. As autoridades e os técnicos do governo passariam, então, a receber um fluxo de críticas consistentes e contariam com interlocutores que, através de negociações, ajudariam, a orientar suas ações (VOGEL, VOGEL, LEITÃO, 1995, p.7-8).

Os autores seguem afirmando que as escolas são locais privilegiados de observação de questões relevantes à cidade, assumindo uma função de grande importância na orientação de políticas públicas alinhadas como os reais interesses da população.

Se alguém quiser fornecer instrumentos elementares para observação e análise do que acontece nas cidades, terá de atuar nas escolas de primeiro grau. São as melhores instituições para apresentar os recursos através dos quais se pode agir, seja junto à família, seja em grupos mais amplos, ou nas instâncias formalizadas de poder e decisão. Para as motivações básicas, bastarão os exercícios de observação do dia a dia. Eis, enfim, a escola, elemento estruturante da cidade, assumindo um caráter didático comprometido, tanto com a cultura viva que a embebe, como os objetivos políticos de democratização. Política volta ao seu lugar – polis- através de um dos espaços- o do saber elementar- que ela mesma contribui para que surgisse e adquirisse a importância que tem no mundo moderno (VOGEL, VOGEL, LEITÃO, 1995, p.8).

Segundo dados da projeção da população brasileira feita pelo IBGE¹³ em 2020, 20,87% da população do país é composta por crianças até 14 anos de idade. Com a presença desse número expressivo de pessoas que compõem a população brasileira faz-se necessário ouvir esse público a respeito de problemas ligados às diversas áreas do conhecimento que interferem diretamente em suas vidas.

A partir da década de 1990, a criança passa a ser vista como sujeito de direitos por meio da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, a criança passa a ser valorizada cada vez mais como consumidora. O consumo é uma das poucas transformações históricas que afetaram os modos de participação das crianças na vida social. A cultura do consumo promoveu alguns deslocamentos na situação social da criança, mas disso não decorreu um descentramento da sua posição como sujeito tutelado, minorizado e que não pode falar por si (CASTRO, 2008).

Ainda assim, mesmo estreando novas áreas do conhecimento para ouvir as crianças, segundo Castro (2008) esses atores ainda vêm sendo apresentados a partir da tradução ou da interpretação que os adultos fazem deles. Eles não têm a garantia e a legitimidade de falar por si. A postura de sujeito tutelado que historicamente têm sido atribuídas às crianças é fruto de um olhar que confere ao adulto a autoridade de dizer e prescrever o que a criança precisa.

Müller e Nunes (2014) afirmam que os estudos teóricos sobre a infância na cidade encontram-se, ainda, pouco consolidados em uma linha de pesquisa. Creem que isso possa ser explicado pela própria definição de indivíduo das Ciências Sociais, categoria que pressuporia, dentre outras características, autonomia diante das condições gerais da existência.

O ponto de vista acadêmico de Christensen e O'Brien (2003 *apud* MÜLLER; NUNES, 2014) vai ao encontro da perspectiva de vocalização das crianças acerca do estudo da cidade, sugerindo três temas-chave desta relação:

¹³ Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock. Acesso em: 22 maio de 2021.

1) Incluir as crianças no debate diz respeito a entender a vida da cidade a partir do ponto de vista delas; 2) justapor conexões entre lar, vizinhança, comunidade e cidade, o que diz respeito à interação contínua de redes de relações, lugares e espaços para crianças e adultos; 3) promover o engajamento das crianças em processos de mudança das cidades compreende saber como crianças veem a cidade, que por sua vez, poderão ser transformadas a partir de um quadro sensível às crianças. Certamente essas orientações deverão estar na base dos estudos urbanos sobre a infância e adolescência.

São as crianças e adolescentes periféricos que mais se apropriam dos espaços públicos das cidades. Isso ocorre porque os de classe média e alta, devido à violência urbana, estão geralmente confinados em shoppings e condomínios fechados. Ou seja, são tutelados por adultos, sendo consumidores de espaços privados e cada vez mais desestimulados a explorar a cidade. Quem vive a plenitude de espaços coletivos como a rua e as calçadas em geral são as crianças e adolescentes pobres e periféricos, que dependem ainda mais da iniciativa dos governos de construir ou reformar espaços públicos adequados aos seus usos. Complementando essa ideia, Santos afirma:

O direito aos espaços públicos típicos da vida urbana tradicional foi privatizado. O lazer na cidade se torna pago, inserindo a população no mundo do consumo. “Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, por que essenciais” (SANTOS, 1993. p.48).

Buscando a ampla compreensão do que foi, de fato, a remoção da Comunidade Teixeira Mendes, esta dissertação pretende ouvir os diversos atores sociais envolvidos na questão, inclusive as crianças e adolescentes, já que são consumidores e produtores do espaço da cidade. Passam a maior parte do tempo no bairro onde vivem, utilizando equipamentos públicos como a praça, a escola e a rua. Faz-se necessário vocalizar suas opiniões e vivências sobre os espaços em que habitam.

2. A REMOÇÃO DA COMUNIDADE TEIXEIRA MENDES

Esse capítulo apresenta o processo de formação socioespacial da Comunidade Teixeira Mendes: o contexto do seu surgimento, número aproximado de habitantes, a oferta de serviços públicos, condições de moradia de seus habitantes, entre outros aspectos.

Pretende-se, também, confrontar os diferentes pontos de vista envolvidos no processo de remoção da comunidade em questão. Dessa forma, serão consideradas informações adquiridas junto à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação de Duque de Caxias, a variados meios de comunicação e aos moradores e ex-moradores.

O confronto de tais informações contribuiu para lançar luz sobre questões que pareciam um tanto obscuras. Foi possível compreender melhor o processo de remoção, inclusive estabelecendo paralelos com outras intervenções urbanas realizadas ao longo da história do Rio de Janeiro.

2.1 A comunidade Teixeira Mendes

A Comunidade Teixeira Mendes estava localizada no Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no bairro Vila Sarapuí, no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Seus moradores a compreendiam como sendo duas localidades distintas, denominadas Dique 1 e Dique 2, fazendo essa subdivisão a partir das margens do rio Sarapuí. A área estava à margem do referido rio, nas proximidades de uma importante avenida denominada Leonel de Moura Brizola (antiga Presidente Kennedy) e da estação ferroviária de Gramacho.

A análise dos mapas a seguir permite compreender a localização do recorte espacial em diferentes escalas. O mapa a seguir mostra a localização do município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro e a sua divisão em quatro distritos. O objeto de estudo em questão, a Comunidade Teixeira Mendes, localizava-se no primeiro distrito.

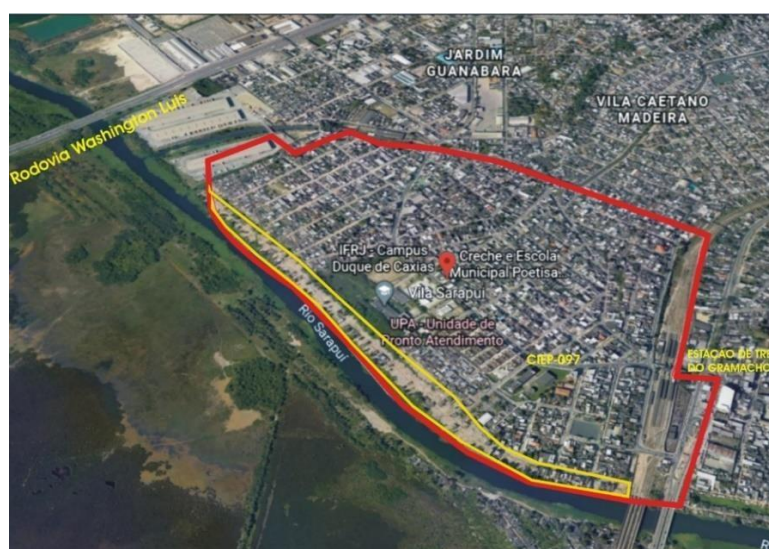
Mapa 1- Localização do Município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: WIKIPÉDIA, 2020.

A imagem de satélite abaixo mostra a delimitação do bairro Vila Sarapuí e destaca a localização da Comunidade Teixeira Mendes e do CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas.

Fotografia aérea 1- Bairro Vila Sarapuí, destaque para área da Comunidade Teixeira Mendes



Legenda:

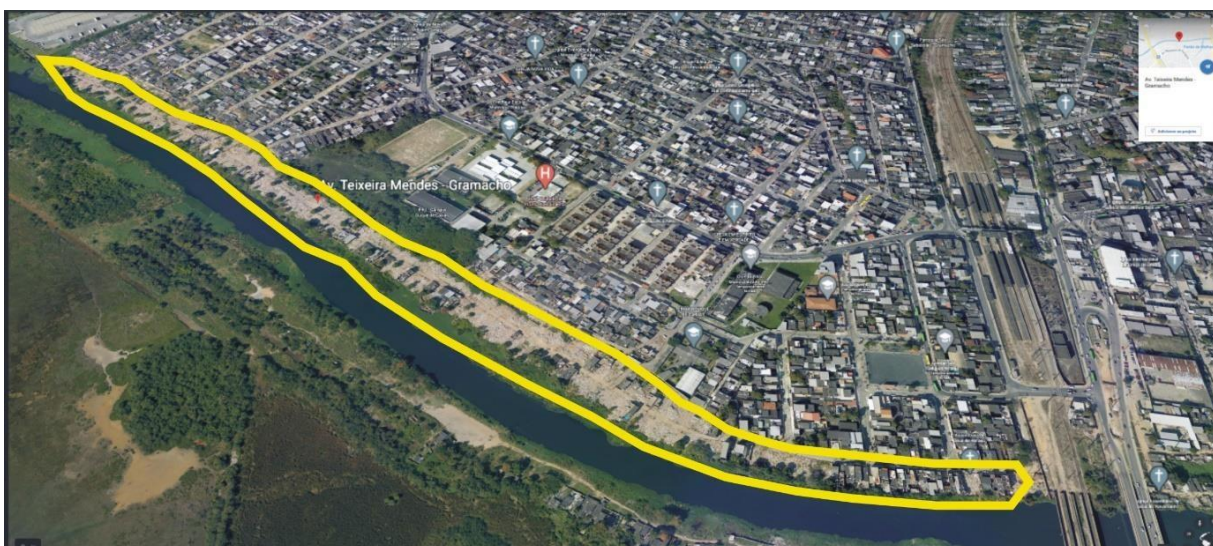
— Limites do bairro Vila Sarapuí

— Limites da Comunidade Teixeira Mendes

Fonte: GOOGLE EARTH, 2020.

A seguir, a fotografia aérea obtida em data posterior à remoção, permite visualizar com bastante clareza a localidade antes ocupada pela Comunidade Teixeira Mendes. Nota-se que o terreno em questão margeia o Rio Sarapuí desde a Estrada de Ferro Leopoldina até as proximidades da BR-040.

Fotografia aérea 2: Comunidade Teixeira Mendes



Fonte: GOOGLE EARTH, 2020.

Em razão da grande carência de material histórico sobre os bairros do município de Duque de Caxias, fez-se necessário recorrer às memórias de antigos moradores para que pudessem verbalizar a história da comunidade em questão.

Certo dia, ao conversar com um colega de trabalho, o professor Alexandre Marques, que leciona história no CIEP, consegui diversos contatos de pessoas engajadas em questões relacionadas à moradia em Duque de Caxias. Entre os nomes citados estava o de Marlúcia Santos de Souza, que deu uma grande contribuição ao trabalho de pesquisa. Marlúcia é historiadora e militante de causas sociais e ambientais em Duque de Caxias. Faz parte do Condema (Conselho Municipal de Meio ambiente) representando a sociedade civil. Também fez parte do Conselho Gestor da APA São Bento, que abrange o território entre os rios Iguaçu e Sarapuí. Possui graduação em Estudos Sociais pela Fundação Educacional Duque de Caxias (1988), graduação em Estudos Sociais pela Fundação Educacional Duque de Caxias (1982) e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2002). Atualmente é Servidora Pública Estadual (RJ) Lotada no Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias como Coordenadora Geral.

Nosso primeiro contato foi via *WhatsApp*, no dia 4 de agosto de 2020. Nessa ocasião, Marlúcia enviou diversos materiais, entre eles o link de uma *live*¹⁴, em que participou, falando sobre a questão habitacional em Duque de Caxias. O material é rico em informações acerca do processo de formação de favelas em Duque de Caxias.

Inicialmente Marlúcia localizou geograficamente e fez um histórico da formação de algumas comunidades de Duque de Caxias.

A Vila Alzira, localizada no bairro São Bento às margens do Rio Iguaçu, beirando a avenida presidente Kennedy, próximo ao lote XV. Tal comunidade encontra-se posteriormente com a Comunidade da Esperança, Novo São Bento e depois a Comunidade do Guedes. São populações ribeirinhas do rio Iguaçu. Já no Rio Sarapuí temos o parque da Liberdade e na outra margem do rio a Comunidade Teixeira Mendes. Dá para perceber a crescente presença de comunidades situadas às margens dos rios, da Baía de Guanabara, mas também em partes de morros, principalmente a partir da década de 1950. Nessa época temos a construção da Avenida Brasil e da Variante, que é a Washington Luís. Na época da construção da Washington Luís, muitos piões de trecho, chamados arigós¹⁵, foram formando acampamentos para trabalhar nessas obras, que de pois foram ficando na área formando comunidades, como a Beira Mar, a Vila Operária (1962) e a Favela do Mangue (1952). Em 1958, após uma grande enchente, parte dessa comunidade foi transferida para a Vila São José, às margens do rio Sarapuí. Em 1954, o Parque da Liberdade se instalou às margens do Rio Sarapuí. Depois, teremos a Teixeira Mendes, Parque Jerusalém, a Vila Alzira (1970) nas margens do Rio Iguaçu. Mais recentemente a Comunidade do Guedes. Essas comunidades são fruto de um processo que vamos ver no Brasil de expulsão de trabalhadores rurais por conta do processo de expansão do agronegócio. Teremos então, a mecanização, aumento do latifúndio para a criação de gado, então vai haver a expulsão de um exército de trabalhadores das áreas rurais. Veremos a saída de pessoas do nordeste para o sudeste, principalmente no Rio de Janeiro que era capital, em busca de uma vida melhor. Então vamos começar a ver a chegada de uma população nordestina maciça na cidade de Duque de Caxias. Essa população, muitas vezes sem documento, com pouca qualificação, com trabalhos precarizados, acaba não tendo alternativa a não ser se instalar em áreas de risco, principalmente às margens do rio Iguaçu, Sarapuí e Meriti.

Outra figura bastante representativa que atua junto à comunidade é a Sra. Vera Lúcia Silva Dias (68 anos), que é inspetora de alunos do CIEP Municipalizado-097 Carlos Chagas e mora no bairro desde seu nascimento. Falou durante cerca de 40 minutos sobre diversas experiências que vivenciara no bairro. Como seus relatos eram ricos em detalhes, preferi que falasse livremente, fazendo poucas interrupções em sua fala a fim de não prejudicar seu raciocínio.

¹⁴ Live produzida pela União dos Estudantes de Duque de Caxias (UEDC) intitulada “A luta por moradia” em 10 jun.2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/1400568683543032/videos/875153949660314>. Acesso em: 4 ago. 2020.

¹⁵ Arigó: trabalhador que exerce atividade braçal, árdua, bruta.

Iniciei pedindo à entrevistada que falasse um pouco a respeito da história do bairro. Ela, então, afirmou:

Isso aqui, antes de todo esse progresso, era um campo de paraquedista, era um pântano. Depois veio um matadouro, onde matava os bois e distribuía nos frigoríficos. Essa comunidade era um pântano. As pessoas afundavam. Onde tem o CIEP Carlos Chagas, aqui passava um rio, de água limpa onde passava peixinhos. Inclusive na revolução de 64 eu caí dentro desse rio. Minha mãe me colocou numa fila, porque o exército tava trazendo alimento para as pessoas. Teve um quebra-quebra, não tinha lugar para comprar nada. O exército trazia alimento nesse campo e formava aquelas filas quilométricas. E só podia um quilo para cada um. A minha mãe me colocava na fila, até chegar a minha vez. Veio uma briga, e caí dentro do rio. Onde passa o ônibus Sarapuí X Pedrinhas tinha poucas casas, só trafegava cavalos e carroças. O pão se entregava na porta por uma padeira chamada Alzira. O leite vinha do frigorífico, onde o pessoal chamava de matadouro. Era o frigorífico Santa Lúcia. A comunidade foi se formando aos pouquinhos. A primeira moradora, que ainda está viva, mas saiu daí era a Baiana. Foi do lado de cá na rua Teixeira Mendes. Que não tinha rua na época. Era pântano. Tinha muito jacaré. Esse rio saía lá no rio das Tainhas, onde o pessoal mantinha suas famílias com aquela pesca. Meu pai vendia laranja para os paraquedistas, e a gente ficava andando de bicicleta. Quando os paraquedistas desciam, meu pai vendia a laranja, que já tava toda descascada, e eles consumiam a laranja toda. Meu pai morava em Bonsucesso e minha mãe em Quintino. Aqui não tinha nada. Era muito morro, a Marechal Rondon era um morro enorme, onde a gente escorregava. Aqui no bairro não tinha luz. Depois chegou a luz de cabine, onde dos postes de madeira puxava o bico de luz. Na minha casa a gente tinha um poço, até muito bom. Mas perto da Igreja São Sebastião tinha a praça dos três poços. Onde cada boca de poço era do tamanho de uma sala. Lá, as pessoas enchiam os rola d'água e iam levando pras suas residências. Aqui, no Sarapuí, tinha o bicão, que também levava água no rola d'água até as residências. Aí foi chegando o progresso, o asfalto, o saneamento... a comunidade cresceu. Mercado não tinha, supermercado não tinha. O atendimento médico era só no Parque Itatiaia, que era o SAMDU¹⁶. Pista Leonel Brizola, era a Presidente Kennedy. Teve uma explosão na Petrobrás em 1970, que a minha casa rachou. O fogo a gente chegava senti a quentura na minha casa. Teve várias explosões no mesmo dia, morreu muita gente. Meu pai abriu uma barraquinha na porta da minha casa e vendia arroz, feijão e açúcar. O padeiro deixava o pão. A gente teve uma vida muito difícil. Muito boi na rua. Tinha os boiadeiros tocando boi. A linha de ônibus da Santo Antônio era muito antiga. A estação do trem era muito miudinha. A novela Selva de Pedra foi filmada na estação do trem, com a Regina Duarte e Francisco Cuoco. Washington Luís tinha pouco movimento. A gente atravessava a rodovia de bicicleta para brincar do outro lado. O progresso foi vindo e eu agradeço a Deus por ver todo o progresso e participar dele, como é o caso do viaduto, que muitos carros já foram esmigalhados e tantas crianças. Um amigo meu de quando era criança, Sebastião, perdeu as pernas ali. Foi pegar carona de trem e caiu. O viaduto era uma reivindicação da comunidade. Vinha muitos governadores do Rio. Mediam e nada resolveu. Aí tá saindo agora no governo do Washington Reis. Eu tô muito feliz de participar. A gente não tinha praça. Só tinha a praça dos três poços. Que de vez em quando montavam um circo ou um parque. Na época das festas juninas, todos se vestiam com roupa de quadrilha. Tinha o Seu Olegário que emprestava a carroça pra festa. A dona Lourdes uma vizinha era a grande organizadora. As crianças que pregavam as bandeirinhas. Tinha o quebra pote, o pau de sebo e o ovo na colher. Era o grande divertimento que nós tínhamos nas festas juninas. E tinha aquelas músicas antigas de São João.

Outra pessoa bastante representativa da comunidade Teixeira Mendes é o presidente da associação de moradores Jorge Alves Batista, mais conhecido como Jorge da Kombi.

¹⁶ SAMDU: Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência.

O primeiro contato com o Sr. Jorge foi feito no dia 10 de março, quando visitei a associação pela primeira vez. Ao chegar ao local, o Sr. Jorge se mostrou disponível à entrevista e disse que a comunidade já havia sido removida e que teria sido um ganho para todos, já que viviam em condições bastante precárias. Nesse momento, afirmou que somente uma casa permaneceu no local, pois o morador não havia concordado com o valor da indenização.

Nessa ocasião me apresentei como mestranda e comentei que meu objeto de estudo era o ponto de vista das crianças sobre a remoção. Agendamos uma visita para a próxima semana na expectativa de poder desvendar a origem da comunidade, bem como a participação dos moradores nas decisões sobre a remoção. Porém, na mesma semana, foi decretado estado de emergência no Estado do Rio de Janeiro devido à pandemia do novo coronavírus e toda a programação foi desfeita, já que foi posta em prática uma conduta de isolamento social. Nesse momento me dediquei sobre a parte teórica da dissertação, deixando a parte empírica para um período mais oportuno.

No mês de agosto de 2020, com a flexibilização das atividades econômicas vi a oportunidade de retomar aos poucos a empiria, e assim, liguei para o presidente da associação de moradores, com o objetivo de agendar aquela conversa que ficou adiada por cinco meses. Marcamos no dia 6 (quinta-feira) e fui à associação. Embarquei no trem em um horário sem aglomerações, mas fiquei muito receosa, pois era a primeira vez que retomava o uso do transporte público após vários meses de isolamento social.

Quando cheguei à estação de Gramacho, fiquei surpresa com o movimento, parecia que a vida tinha voltado ao normal no bairro. Os poucos sinais de pandemia eram a presença da máscara e a falta do movimento dos estudantes do CIEP Carlos Chagas. Outro fato que me impressionou foi o ritmo avançado das obras do viaduto, previsto de ser inaugurado no dia seguinte¹⁷. O movimento dos trabalhadores e máquinas era muito grande. Os pilares da ponte já estavam pintados com as cores da prefeitura, além do movimento de trabalhadores que montavam placas de trânsito, colocavam grama no dique construído às margens do rio e espalhavam asfalto no novo viaduto.

Cheguei à associação de moradores no horário marcado, a porta estava aberta, porém seu Jorge não estava dentro do local. Fui para o lado de fora e ouvi um barulho de varrição de rua. Fui até a beira do muro e vi o senhor Jorge varrendo a calçada. Acenei para ele e cheguei

¹⁷ A inauguração do viaduto foi realizada às pressas em razão dos prazos determinados pela legislação eleitoral em vigor. O evento, em que não estive presente, foi marcado por grande aglomeração de pessoas em tempos de pandemia. Também contou com a presença de muitos políticos, com destaque para o Senador Flávio Bolsonaro, filho do então presidente da república Jair Bolsonaro.

perto. Em tempos de pandemia, o uso da máscara atrapalha a identificação de qualquer pessoa. Ainda mais a minha, com máscara de tecido e de acetato.

Identifiquei-me e começamos a conversar ali mesmo na calçada. Primeiro, senti que o presidente da associação estava receoso com as perguntas que poderia fazer e qual seria minha intenção. Porém, deixei claro que meu interesse era apenas de cunho acadêmico em relação à história da comunidade.

O senhor Jorge, mais à vontade, informou que reside no local há aproximadamente 65 anos e que seu pai fora um dos fundadores da comunidade. A área havia sido loteada pela Construtora Silva Cardoso e Gramacho. A compra desses lotes foi feita através de prestações a perder de vista e os moradores que pertenciam a esse loteamento tinham título de propriedade. Já as famílias que anos mais tarde ocuparam a beira do rio, não tinham esse documento, pois eram posseiros.

Sobre a origem dos moradores, falou que a maioria era composta por migrantes. Um exemplo foi seu pai que tem como origem o estado de Minas Gerais. Ele afirma: “Aqui tem gente de todo o lugar, tem Maranhense, muita gente do Nordeste, Norte, Minas...”

Ao ser perguntado sobre como era a área ao chegar quando criança, disse:

Aqui era tudo brejo, cheio de taboa. Eu tomava banho no rio da Tainha, que fica logo aqui atrás. O rio era limpo, essa área toda era de um matadouro, se chamava Frigorífico Santa Lúcia. Hoje, onde está a escola do futuro, era a sede do frigorífico. O boi chegava de trem. Duas vezes na semana, faltava luz na comunidade, porque o frigorífico funcionava. Do outro lado do rio, era o campo dos paraquedistas. A gente ficava olhando os paraquedistas pousarem.

Perguntei sobre a ocupação do seu pai, já que nos relatos da professora Marlúcia os moradores que ocupavam essas comunidades eram trabalhadores que participaram da construção da av. Brasil ou de outras rodovias. Porém, disse que seu pai era trabalhador da indústria de macarrão Marilu, que ficava na av. Brasil, no município do Rio de Janeiro.

A respeito da associação de moradores, diz que se orgulha da mesma, já que é fundador e presidente há mais de 20 anos, atendendo aos interesses de cerca de 2000 famílias cadastradas. Afirma, ainda, que a sede é própria e tudo foi feito por ele.

A associação, fui eu que construí. A gente não tem ligação com a prefeitura. Se não fosse a associação não teria remoção, porque o povo não tinha documentação. A gente é que deu a declaração de residência. Eu fico chateado é que muita gente não reconhece quem trabalha por eles. A associação já teve ambulância, buscava remédio no centro, mas a população se vendia para outro candidato.

O tom de descontentamento se deve ao fato de não ter conquistado o cargo de vereador¹⁸ para o qual se candidatou nas últimas eleições. A foto a seguir mostra a associação de moradores, instalada em uma construção vizinha ao CIEP.

Foto 1: Associação de moradores da Comunidade Teixeira Mendes



Fonte: A autora, 2021.

2.2 O processo de remoção da comunidade

Para compreender como ocorreu o processo de remoção foram realizadas pesquisas em variados sítios eletrônicos de jornais, nos quais pude perceber que não havia um número preciso de famílias removidas. Alguns jornais citavam 900 famílias, outros 1800 famílias. Então, para tentar obter maior precisão, busquei documentos da prefeitura para confrontar com esses dados. Além disso, era preciso compreender a visão da prefeitura sobre o assunto. Assim, tentei contato com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação de Duque de Caxias, órgão responsável pela remoção, a fim de obter maiores informações a respeito de tal processo. Meus principais questionamentos eram: Quando a remoção teve início? Quais foram as justificativas para a remoção? Quais foram os critérios de seleção das famílias removidas? Quantos foram

¹⁸ Mais conhecido como Jorge da Kombi, o presidente da associação de moradores da Teixeira Mendes já fora vereador do município por dois mandatos anteriormente.

removidos? Houve resistência? Qual tem sido o suporte dado pela prefeitura às famílias até hoje? Como foram calculadas as indenizações?

O primeiro contato feito com a secretaria foi através de uma colega do curso de mestrado que trabalha no órgão. Ela pediu que eu enviasse os questionamentos para o e-mail da prefeitura, e, a partir daí, encaminharia para a pessoa responsável. Além das perguntas citadas anteriormente, também solicitei mapas para identificar o recorte espacial a ser estudado. Após a espera de dois meses sem respostas, fui pessoalmente ao órgão que se encontra em um prédio próximo à Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, no bairro de Jardim Primavera.

Ao chegar ao local e dizer aos funcionários o que eu queria, fui encaminhada à Secretaria de Comunicação da prefeitura, e, em seguida, à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação. Então, fui levada ao gabinete da subsecretária de habitação, Sueli Tostes. Ela foi muito simpática e começou a conversar comigo sobre a remoção da Teixeira Mendes. Disse que disponibilizaria várias informações desde que lhe fosse apresentada uma declaração da universidade comprovando que eu estaria cursando o mestrado. Porém, não se negou a uma conversa informal.

Perguntei quantos foram removidos, ela não pôde me dizer precisamente o número, mas disse que, com a apresentação de um documento que comprovasse meu vínculo com a universidade – o que não tinha em mãos naquele momento –, abriria seus arquivos no computador para informar. Esclareceu que a iniciativa da remoção foi iniciada com o Inea em 2014, na gestão do prefeito anterior, Alexandre Cardoso. Disse, também, que era preciso retirar as casas que ficavam à beira do Rio Sarapuí, por ser uma região que sempre sofreu com as enchentes. Na ocasião, o Inea removeu parte do Dique 1, onde os moradores foram alojados no condomínio Volterra, no Bairro São José. Na época, as casas das famílias removidas não foram demolidas. Assim, muitos moradores de outras localidades invadiram a área ocupando os imóveis vazios.

Na gestão do prefeito Washington Reis, da qual a subsecretária é membro integrante, muitos moradores da Comunidade Teixeira Mendes e de outras regiões do município, que sempre sofreram com alagamentos, a questionavam sobre os condomínios do PAC e do PMCMV que estavam prontos no bairro São Bento, mas que ainda não estavam ocupados. Após grande pressão popular e engajamento do governo federal, finalmente o processo de remoção de parte da comunidade pôde seguir adiante.

Em um levantamento preliminar feito pelo Inea em 2014, restavam somente 200 famílias a serem removidas. Após uma ida ao local e a análise de documentos com os cadastros dos moradores que seriam removidos na época, a prefeitura constatou que as casas que não

foram demolidas pelo Inea foram invadidas. Assim, esses moradores estariam fora da lista de indenizações ou remoções. Para os moradores que se encaixavam nos critérios de renda do PMCMV foi dada a opção de serem removidos para o Cangulo, bairro localizado no segundo distrito do município.¹⁹

Assim, respeitando esse cadastro, para as famílias foi dada a opção de ocupar uma das 900 unidades do PAC no bairro São Bento ou receber uma indenização. Dentro da listagem, aqueles que já haviam se mudado perderam a vez, ou seja, não poderiam mais receber um apartamento no condomínio.

Também foi esclarecido pela subsecretária que as remoções dos moradores cadastrados foram para prédios construídos pelo PAC. E que dentro dos condomínios alguns blocos são do PAC e outros do PMCMV. Um exemplo é o prédio Volterra, que está inserido no condomínio do Bairro São José e só ele é do PAC. Para quem recebe uma residência do PAC não é preciso pagar para ter a posse do imóvel. A posse definitiva é dada após 10 anos de moradia, desde que cumpra algumas normas, como não sublocar o imóvel ou utilizá-lo para fim comercial. As despesas dos moradores são o consumo de energia elétrica e a taxa de condomínio, na qual estão incluídos o valor da água e a manutenção das instalações. Já no PMCMV é necessário pagar, além das despesas de luz e condomínio, o financiamento do apartamento.

Para que não houvesse a invasão das casas dos moradores removidos nessa etapa do atual governo, a estratégia foi derrubá-las logo após a saída do caminhão de mudanças. A subsecretária relatou que os moradores poderiam conhecer e limpar o apartamento novo antes da mudança, desde que uma equipe da prefeitura estivesse no local e, logo após realizar a tarefa, as chaves imediatamente fossem devolvidas à equipe.

No ano de 2018, foi concluída a remoção total do Dique 1 e parcial do Dique 2. Para que a área não fosse novamente retomada a prefeitura fez um projeto para a construção de um viaduto e de um parque linear²⁰.

¹⁹ As famílias destinadas para o condomínio localizado nesse bairro se encaixavam na faixa 1 do programa PMCMV.

²⁰ Parques lineares são intervenções urbanísticas que criam ou recuperam áreas verdes associadas à rede hídrica. Essas áreas também agregam funções de uso humano, como a promoção do lazer, cultura e rotas de locomoção não motorizadas como ciclovias e caminhos de pedestres (BRITO, 2017).

Foto 2: Imagens da remoção das construções da Comunidade Teixeira Mendes



Fonte: DUQUE DE CAXIAS, [s.d.]

A subsecretária falou com muito entusiasmo sobre o processo de transformação dos moradores que passaram pela remoção. Na ocasião da nossa conversa ela mostrou um documentário feito pelo departamento de comunicação da prefeitura, em que os moradores pareciam abatidos e desanimados, porém, segundo a subsecretária, quando eles a encontram no condomínio, mostram-se entusiasmados e relatam diversas experiências da nova moradia.

Um desses relatos é de uma moradora muito resistente que, segundo palavras da subsecretária, colocou o dedo em seu rosto afirmado: — “Por que você quer me tirar da minha casa?” Após a remoção, agora ela agradece à subsecretária pelo ocorrido. Outra situação relatada pela subsecretária é a de um morador que se diz orgulhoso por agora poder “ter uma casa onde é possível pendurar uma cortina”. Também foi mencionado um episódio de um morador que comentou com a subsecretária que agora poderia chegar à porta de casa utilizando os serviços de transporte por aplicativo ou táxi, o que antes não era possível em razão da comunidade ser considerada uma área de risco.

Nessa conversa também foi explicado que a Secretaria Municipal Urbanismo e Habitação continua realizando trabalhos de inclusão social nos condomínios onde as famílias foram reassentadas. Entre eles está a presença de assistentes sociais orientando a população na

confeção de documentos como identidade e o cadastro de pessoa física (CPF), pois na época das remoções um problema encontrado pelas equipes da prefeitura foi a falta dos mesmos para regularizar a obtenção das casas ou das indenizações. Outros serviços relevantes são a indicação de oportunidades de emprego para trabalhar no condomínio, dando preferência à mão de obra local e a orientação da equipe da secretaria para a escolha dos síndicos e de como se conduzem as reuniões condominiais.

Após conseguir o documento comprobatório do curso de mestrado e de uma carta de apresentação dada pela minha orientadora, agendei mais uma conversa com a subsecretária para obter os vídeos, o projeto da obra e esclarecer algumas dúvidas que ainda pairavam sobre a remoção.

No dia marcado, a subsecretária não me atendeu, porém mandou sua assistente Márcia Pinto, que trabalhava diretamente na remoção da Teixeira Mendes, para me receber. Enquanto disponibilizava os documentos, conversamos sobre algumas questões. Quando questionada a respeito de quais seriam os pontos positivos e negativos da remoção, a funcionária afirmou que existia um problema sério envolvendo as novas residências, que seria a venda e o aluguel que muitos moradores estão praticando no condomínio. Afirmou, ainda, que as providências para a resolução de tal problema são de competência da Caixa Econômica Federal. As assistentes sociais que trabalham diretamente com os moradores também observam como ponto negativo a falta de identidade dos mesmos com o novo bairro. Elas perceberam que as pessoas possuíam apego ao bairro antigo, já que muitos passaram quase a vida inteira naquela localidade.

Do ponto de vista de uma arquiteta, que é o caso da funcionária em questão, os pontos positivos superam os negativos. Ela declarou que os apartamentos recebidos pelos moradores ofereceram condições dignas de vida a uma população que não possuía sequer água na torneira e banheiro. Segundo suas palavras:— “Essas crianças que não tinham torneira e vaso sanitário, quando vão à escola ou a outros lugares que possuem essas coisas nem sabem usar e acabam depredando o patrimônio público.”

Ela disse também que houve uma preocupação da prefeitura com a população para que se sentissem mais à vontade no novo condomínio. Para isso, juntaram no mesmo bloco os vizinhos e famílias que residiam próximo à Teixeira Mendes. “Havia casos em que a avó tomava conta do neto para que a mãe da criança pudesse trabalhar. Nesse caso, colocamos as duas no mesmo andar ou no mesmo prédio”, afirmou. Outra preocupação das equipes da prefeitura era com os animais: “Durante a remoção pensamos também nos animais abandonados, entrando em contato com organizações não governamentais (ONGs) para recolher cachorros e gatos deixados para trás”.

Ao ser questionada sobre as indenizações, ela não tinha uma média sobre os valores pagos, mas disse que a população que optou por receber o dinheiro foi beneficiada, pois o cálculo se baseou nas benfeitorias feitas na casa e não no terreno, já que era uma região de posse. Foram listados vários itens na casa como laje e piso cerâmico que agregavam valor à indenização.

Voltando à questão da justificativa da remoção, que seria a construção do viaduto, perguntei se a construção do mesmo, juntamente com o parque linear, era uma reivindicação antiga dos moradores. Ela disse que o viaduto era muito importante, pois é uma área de passagem de nível da linha férrea com uma rua onde transitam carros e pedestres e pelo número elevado de acidentes era imprescindível a construção do mesmo para a segurança da população. Sobre o parque linear, a população não havia sido consultada. Em sua avaliação, caso a população opinasse provavelmente ela indicaria obras de saneamento básico, asfaltamento da rua ou novos equipamentos como creches e escolas. Por fim, assume que “o viaduto e o parque linear foram construídos para que a população não voltasse a ocupar o local”.

Perguntei se existe algum projeto na área para empresas se fixarem devido à valorização do local. Ela afirma que por enquanto não existe esse projeto.

No *outdoor* colocado pela prefeitura na área, há a seguinte mensagem: “O maior projeto de desfavelização do Brasil”. Perguntei à funcionária o que a prefeitura entende sobre “desfavelizar”. Não foi objetiva ao responder e limitou-se a afirmar que o projeto retirou da área todo o Dique 1 e parte do Dique 2, mas que futuramente eles pretendem tirar toda a população.

Para finalizar nossa conversa, perguntei o que ela percebeu sobre a visão das crianças acerca da remoção. Ela percebeu que as crianças ficaram felizes com as novas residências, principalmente pela presença da área de lazer do condomínio. “As crianças dizem que aqui é um lugar bonito de se morar. O condomínio ajudou a ampliar a visão das crianças, ampliou os horizontes”, disse.

Agradei a disponibilidade da funcionária, assim como o material oferecido e me comprometi a voltar a fim de buscar os termos de consentimento assinados e um novo arquivo com o projeto do parque linear. Ao final da entrevista, renovei minha pergunta a respeito da quantidade de famílias removidas, porém, continuei sem uma resposta com números precisos. O único número oficial que disponho é o que consta no *outdoor* da prefeitura colocado em frente ao CIEP Carlos Chagas, que informa a remoção de 1.245 famílias.

Entre os materiais disponibilizados pela prefeitura havia: slides explicativos acerca do projeto, um vídeo institucional produzido pela prefeitura acerca do Condomínio São Bento e

um documentário intitulado “Teixeira Mendes – O maior programa de reassentamento humano do Estado do Rio de Janeiro”. A seguir encontra-se a transcrição e análise do material oferecido pela prefeitura.

A apresentação de slides elaborada pela Prefeitura de Duque de Caxias intitulava-se “Habitação São Bento: Urbanização de assentamentos precários”, o que não condizia com o que de fato foi posto em prática. O que ocorreu não foi a urbanização de assentamentos precários, mas a remoção dos moradores e o reassentamento em conjuntos habitacionais.

A seguir encontra-se a transcrição do conteúdo contido nos slides produzidos pela prefeitura com informações gerais do município e os principais argumentos utilizados para a realização do projeto de remoção da Comunidade Teixeira Mendes:

O município de Duque de Caxias possui uma população de 914.383 habitantes, sendo a terceira mais populosa do estado do Rio de Janeiro, com densidade demográfica de 1.825,5 habitantes por Km², segundo dados do IBGE em 2018. Os rios foram e são importantes ao longo da história para a composição e fortalecimento das civilizações. Porém, os recursos fluviais vêm sendo deteriorados pela ocupação de suas margens, despejo de esgoto de indústrias e habitações, além da retirada da mata ciliar, alterando completamente o ecossistema local. O crescimento urbano do Brasil foi transpassado de desigualdades sociais e incoerência. Grande parte da população vive com graves problemas de proventos salariais, bem como a ausência de serviços públicos e domicílios precários. Sendo assim, a população se vê obrigada a residir próxima às margens de rios e encostas de morros. As irregularidades das casas e as rendas muito baixas acabam contribuindo para o crescimento desordenado destas áreas. A escassez de uma política habitacional eficiente, fez com que a apropriação de áreas ambientais fosse a opção. A partir dos anos de 1980 e 1990, aconteceu com maior ímpeto, sendo apontado pela aglomeração da pobreza urbana, o aumento de comunidades carentes, terrenos irregulares, nulidade na ocupação do solo e ataques ao meio ambiente. Criado em 2007, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) é um Plano do Governo Federal com o objetivo de incentivar o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras, promovendo a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética. Nesse período ocorre a consolidação e a importância de um programa sequenciado de obras, em todo o Brasil com o objetivo de gerar uma melhor qualidade de vida aos brasileiros. Em Duque de Caxias, através do PAC foi possível construir novas residências para moradores que habitavam próximo aos rios e que sofriam com as enchentes no município. Sendo assim, foram construídos residenciais no bairro São José e no São Bento. No São Bento, 900 famílias foram reassentadas por meio de intervenções urbanísticas que produziram impactos importantes na sociabilidade. O novo desenho comunitário proporcionará aos sujeitos e suas famílias diversas situações novas, em sua maioria conflituosa, oriundas tanto da mudança da espacialidade quanto das novas formas de convivência às quais estarão submetidos. Visando a recuperação ambiental e o controle de inundações nas bacias hidrográficas do rio Sarapuí, para redução das enchentes na Baixada Fluminense. O projeto prevê: Retirada e reassentamento da população; Recuperação das áreas marginais; Plantio de vegetação ciliar; Construção de parques lineares; Renaturalização de cursos d'água; Construção de viaduto, Limpeza e drenagem dos rios. Entre outras medidas complementares relacionadas ao correto uso do solo, coleta de lixo, além de um trabalho socioambiental, promovendo atividades de entretenimento, educação ambiental e controle social. Foram 900 unidades e mais de 2.131 famílias contempladas.

Ao analisar o conteúdo dos slides, foi possível perceber que na introdução são colocados argumentos de caráter ambiental para justificar as ações de remoção. O texto segue atribuindo às administrações públicas anteriores a responsabilidade pela crise habitacional e ambiental atuais. Ao final há o reconhecimento de que os moradores sofrerão consequências negativas com a remoção. A expressão “situações conflituosas” sugere aspectos negativos que, contudo, não foram explicitados.

Outro material analisado foi um vídeo institucional produzido pela prefeitura a fim de realizar uma propaganda acerca das características do Condomínio do Bairro São Bento. Segue abaixo a transcrição do material:

Narrador - O empreendimento São Bento é formado pelos residenciais Mendonsa, Bolonha e Florência. São 900 apartamentos construídos através do PAC. Cada unidade tem dois quartos, sala, banheiro, cozinha e área de serviço. Os condomínios também têm área de lazer com quadra, parque infantil, estacionamento e segurança. Estrategicamente localizado próximo às escolas, postos de saúde, pontos de ônibus e do comércio local.

Esse vídeo se assemelha bastante aos comerciais de grandes construtoras que pretendem realizar o lançamento de novos empreendimentos imobiliários. Enquanto o narrador descreve as características do condomínio, são exibidas imagens panorâmicas ilustrando as dimensões e localização da construção.

Já o documentário: “Teixeira Mendes – O maior programa de reassentamento humano do estado do Rio de Janeiro”, também produzido pela prefeitura, expõe os argumentos para a remoção da comunidade, abordando os principais aspectos negativos vivenciados pelos seus moradores. Na sequência, exibe entrevistas com moradores já realocados em suas novas moradias no condomínio relatando as melhorias percebidas em suas vidas.

A abertura do documentário tem como pano de fundo uma retroescavadeira passando nas ruas da comunidade, mostrando casas bem degradadas e lixo. A fisionomia dos moradores é de profundo desalento. O som é composto pelo barulho da movimentação das máquinas.

Narrador – Às margens do Rio Sarapuí, os moradores vivem em condições deploráveis e em uma condição de miséria extrema. Com as chuvas, uma mistura de lama, esgoto e lixo toma conta das vias.

Ricardo (morador) - “Realmente era muito precária. Algumas vezes a minha casa encheu. E perdemos bens. Algumas vezes perdemos o prazer de ter alguma coisa, um móvel novo, de se obter alguma coisa boa. Eu morava no meio entre um canal e de um rio”.

Jornalista - A água invadia a sua casa?

Dona Evarista (moradora) - No meu quarto? Você vai no meu quarto? Se for você vai me deixar triste. Sim perde tudo.

Já outro morador, cujo nome não foi mencionado, afirmou:

“quando chove perde tudo, geral. Ficamos debaixo d’água. Perde cama, armário. É o fim da picada.”

Jornalista - Até onde a água já foi?

Morador - O máximo de água foi acima do joelho.

Uma família em seguida é entrevistada (Beatriz, Marcos e os filhos) e o repórter pergunta a respeito da enchente.

Beatriz - O quintal enche, até aterramos tudo aqui.

Marcos - Na cozinha, por ser mais baixo, a água vai até a canela. Molha geladeira, fogão, tudo.

Em meio aos escombros a máquina trabalha derrubando casas. São destacados na imagem ferros retorcidos e um menino separando vergalhões no meio do entulho.

Narrador - No lugar da comunidade será construído o viaduto do Gramacho, que ligará dois pontos importantes da cidade. Desafogando o trânsito e melhorando a mobilidade urbana.

Nesse momento o vídeo mostra uma família olhando para frente com olhares de esperança, em seguida a imagem avança no tempo para o dia em que ocorreu a chamada dos moradores na quadra do CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas para a entrega dos documentos para a nova moradia.

Narrador - A Comunidade Teixeira Mendes se tornou o maior programa de assentamento humano do estado do Rio de Janeiro. Mais de 500 pessoas se mudaram para os Residenciais Mendonsa, Bolonha e Florência, que fazem parte do empreendimento São Bento. Os 900 apartamentos construídos através do PAC têm como prioridade abrigar com segurança e dignidade todas essas famílias. O programa tem também como solução de problemas ambientais resultantes da ocupação desordenada do espaço urbano às margens do Rio Sarapuí. A mudança também tem como objetivo estimular a participação de cada cidadão no processo de construção do desenvolvimento sustentável em Duque de Caxias.

Nesse momento imagens do condomínio são exibidas.

Vera Lúcia (moradora) - Quando eu fui morar na Teixeira Mendes, o meu barraco era o mais feio que tinha na favela. Era assim... uma parte de estuque, outra de papelão e folha de zinco. Nem luz não tinha. Era tudo cheio de mato. Tinha cobra. Uma vez a minha filha mais velha, quando tinha três aninhos, ela foi no banheiro, quando eu vejo uma cobra em volta do vaso. Peguei na mão dela rapidinho. Os meninos vieram e pegaram a cobra. Era cobra, era rato, tudo que vocês possam imaginar. É como eu estou falando pra vocês. No dia que eu entrei aqui, parecia que eu estava entrando na casa da minha patroa. Porque eu não tinha uma coisa assim... entendeu? Eu e meu esposo oramos e agradecemos a Deus. E eu estou feliz com a nova casa. Pela glória de Deus!

A moradora durante a entrevista mostra o seu apartamento no condomínio.

Beatriz (moradora) - Aqui está melhor. Porque no caso, os meus filhos eu não podia deixar na rua por causa de alguns indivíduos que sempre apareciam inesperadamente. Quando eu pensava que estavam brincando tinha que ir na rua e colocar todo mundo pra dentro que a bagunça começava. Mas aqui tá melhor. Os parentes estão todos aqui. Eles (seus filhos) já conhecem cada bloco melhor do que eu! Eles conhecem cada bloco, já foram no parquinho. Aqui tem segurança. O moço da portaria falou que do portão pra fora não deixa a criança passar, então, eles ficam tudo aqui dentro mesmo. Só saem se meu marido ou eu mesma levar pra rua, senão não sai.

Ricardo (morador) - “Parece que eu já moro aqui há 100 anos. Minha vida mudou radicalmente. Hoje literalmente eu tenho paz, o que infelizmente isso nós não tínhamos. Nenhum morador podia falar que tinha paz na comunidade. Há poucos momentos antes de nós sairmos da comunidade e virmos pra cá eu fui abordado pelo meu filho mais novo, onde um rapaz estava sendo espancado pela bandidagem no portão da minha casa. Aqui eu tenho certeza que não vai acontecer. Porque mesmo as pessoas que lá moravam e que estão aqui conosco, eles já estão vendo outra realidade. A educação aqui vai ser diferente. A convivência é diferente. O ambiente é familiar, onde as pessoas estão se respeitando. E lá na comunidade nós não víamos esse respeito. E aqui eu tô muito feliz. Muito grato a Deus por ter me proporcionado esse prazer de colocar a minha cabeça no travesseiro e dormir o meu sono tranquilo e saber que eu vou acordar sem ter que pegar o meu filho pela mão. Meu filho, de 24 anos, e ter que esperar no portão de casa com medo de no meio do caminho acontecer alguma coisa. Aqui eu não tenho isso, e eu fico muito tranquilo e grato a Deus por isso.

Dona Evarista (moradora) – Poxa, eu nem sei como falar. É muito gostoso. Tanto que choveu que mandei vir a chuva. Muito bom mesmo. Maior tranquilidade, a gente dorme maravilhosamente bem. Não tem problema nenhum de estar esperando um para chegar dentro de casa. Muito bom. Os vizinhos são muito bons. Calhou que meus vizinhos que moravam lá, agora todos moram aqui. Então, eu não tenho o que reclamar. Graças a Deus! Eu não sei como agradecer a Deus.

Narrador – Para a prefeitura de Duque de Caxias uma gestão humanizada se preocupa menos com números e mais com histórias pessoais. Histórias como a do seu Marcos, o pequeno Clayton, a da dona Beatriz e da dona Maria. Para cada um deles essa mudança tem um significado diferente. Mas todos têm um sentimento em comum, o da felicidade. A felicidade de ver a sua vida se transformar para melhor. Um chefe de família poder voltar pra casa e ver tudo em ordem. Uma dona de casa poder se reunir com os filhos à mesa. Uma criança poder estudar e brincar em segurança. Uma avó dormir em paz e acordar com um sorriso no rosto.

É possível perceber que o documentário utiliza como justificativa as condições de miséria vivenciadas pela população que sofria com precárias moradias e estava submetida a riscos frequentes de enchentes, doenças e violência.

Os três documentos produzidos pela prefeitura estão pautados na questão ambiental e na melhoria da qualidade de vida dos moradores para a realização do projeto de reassentamento das famílias da Comunidade Teixeira Mendes. De maneira muito conveniente, utilizou-se apenas de depoimentos de moradores favoráveis ao projeto, além de colocar em segundo plano a construção do viaduto que, à luz de uma análise crítica, é a principal motivação para a realização de tais investimentos na localidade.

Na verdade, o discurso que coloca as questões ambientais e sociais como prioritárias tenta disfarçar o fato de que a principal motivação é política e econômica. O novo viaduto, além

de possibilitar uma significativa melhoria nas condições de reprodução do capital, também garantiria uma boa quantidade de votos nas próximas eleições.

Cabe aqui uma importante reflexão. Diante da existência, em Duque de Caxias, de tantos assentamentos populares que apresentam condições semelhantes às descritas, por que justamente esta comunidade foi alvo de investimentos tão expressivos? O que a torna tão especial diante das demais para merecer tal prioridade?

A razão é sua localização espacial e a possibilidade de construção de um viaduto que serviria de ligação entre a Avenida Leonel de Moura Brizola e a Rodovia Washington Luiz, duas das principais vias de transporte terrestre do município.

O jornal O Dia (15/10/14), ainda durante a administração municipal de Alexandre Cardoso, relatou o início da construção de unidades habitacionais nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu para abrigar a população contemplada pelo projeto Iguaçu.

Em Duque de Caxias os investimentos estavam estimados em torno de R\$ 84,2 milhões para a construção de 900 moradias nos condomínios Bolonha, Florência e Mendonza no bairro São Bento. Seriam 45 blocos de apartamentos, com cinco andares totalizando 20 apartamentos por prédio. A área de cada apartamento é de 43,54 m². Do total dos apartamentos, 36 seriam destinados aos portadores de necessidades especiais. As famílias seriam atendidas por sete escolas, um hospital municipal, uma unidade de pronto atendimento (UPA) 24 horas, posto de saúde e um centro comunitário de defesa da cidadania.

Na reportagem do dia 10 janeiro de 2018, o jornal O Dia informou sobre o reassentamento de 900 famílias que seriam transferidas do Dique 1 para um condomínio no Bairro São Bento. Na área da comunidade estava prevista a construção do viaduto com verba federal de R\$10 milhões. Nessa época, o prefeito Washington Reis relatou que havia concluído a transferência de 600 famílias para o residencial Bolonha, retirando-as da convivência com ratos, cobras e doenças como a leptospirose.

Em uma reportagem também feita em janeiro de 2018, época de grande movimentação no processo de remoção, o jornal Capital Mercados & Negócios publicado em 31 de janeiro de 2018 fez críticas ao projeto devido à confusão de informações e à imposição, por parte da prefeitura, que os moradores aceitassem as indenizações sem questionamentos. O título da matéria era: “Prefeitura transforma bairro de Caxias em zona de guerra”.

Moradores afirmaram ter sido alvo de coações feitas diretamente pelo prefeito a fim de que deixassem suas casas sem garantia alguma de indenização. Apontaram, também, uma contradição, pois a mesma prefeitura que os considera como posseiros também os reconhece como proprietários, uma vez que possuem Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial

Urbana (IPTU). Concluíram dizendo que seriam isentos do imposto por força de uma lei Municipal nº 2444 de dezembro de 2011.

Os moradores de residências mais simples aceitaram ser transferidos para o conjunto do São Bento. Porém, outros com residências maiores e com acabamento mais refinado, reclamaram por receberem uma avaliação irrisória por parte do próprio prefeito. Eles disseram que muitas vezes não existia uma avaliação técnica do imóvel. O preço era dado pelo prefeito que afirmava: “É melhor você aceitar isso, ou vai ficar sem nada”.

Também foram feitas denúncias envolvendo o presidente da associação de moradores local, Jorge Alves Batista, o Jorge da Kombi. Segundo a reportagem do jornal, ele seria acusado de pressionar moradores para aceitar a proposta de Reis, além de estabelecer uma cobrança indevida no valor de R\$ 150,00 pela declaração de residência. Havia vínculo direto entre Jorge e o prefeito, uma vez que fora nomeado para trabalhar em seu gabinete.

Os moradores mostraram-se apreensivos durante a reportagem devido à legalização do imóvel novo e às regras que poderiam vir a ser mudadas com uma troca de governo. A escritura só iria para o proprietário após cinco anos residindo no imóvel. Além disso, as novas taxas como o condomínio representavam despesas com as quais os moradores não estavam habituados.

Uma moradora reclamou que o tempo para decidir entre a indenização e o apartamento foi muito curto. O imóvel em que residia na Teixeira Mendes tinha, segundo ela, um ótimo acabamento e dois pavimentos. A avaliação feita pelos agentes da prefeitura não teria sido técnica e nem justa. A alegação para tal medida seria a ausência de recursos da prefeitura. A moradora preocupava-se, pois o apartamento era muito pequeno e a alternativa, que seria a indenização, não foi satisfatória.

Outra entrevistada, que não foi atingida pela primeira leva das remoções reclamava das condições deixadas pela prefeitura na comunidade. “Com a demolição das casas, isso aqui virou uma zona de guerra. Os canos de água foram estourados e a fiação elétrica arrebitada. Estamos sem coleta de lixo, sem internet e correios”. Ela ainda protestava dizendo que as máquinas usadas na demolição deixaram rachaduras em sua casa e que com as chuvas, muita água entrou pela área danificada. Segundo ela, a associação de moradores parecia estar ao lado da prefeitura: “Quando chega alguma reclamação, o presidente, Jorge da Kombi diz: “Aceita, atura ou surta”. A questão da acessibilidade da nova residência também foi alvo de críticas da moradora. Sua mãe, por ser cadeirante não teria condições de morar em um prédio sem elevador.

Outro morador disse ao jornal que muitos apelidaram o apartamento novo de “casa de passarinho”, devido ao seu tamanho reduzido. Ele afirmou que, além de sua casa, também

possuía um comércio legalizado e indagou: “Como posso sair daqui assim e ir para um apartamento pequeno que nem cabem meus móveis? E meu comércio, como vai ficar?”

Em seguida a reportagem voltou a destacar a ligação entre o presidente da associação de moradores e o prefeito Washington Reis. Jorge da Kombi candidatou-se a um cargo de vereador nas eleições de 2016 pelo mesmo partido do prefeito e, embora não tenha sido eleito, foi nomeado pelo prefeito como coordenador de gestão de programas e projetos. Outra denúncia que causava estranheza, segundo o jornal, era o uso de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de outra associação de moradores que aparecia nos documentos de comprovação de residência emitidos pelo senhor Jorge da Kombi. Nesse documento ainda deveriam constar dados do título de eleitor dos moradores.

Já na reportagem do canal do Ministério Público Federal, no programa Interesse Público, do dia 26/02/2018, outro problema relacionado ao condomínio do São Bento foi manifestado. O residencial construído no bairro São Bento, devido a um acordo firmado entre a prefeitura e o Inea, deveria ser destinado aos moradores ribeirinhos do rio Iguaçu, localizados na área de proteção ambiental (APA) São Bento. As comunidades que deveriam ocupar os apartamentos seriam a Vila Alzira e a comunidade do Guedes.

Em 2017, com a conclusão das obras do residencial São Bento, as famílias dessas duas comunidades achavam que seriam contempladas com os apartamentos que estavam bem perto de suas casas. Porém, a prefeitura entregou as chaves para os moradores da Comunidade Teixeira Mendes, descumprindo o acordo feito com o Inea. Para o Inea, os apartamentos do Bairro São José estariam destinados aos ribeirinhos do Rio Sarapuí, ou seja, à Comunidade Teixeira Mendes. Já os apartamentos do São Bento, seriam reservados aos ribeirinhos do Rio Iguaçu.

O prefeito foi questionado pela reportagem sobre o não cumprimento do acordo da prefeitura com o órgão ambiental e sua resposta foi: “O cobertor é curto, e a demanda é muito grande. Temos que construir mais casas para tirar a população das áreas de risco”. O Ministério Público Federal (MPF) vem apurando esse caso e afirma na reportagem que houve uma falta de transparência entre a prefeitura e os moradores.

Em 26 de junho de 2018, a prefeitura de Duque de Caxias fez uma campanha publicitária no jornal Extra com o título: “Melhoria na mobilidade urbana aumenta a qualidade de vida em Caxias”. A ênfase dada pela campanha estava nas melhorias trazidas pela construção do viaduto que ligaria a Av. Governador Leonel de Moura Brizola à Rodovia Washington Luís. Os argumentos para a obra foram a maior fluidez do trânsito na hora do rush e a segurança devido à passagem de nível com a linha do trem. O prefeito mencionou que a obra de revitalização da

área do Sarapuí traria um “tão sonhado viaduto” cuja construção já estava sendo prevista há anos, e que os moradores nem acreditavam mais.

O secretário de urbanismo e habitação esclareceu que 90% das famílias optaram pelo condomínio construído no São Bento, enquanto 10% optaram pela indenização. Os que receberam indenização, foram contemplados com um auxílio moradia por 3 meses. Na fala do secretário, ficou claro que as famílias teriam acesso à casa própria legalizada, com Registro Geral de Imóveis (RGI). Além disso, ele disse que novas vagas (não explicitou quantas) seriam abertas em escolas e creches próximas aos condomínios.

Em uma reportagem do jornal Extra, de 1º de novembro de 2019, escrita por Marcos Nunes foi destacada a proposta de revitalização da área, antes ocupada pela Comunidade Teixeira Mendes. O projeto previa a construção de praças, ciclovias, quadras poliesportivas, pista de skate e o plantio de mil palmeiras imperiais e mil pés de Ipês. A área se tornaria uma espécie de Boulevard, com gastos estimados de R\$30 milhões. A previsão de entrega seria no mês de abril de 2020.

Após analisada a versão dos fatos apresentada pela prefeitura de Duque de Caxias e a repercussão dos mesmos pelos meios de comunicação, cabe também ouvir a versão de outros atores sociais.

Segundo a professora Marlúcia, a remoção da comunidade estava atrelada ao projeto Iguaçu, que objetivava retirar comunidades ribeirinhas dos rios Iguaçu e Sarapuí. Assim, explicou que no rio Iguaçu existe a APA São Bento, da qual é membro do conselho consultivo e que fez parte do processo de discussões acerca do tema. Prosseguiu afirmando que a referida APA sofrera um saque com a construção de projetos de logística, como o CEARJ²¹ e a construção da Interbaixada²².

Marlúcia, na *live* realizada pela UEDC, relatou como se deu o início do Projeto Iguaçu, que está na origem do processo de remoção da Comunidade Teixeira Mendes.

Uma das áreas mais críticas é a bacia do rio Iguaçu. Nela temos o rio Iguaçu, mas também o rio Sarapuí, rio Pilar, Capivari e o rio Xerém. O segundo e o quarto distrito de Duque de Caxias estão situadas na bacia do Rio Iguaçu. São 58% da área do município. Uma situação crítica são as inundações. Toda vez que chove temos a Serra do Mar que margeia toda a cidade de Duque de Caxias e no outro ponto temos a Baía de Guanabara. Quando temos as trombas d'água ela desce em uma velocidade muito grande. Depois das 11 horas, temos a subida da maré que vai subindo o volume de água dos rios. Então, temos situações de inundações muito graves. Elas sempre foram

²¹ CEARJ: Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro. Construído pela prefeitura de Duque de Caxias às margens da Rodovia Washington Luiz, entre os bairros Jardim Gramacho e Campos Elíseos.

²² A Interbaixada também é chamada de Transbaixada, principalmente por órgãos do Estado do Rio de Janeiro. Esta via será responsável pela conexão entre a rodovia Washington Luís, a Via Light e a Av. Brasil. A Transbaixada está atrelada ao projeto Iguaçu, que prevê a construção de estradas às margens do rio Sarapuí e a sua dragagem.

muito graves, mas elas sempre fizeram parte da memória social da Baixada Fluminense e principalmente da cidade de Duque de Caxias. Em 1996, vamos ver a Serla²³, que era superintendência responsável pelos rios e lagoas, e também responsável pela recuperação dos rios. Depois, ela foi extinta e foi criado o Inea, mas a Serla organizou vários eventos na década de 1990 de recuperação dos rios para evitar as inundações. Ainda na década de 1990, ela faz um convênio com a Coppe²⁴ no grupo de análise de risco ambiental. Assim, eles fizeram o projeto Iguazu. Um projeto muito interessante, que começava nas nascentes e ia até a foz. Esse projeto foi dividido em duas fases, a primeira fase pegou outros territórios da Baixada Fluminense, como Belford Roxo, Mesquita, Nova Iguaçu, e a segunda fase foi destinada à Duque de Caxias. Durante esse processo, a Fase sempre acompanhou as comunidades. Nesse projeto estava prevista a retirada da população ribeirinha que vivia em situação de risco, na beira dos rios, sujeitos à inundações, que são as mais atingidas e a remoção delas para condomínios construídos para recebê-las. Tinha esse projeto da remoção ou de uma compra assistida ou da indenização e o estabelecimento de parques fluviais nos transbordos de águas, áreas esportivas para evitar novas inundações e novas ocupações que permitisse a recepção de água nos períodos de inundações. Também naquele momento, na década de 1990, ainda ficou estabelecido com a sociedade civil que era necessário preservar os polders²⁵, que são áreas de transbordo natural dos rios. Se você impermeabilizar tudo, e não garantir áreas mais baixas, para quando chover e elas terem um lugar de caminho, nós não vamos ter como combater as enchentes. Então, foi isso que foi muito debatido. Em 2010, eles já começam a chegar aqui em Duque de Caxias, na segunda fase do projeto. O projeto passa a ser executado pelo Inea e passa também a receber verbas do Governo Federal e da Caixa, dentro do projeto do Ministério das Cidades, que previa a construção de condomínios Minha Casa Minha Vida e o Inea sendo responsável pela execução desse projeto.

Em conversa via *WhatsApp*, ao questioná-la a respeito do processo de remoção da comunidade Teixeira Mendes, afirmou:

A população da Teixeira Mendes que foi para o São Bento foi uma situação horrorosa. A prefeitura afirmava que não teriam direito à indenização, que a prefeitura estava sem recursos, que o governo do estado estava em crise. Quem quisesse iria para o apartamento ou ficaria sem nada. Quem não quisesse ficar no apartamento que vendesse e depois buscava outro lugar. Houve uma pressão imensa. A prefeitura retirou a população dois dias antes do Natal. Foi um dia chuvoso. Algumas pessoas perderam seus pertences. A prefeitura mandou o caminhão para buscar a mudança e depois foi logo demolindo. Muitos cachorros abandonados. As pessoas não podiam levar seus bichos. Foi uma coisa assim, surreal. Entrevistamos pessoas. Aquelas pessoas viveram uma vida inteira juntos. Eles viveram a vida inteira ali. De repente as pessoas precisam pagar condomínio, estão sobre a ordem de terceiros, estavam perto da estação de trem. Já estavam com seus filhos nas escolas. Toda a sociabilidade estabelecida. Foi uma situação bem violenta. Você vai encontrar pessoas elogiando e outras lamentando todo o sofrimento e a forma que foi.

Deu continuidade ao seu relato, afirmando:

Houve uma primeira remoção do Parque da Liberdade (Comunidade que fica do outro lado do rio) e parte da Teixeira Mendes para o bairro Parque São José no condomínio

²³ Em 2009, a Serla, a Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (Feema) e Instituto Estadual de Florestas (IEF) se fundiram transformando-se no Inea.

²⁴ Coppe: Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²⁵ Polders são regiões delimitadas por diques que recebem as águas excedentes que podem ser provenientes de chuvas e infiltrações dos diques.

Volterra. Houve um problema na época, pois o Inea não destruiu as casas, então as casas foram retomadas principalmente por pessoas do tráfico. O Ministério Público determinou que ninguém que tivesse reocupado as casas teria acesso à indenização. Eles então iriam sair sem nada. Culpabilizou o Inea por não ter destruído as casas. Algumas pessoas não quiseram ir para o Parque São José, então, ficaram faltando 260 famílias que ficaram de ir para o Condomínio São Bento. Vale lembrar que o Condomínio São Bento foi todo construído para abrigar a população ribeirinha do rio Iguaçu, dentro do projeto Iguaçu. Faltavam então algumas pessoas da Teixeira Mendes e do Parque da Liberdade. Algumas pessoas optaram pela compra assistida ou indenização. O condomínio São Bento foi construído com o objetivo de abrigar as populações do rio Iguaçu e de responsabilidade do Inea. Em 2018, a prefeitura de Duque de Caxias assumiu para distribuir os apartamentos. A alegação era que o governo do estado estava em crise e por isso assumiria o compromisso. Para nossa surpresa, o prefeito Washington Reis anunciou que a ocupação do condomínio seria feita pela população do rio Sarapuí, mas só faltavam 260 pessoas. De repente 260 viraram 900. Ele simplesmente excluiu a comunidade do rio Iguaçu. Ninguém sabe de onde apareceu tanta gente. Na verdade, ele estava pensando na construção do viaduto e do projeto da Interbaixada, com o objetivo de favorecer um projeto logístico no local. Assim, acabou removendo mais gente, e houve também comercialização ilícita de pessoas que não estavam nas listagens para adquirir os novos apartamentos. Então as comunidades que foram excluídas entraram na justiça.

Já o Sr. Jorge, presidente da associação de moradores, dá uma versão diferente para a reocupação das casas desocupadas na Teixeira Mendes após a primeira remoção feita pelo Inea em 2015.

A invasão foi feita pela própria comunidade, pessoas que foram para os apartamentos e não tinham condições de pagar as taxas, acabaram voltando. Se você for perguntar para as pessoas que moram no condomínio, alguns vão dizer que gostam e outros não. Mas principalmente o que pega são as taxas. Na Teixeira Mendes não pagava água, luz... Lá tem que pagar condomínio, segurança, luz... Na minha opinião o governo tinha que dar anistia nas taxas, senão não adianta.

Ao perguntar sobre as condições das casas da Teixeira Mendes, explicou que havia muitas casas bem estruturadas, com até três andares, mas que quase 50% eram muito humildes. Muitos moradores trabalhavam no lixão de Gramacho, eram catadores com renda muito baixa, principalmente os moradores do Dique 2. Eles reclamavam da presença de ratos e baratas, além das enchentes constantes.

Sobre a resistência dos moradores em relação à remoção, afirma que os mesmos desejavam ser removidos, exceto uma única moradora, aquela mencionada em março, que não concordara com o valor da indenização, decidindo permanecer. Essa foi a deixa para que ele me apresentasse a comunidade. Seu Jorge me perguntou: “Quer ir lá ver a casa?” Eu respondi que sim e fomos caminhando pelas ruas da Teixeira Mendes.

Durante a caminhada, contou que os moradores não ofereceram muita resistência à remoção, mas o tráfico de drogas, sim. Segundo ele, foi preciso que uma liderança, cujo nome preferiu não mencionar, convencesse o líder local para que a prefeitura pudesse trabalhar. “O

medo do tráfico era perder espaço. Essa caminhada que nós estamos fazendo, antigamente não podia. Tá vendo lá do outro lado do rio, aquilo ia tá cheio de traficante apontando arma”.

Eu perguntei: “— Posso tirar foto?”. Ele disse: “—Agora sim, mas antigamente era difícil”.

Continuando nossa conversa sobre o bairro, elencou diversos pontos positivos: era perto do trem, o que facilitava o transporte, tinha serviços públicos para atender à comunidade, tinha mercado, posto de saúde, era perto da Washington Luís e estava situado a apenas 5 km do centro de Duque de Caxias. “O bairro é bom, mas a forma que as pessoas moravam aqui era difícil. As pessoas esperavam o dia clarear pra ver se seria melhor do que o dia anterior”.

Ao chegarmos à praça construída onde parte da comunidade fora removida, mostrou a única casa remanescente junto às obras que estavam sendo conduzidas a todo vapor. “Olha aqui, ó, eles estão voltando a fazer o dique. Todo aquele morro depois do rio vai ser usado para aterrar e construir uma avenida ligando até a Washington Luís”.

Foto 3: Obras do Parque Linear. A casa do centro da foto foi a que permaneceu por não aceitar o valor da indenização.



Fonte: A autora, 2020.

Foto 4: Parque Linear e a construção do dique às margens do rio



Fonte: A autora, 2020.

Foto 5: Parte da Comunidade do Parque da Liberdade que ainda se encontra à margem do rio Sarapuí. Os morros ao fundo serão utilizados como aterro na construção da Interbaixada.



Fonte: A autora, 2020.

Ao questioná-lo sobre as principais queixas da comunidade, afirmou que a iluminação pública era precária. “Os traficantes não deixavam a prefeitura fazer seu trabalho”.

Ao continuarmos a caminhada para observar as obras do viaduto, um morador se aproximou para falar como era a localidade no passado. Sobre o viaduto, com uma visão panorâmica do local, afirmou: “Eu gostava dos paraquedistas que desciam aqui, do rio das Tainhas e a gente tomava banho. E esse viaduto, vai inaugurar amanhã mesmo Jorge?”. Seu Jorge respondeu ao morador: “Tem que inaugurar, por causa da lei eleitoral”. Percorremos todo

viaduto e percebi que, apesar da inauguração iminente, havia muitas pendências a serem finalizadas.

Jorge conhecia todos os presentes.

Aquele é o secretário de obras, aquele outro é o irmão do Washington Reis. Tá vendo aqueles barracos do outro lado do rio. Tudo aquilo tinha sido removido há anos atrás. Mas a falta de moradia é um problema... Voltaram a ocupar tudo. Aquilo era a favela dos Correios. Na enchente de 88 a água chegou a 2 metros.

Quando perguntei como os moradores se referiam à Teixeira Mendes, disse: “Aqui a gente chama de comunidade, favela é muito medíocre, favela discrimina”.

Para terminar nossa conversa, falei sobre o alvo da pesquisa, as crianças. E, nas palavras do presidente da associação, a remoção da comunidade foi um excelente negócio. “Não dava pra viver no meio da criminalidade, lá (no condomínio) é muito melhor”.

Nos despedimos em meio às máquinas e muito movimento de trabalhadores para finalizar a obra do viaduto e segui para o CIEP Carlos Chagas a fim de obter dados da escola.

Foto 6: Viaduto do Gramacho



Fonte: PEREIRA, 2020.

Foto 7: Inauguração do viaduto do Gramacho.



Fonte: BOLSONARO, 2020.

Dona Vera Lúcia, apesar de não ser moradora da Teixeira Mendes, é muito presente na vida da comunidade. Em seus relatos conta casos de como a remoção beneficiou alguns moradores:

Tem uma moradora que se chamava Elisangela que fala que está muito feliz. Ela me falou: “Eu boto minha mesa de café e fica eu e meu marido com a xícara. Coisa que eu não usava, ficava guardado. Porque quanto mais louça que a gente usava tinha mais louça pra lavar. Hoje eu ponho a mesa pra meus filhos. Fico na janela eu e meu marido. Nosso amor aumentou. Meu marido logo conseguiu emprego. Nós compramos isso, aquilo. Eu tô trabalhando em casa de família. Aumentou a autoestima das pessoas”. Tinha um homem aqui que eu chamava ele de bolado e a mulher de Maria bonita. Ele ficava catando coisas aqui. Se você vê esse casal hoje, eles se renovaram. Parece que fizeram uma plástica. Estão com as unhas limpas. Às vezes eles vinham pedir comida, chegava com os carrinhos cheios de lata. Eles vendiam para manter a família. Os filhos estudavam aqui. Agora já estão com os filhos todos casados. Agora os netos é que estudam aqui. Foi uma vida muito difícil. Tinha a Arlete também, que tinha uma deficiência, e a filha dela, Carol estudava aqui. Quando a Carol começou a namorar ela tinha vergonha de trazer o namorado aqui na Comunidade. Elas tinham um barraquinho muito limpo, muito limpo mesmo. A Arlete foi para esses apartamentos.

Em relação aos alunos, Dona Vera prosseguiu:

As crianças tiveram uma autoestima. Certas crianças aqui vinham muito sujas, abandonadas, com o pé no chão. Hoje elas chegam penteadas, cheirosas e arrumadas. Eles pensam: Estou rico, agora eu moro em apartamento, me mudei. Agora eles falam: eu moro no bloco tal, no terceiro andar. Muitos moradores, alunas, chegam de implante no cabelo. Têm orgulho de pegar ônibus, descer as escadas, enquanto aqui tinha que pegar água longe. Não tinham alimentação boa, não tomavam banho. Tinha que pegar água muito longe, lá no final da comunidade. Isso fazia muita diferença pra eles. Vinham do jeito que acordava, às vezes esfregando os olhos, tirando aquela secreção que formava. Criança mordida por cachorro, prego que furou o pé. Eles falavam: tia, essa noite eu não dormi, tinha um rato dentro de casa, tinha muita barata. As crianças vinham com a roupa cheirando Baygon. O mosquito era muito e usavam Baygon. Muitas crianças com cheiro de xixi. Houve uma renovação. Agora eles se reúnem no recreio para conversar. Antes eles chegavam irritados, brigavam, ficavam na encarnação. Falavam: você tá fedendo a isso, a aquilo. As mães hoje arrumam o

cabelo das filhas. Se você vê o segundo turno, que é o prezinho, as crianças vêm tudo arrumadinha. De xuxinha. Toda arrumadinha.

Em entrevista realizada com Marli Viana, diretora do CIEP Carlos Chagas foi possível perceber a opinião de alguém que lidou diretamente com os alunos removidos e vivenciou o cotidiano daquela localidade, uma vez que morou durante muitos anos no bairro Vila Leopoldina, vizinho à Comunidade Teixeira Mendes.

Residi no Bairro ao lado que se chama Gramacho. Quando você olha o Mapa do Município lá está Vila Leopoldina dividida em 1,2,3...As comunidades iniciaram, a sua grande maioria, com pessoas oriundas do Nordeste e outras por questões sociais vindas das comunidades do Rio de Janeiro. Houve grande preocupação no início das remoções, porque, de fato, não sabíamos se as moradias seriam derrubadas ou se moradores de outras localidades viriam ocupar e com isso traria uma intranquilidade muito grande para os moradores do entorno. Percebermos o envolvimento dos moradores, porque muitos tinham o desejo de ter uma condição melhor de moradia, mesmo tendo criado raízes naquele local. O CIEP Carlos Chagas foi o local onde tudo aconteceu, desde as primeiras reuniões até o momento da entrega das chaves.

Marli atenta para o fato de alguns moradores terem abandonado os apartamentos para onde foram alojados, em razão da falta de condições de arcar com as novas despesas.

A maioria dos moradores alimentou grandes expectativas e ao mesmo tempo preocupações porque não tinham despesas e responsabilidades que tiveram que assumir a partir da entrega das chaves. Alguns se viram obrigados a recuar por não ter como cumprir ou mesmo por não querer ter gastos com os quais não estavam acostumados.

Quando questionada em relação aos motivos que teriam levado ao processo de remoção, respondeu:

Não sei de muitos detalhes, mas creio que, por estarem às margens de um rio que corta dois municípios que é o Rio Sarapuí, ou que talvez por interesses políticos a construção do viaduto e a eliminação da passagem de nível... Acredito também pela grande concentração do tráfego que proliferou de uma maneira absurda...Achei que a remoção foi de grande valia, para que as pessoas passassem a ter direito de morar dignamente, trazendo inclusive para as nossas crianças e jovens menos acesso ao mundo do crime...

Um material de grande importância para a pesquisa foi o vídeo de uma audiência²⁶ realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) em 15/08/18 enviado a mim pela professora Marlúcia. Tal audiência teve o objetivo de esclarecer o imbróglio da destinação dos apartamentos do São Bento, que foram ocupados pela população da Teixeira Mendes, mas que no projeto inicial deveriam ser ocupados pelos moradores ribeirinhos do Rio

²⁶ Audiência promovida pela Comissão de Meio Ambiente da Alerj presidida pelo deputado estadual Flávio Serafini do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com o objetivo de esclarecer a situação do projeto Iguaçu.

Iguaçu. Na referida audiência, reuniram-se representantes do Inea, do Ministério Público, da Caixa Econômica Federal, de associação de moradores e de organizações sociais. Vale ressaltar que a reunião não contou com a presença de nenhum representante da Prefeitura de Duque de Caxias.

Nessa audiência a professora Marlúcia começou a explicar a importância do projeto Iguaçu para conter os impactos das enchentes. Ela reconheceu que a consulta à comunidade era constante através de reuniões com os moradores. Esse projeto previa, também, a instalação de novos polders, a criação de parques fluviais e a remoção das populações ribeirinhas. Ela explicou também o motivo da confusão que gerou a audiência, que é a destinação do condomínio do São Bento para os moradores do Sarapuí, mas que na origem do projeto Iguaçu deveriam ser destinados aos moradores ribeirinhos do Rio Iguaçu.

As comunidades do rio Iguaçu são a Vila Alzira, construída na área de um dique, e a Comunidade do Guedes, construída na área de um polder. Essa comunidade sofre ainda com o deságue de outro rio que é o rio Pilar. Marlúcia, na audiência, alertou que a área está sendo aterrada e loteada por milicianos, que têm construído novas residências. Também houve um aterro próximo à Reduc, impermeabilizando uma área onde as águas ficam mais represadas. Essa obra foi licenciada pelo Inea, que a liberou afirmando que não era área sujeita à inundação.

Voltando ao caso do condomínio do São Bento, os apartamentos foram entregues aos moradores da Teixeira Mendes, porém ainda restam 300 unidades. Por isso entraram na justiça e solicitaram uma audiência na Alerj. A seguir encontra-se a transcrição da referida audiência, feita por mim.

Ponderações do representante do Inea- João Batista Mendonça Filho

Todas as obras estavam lincadas aos reassentamentos. Em 2015 as obras pararam devido a questões de detalhamentos no contrato. Por isso, o TCU²⁷ interferiu para que essas questões fossem resolvidas. Com isso, a prefeitura de Duque de Caxias resolveu interferir e manifestou interesse em dar continuidade ao projeto. As comunidades previstas para reassentamento seriam a Teixeira Mendes e o Parque da Liberdade. O Guedes, esse seria também um ponto que estaria atrelado ao Sarapuí jusante. Que iria da Kennedy até a Washington Luís. Então nós faríamos o assentamento de quem estaria por lá. Com toda a dificuldade junto ao TCU, nós não conseguimos equacionar, então a prefeitura se propôs a atender. E fez uma solicitação junto ao Inea de se responsabilizar pelos assentamentos. Então, o Inea passou os cadastros da Teixeira Mendes e do Parque da Liberdade para a prefeitura. No Guedes, tinha uma preocupação junto com a defesa civil de proteção do espaço. Porque, infelizmente acontece que quando as pessoas têm a possibilidade de reassentamento, muitas aumentam as edificações ou tentam ocupar os espaços. Então, os próprios moradores ajudavam informando que tinha invasão para evitar que o processo ficasse mais longo.

²⁷ Tribunal de Contas da União (TCU)

O Inea não se manifestava junto à comunidade, pois a prefeitura estava à frente junto à Caixa Econômica. Assim, a prefeitura foi dando prioridades a outras comunidades que não faziam parte do projeto, como a Cidade dos Meninos.

Argumentações do Procurador da República que atua no Ministério Público da Baixada- Júlio José Araújo Júnior

O projeto Iguaçu gerou muita expectativa nas populações através da conciliação de projetos ambientais e o reassentamento de famílias. O interessante do projeto é que envolveu a população através do engajamento gerando parcerias com os órgãos envolvidos como a fiscalização do projeto. Por isso a frustração da população.

A participação do procurador enfatizou a necessidade de corrigir os problemas atuais, sem desconsiderar a perspectiva ambiental como critério para o reassentamento.

Intervenção de Daniel Ribeiro, representante do Inea

O Projeto Iguaçu foi um dos projetos que o Inea mais se esforçou para executar nos últimos dez anos. Pedimos desculpas por toda a frustração gerada, já pedimos antes no Ministério Público Federal. A coordenadoria sócio ambiental não tinha muitas informações da prefeitura e da Caixa Econômica quanto ao termo de compromisso. Houve também um problema técnico administrativo que a gente pede desculpas aqui.

Representante da Caixa Econômica- Gabriel Hess

Sua fala, ressalta a importância da participação da comunidade. Em 2011 dá-se início ao projeto e em abril de 2017 formaliza-se a transferência para a prefeitura. Reconhece que algumas etapas do projeto não foram concluídas, como dragagens e construção de polders. Porém, afirma que a CEF é o agente financiador. Para solucionar o problema, defende que é preciso a cooperação entre o Inea e a prefeitura na construção de novos projetos para dar conta dos problemas.

Representante da Caixa Econômica- Carla Paulina Barbosa

Afirma que os cadastros feitos pelo Inea foram repassados para a CEF discriminando os moradores oriundos de áreas de intervenção das obras ambientais. Em relação às moradias ainda disponíveis, afirma: “O prédio que falta ocupar, com 300 unidades, não tem 300 famílias no cadastro o número está bem abaixo, chegando a quase 100.”

Uma outra preocupação da CEF é a análise do perfil socioeconômico dos moradores, ou seja, se a renda se encaixa nos padrões exigidos pelo programa PMCMV.

Representante dos moradores da Vila Alzira- Andréa Siqueira

A representante mostra tristeza pela condução da prefeitura em relação à questão ambiental. Concorde com o Procurador da República que é preciso dar solução para o problema, mas que os erros do passado não deixaram de existir. Lembra que o Inea impôs na época que nenhuma melhora poderia ser feita na comunidade, já que as casas seriam demolidas. Então, os moradores que faziam suas contenções contra a enchente pararam com essas melhorias.

A população começou a investir seu tempo, sua saúde e esforços em acompanhar as obras do projeto. As reuniões eram acompanhadas pelos moradores que, financeiramente, não tinham condições de pagar passagens, que eram caras porque ganham um salário-mínimo. Viram comunidades sendo removidas com respeito em outros municípios da Baixada, porém quando chegou em Duque de Caxias tudo foi por água abaixo. O que se viu foi desrespeito, desumanidade. Existe a suspeita até de corrupção. Quando eu passo na porta do condomínio, eu não vejo carro popular naquelas garagens. Quando a Caixa fala que as pessoas estão dentro dos parâmetros do Minha Casa Minha Vida, eu não vejo naqueles carros a condição de uma pessoa que está enquadrada dentro do programa.

A moradora afirma não entender como os 280 moradores da Teixeira Mendes que inicialmente restavam no cadastro do Inea transformaram-se em 900. “Antes de pensar nas soluções, gostaríamos de registrar os erros que aconteceram e que nos levaram a esse impasse”. Ressalta que ao conversar com pessoas a respeito do problema dos reassentamentos, muitos diziam: — “Vocês querem é casa boa e de graça”. Andréa responde que não se trata mais disso, afirma que é uma questão de respeito.

Foram muitos anos buscando informações no Inea e na prefeitura. Eles buscaram ser ouvidos no MPF. Houve quebra de confiança. O Inea quando chegou à comunidade não se identificou, mas a comunidade pacífica e interessada deixou o Inea realizar medições e fotografar. Foram 10 anos de impasse. As enchentes que eram só no verão, agora sofrem com inundações constantes até sem chuva.

Relata que ao percorrer a comunidade a fim de convocar os moradores para a referida audiência, uma família estava com água na canela em casa, devido à subida da maré, sem chuva.

Afirma:

Isso acontece porque a gente é pobre. Não é só o prejuízo financeiro, é o moral, o mental é a saúde, é a falta de credibilidade no Estado. Quem vai garantir que as pessoas vão receber cordatamente representantes do Estado? Temos algumas pessoas ainda confiantes. Eu acompanhei que em outras remoções tinha a Fase²⁸, psicólogos e em Duque de Caxias não tinha ninguém.

Por fim, lamenta a ausência de representantes da prefeitura na audiência.

Representante da Comunidade do Guedes- Josélia Silva

²⁸ A FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos com sede no Rio de Janeiro.

A representante explica que a comunidade começou a participar da situação em 2012. Os moradores adquiriram seus terrenos de uma fazenda particular que fora loteada, e afirmam ter o registro de compra e venda. Em 2012, a Polícia Federal e representantes da secretaria de obras da Prefeitura de Duque de Caxias chegaram com a ordem do Ministério Público para demolir as casas, já que estavam em área de proteção ambiental da APA São Bento.

As pessoas ficaram em desespero total. Só não foi pior, porque o pneu da máquina furou. Uma família que a casa estava em ponto de laje foi completamente destruída. A família depois dessa decepção até retornou para o Nordeste. Os moradores tiraram uma cópia do ofício e foram até o Ministério Público. Lá, o representante fez um despacho pedindo explicações e os moradores se comprometeram a participar de reuniões com o objetivo de ajudar a decidir o que seria feito na área.

A representante prossegue afirmando que, no decorrer de 3 anos, foi decidido que os moradores seriam realocados para o condomínio do São Bento, pois na área seriam construídos pôlderes. Os moradores ficaram surpresos pois, após a conclusão das obras, houve a divulgação de um vídeo em que o prefeito afirmava que os apartamentos seriam entregues pela prefeitura e não pelo Inea.

Hoje o dano é total: psicológico, físico. É cansativo, é triste e desanimador ver a situação das famílias. Temos certeza, porém não temos como provar que irregularidades existem. Eu costumo chamar aquilo ali de farra do São Bento, porque a farra é grande! Interesses políticos, não no sentido correto da palavra política, mas no sentido sujo. Minha rua é o barulho da madrugada toda de caminhões despejando aterros. Temos que expor os erros e temos direito de uma resposta. Voltamos à estaca zero e ficamos por isso mesmo? A palavra é indignação por tudo que vivemos e passamos e justiça pelo menos. Estou desacreditada.

O deputado estadual Flávio Serafini do PSOL, que presidia a seção, pede a palavra e anuncia que o próximo a falar seria um representante do governo federal. Explica, em seguida, que a alternativa dada pela prefeitura é a construção de um novo empreendimento em um terreno da união. Ressalta que a presença da prefeitura na audiência ajudaria a diminuir muitas dúvidas. Assim ele passa a palavra para o Secretario do Patrimônio da União (SPU).

Representante da Secretaria do Patrimônio da União- Carlos Rodrigues

O representante alega que não participou de nenhuma etapa do processo, já que aquelas terras pertencem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A SPU pode vir a participar de futuros projetos para a população do São Bento, pois sua atribuição é destinar terras a empreendimentos habitacionais. Eu desconheço qualquer solicitação da prefeitura de Duque de Caxias vinculada ao projeto Iguaçu. A prefeitura tem sim solicitações no SPU na área de Xerém, do cemitério e pouquíssimas áreas em outras regiões do município.

Concluiu afirmando que a área do São Bento é de responsabilidade do INCRA, não é de sua competência, por isso, não pode garantir a existência de terras disponíveis. Colocou-se à disposição de qualquer órgão para verificar áreas da União para a construção de moradias. Adiantou que, no distrito de Xerém, existem áreas disponíveis para isso.

O deputado Flávio Serafini ressalta que o INCRA foi convidado, mas não estava presente na audiência.

Associação Guada Vida- Elenita Beserra

A política da prefeitura é jogar comunidade contra comunidade. Pessoal do Guedes e da Vila Alzira sendo colocado para o pessoal da Teixeira Mendes como pessoas interessadas e uma área que eles têm direito. Coisas estranhas vêm acontecendo na cidade. Deparamos com títulos de propriedades de áreas públicas. Áreas públicas que são repassadas para alguém que vende para grandes empreendimentos. Na Cidade dos Meninos, sendo instalado um aterro. A área da Brasrios que também é uma área pública, considerada polder pelo Inea. E essa obra vem gerando um grande alagamento na cidade, estrangulando os rios e dificultando a vida dos moradores. A área do quilombo do Bomba que está dentro da APA São Bento, que esse prefeito retirou essa área e que hoje está construindo um CEASA. A instalação do CEASA vai gerar a perda de muitas vidas, pois é uma área de transbordo, além de existir o vestígio de um Quilombo, ou seja, é uma área de importância histórica.

Ressalta a necessidade de o SPU rever a posição de repassar terras da União para a prefeitura. Lembra, ainda, que muitas áreas de mangue estão sendo destruídas. Ao perguntar a prefeitura sobre o licenciamento, a mesma alega que foi licenciado pelo Inea.

Áreas de mangue sendo vendidas e estranguladas, e o licenciamento é do Inea! Pôlderes sendo licenciados pelo Inea! Quando vamos ao Inea, não recebemos respostas. Como fica a população? O Inea admitiu seu erro, mas o eles estão dispostos a fazer agora? O que o Estado vai fazer? Vamos tomar uma área do movimento de assentamento de luta pela moradia para construir prédios para vocês morarem daqui a alguns anos se vocês sobreviverem lá na margem daquele rio? A Caixa vai liberar o último condomínio sabendo da situação dessa população? Quem precisa mais? Quem tá do lado da prefeitura e do MDB? Não estou duvidando que vocês estão fazendo uma triagem. Mas os moradores afirmam que quem tá lá nos condomínios estão recheados de veículos que a população de baixa renda não tem condições! O conselho da APA São Bento assinou que os condomínios seriam construídos para a finalidade de receber os moradores daquela área. Foi um desvio de finalidade. Se ainda tem 300 residências, que liberem para os moradores que o Estado afirmou que iam pra lá! Que a APA autorizou a construção das residências para esses moradores!

Finaliza sua participação, lembrando que os conselhos das APAs acabaram na prefeitura de Duque de Caxias. Existindo, nesse momento, um único conselho onde os conselheiros não deliberam, só escutam.

A palavra volta à Marlúcia que faz várias colocações sobre o Inea e a Caixa Econômica. Nessas considerações pontua diversas irregularidades que vêm ocorrendo no município, como: a omissão do Inea nos licenciamentos de novos empreendimentos nas áreas de proteção

ambiental, citando como exemplos a Brasrios e o Cearj; a negligência da CEF quanto à comercialização dos apartamentos do PMCMV; a falta de atuação da Comissão de Meio Ambiente da Alerj na fiscalização dos novos e antigos empreendimentos localizados nas áreas de proteção ambiental às margens da Baía de Guanabara.

Pergunta do presidente da audiência à CEF: “Os apartamentos restantes têm alguma previsão de abrigar a Comunidade do Guedes e da Vila Alzira?” O representante da CEF respondeu que faria esse levantamento, já que os cadastros vêm do Inea e da prefeitura.

Sobre a venda dos apartamentos, os representantes da CEF, disseram:

Isso não é um problema só do São Bento. Isso ocorre em vários Minha Casa Minha Vida. Os apartamentos não são transferidos para as pessoas com título de propriedade, eles são transferidos com uma seção, que após 10 anos teriam o título de propriedade. Mas ocorre a venda informal e isso é muito difícil de mitigar, mas a denúncia está sendo passada para o Ministério Público.

Nesse momento, um morador chamado Ernandes interveio em um desabafo, alegando que na época do projeto de remoção dos moradores da área do rio Iguaçu, o Inea solicitou seus documentos para encaminhá-lo ao condomínio São Bento. Segundo ele, viu-se obrigado a paralisar obras de reforma que vinha realizando em seu imóvel, causando-lhe um prejuízo de R\$ 4.000,00 em materiais de construção. Hoje, sua casa tem vários danos e está correndo risco de desmoronamento. Ressaltou que é engraxate e tem uma mãe de 97 anos. Perguntou aos representantes por que precisa passar por dificuldades se os apartamentos estão fechados e prontos. Pediu uma solução, pois afirma que na audiência todos os órgãos estão “enrolando” os moradores.

Os representantes do Inea pedem a palavra e tentam responder aos questionamentos orientando que os interessados encaminhem suas colocações sobre os licenciamentos à ouvidoria. Informaram, ainda, que todas as prefeituras envolvidas são parceiras do projeto Iguaçu, e que “não caem de paraquedas”. Em 2012, o secretário de meio ambiente do Estado deu autonomia aos municípios para conceder licenças. “Muitas vezes as pessoas dizem que foi o Inea, mas não foi”.

Esclareceram, ainda, que no momento dos cadastros, algumas pessoas demoraram a responder por várias questões, como a ausência de documentação, ou a procura de uma nova casa para a compra assistida. Essa demora acabou causando atrasos.

A reunião foi encerrada e os encaminhamentos foram feitos ao MP para que o Inea disponibilizasse os cadastros das famílias. Ficou acordado que após a apresentação de tais documentos uma nova reunião seria marcada.

O descontentamento de moradores e líderes de movimentos sociais em relação à falta de transparência na condução do processo de remoção e na destinação das novas moradias ficou evidente em algumas falas na *live* da UEDC.

Moradora da Vila Alzira- Andréa:

Eu moro na comunidade há 27 anos, mas a comunidade está instalada há mais ou menos 50 anos. Os moradores entram no processo através do contato com a Coppe, via associação de moradores, na época em que a associação estava organizada. Somos acompanhados desde a Serla, devido às inundações e enchentes do rio Iguaçu. Quando o projeto Iguaçu chega pra gente, em 2009, após uma grande enchente, a gente já conhecida por ter esses contatos com o Estado com questões de enchente. Como o meu marido sempre trabalhou com a associação de moradores, apoiava e tudo. A gente sabia do projeto e ficamos muito felizes com a possibilidade de ser resolvida a questão da enchente. Porque, na verdade, a maioria dos moradores, nem naquela época e nem hoje, queria sair do lugar. Esses conceitos de moradia, local seguro, são coisas bem modernas! E o pessoal tem uma questão de escolaridade, de entendimento, de meio ambiente e tudo. Por aqui ser um local tranquilo, em questão de violência, o pessoal não quer se mudar daqui. O Estado, na pessoa do Inea, vem e oferece o projeto Iguaçu. Foi todo um processo de convencimento e esclarecimento feito por nós mesmos moradores. Porque, nesse momento, quando chega pra gente aqui na Vila Alzira, já não tem mais a Fase. A Fase já tinha rompido o contrato dela com o Inea. Já era uma outra ONG que fazia essa interlocução social, era uma outra ONG que fazia esse trabalho. Só que não conseguia chegar até nós. Quando chegou o Inea para cá, eles fizeram um ataque direto! Um dia a gente acordou e tava o pessoal do Inea cadastrando, medindo as casas e fazendo as propostas que a professora Marlúcia citou, que era a compra assistida ou receber a unidade habitacional. Tinha reuniões na associação de moradores e a gente acompanhava, discutia a construção da unidade habitacional e discutia quem vai pra lá e quem não vai. Foi um processo de muito tempo esperando e respirando esse ambiente de construção, de passar por lá e ver o condomínio ser criado. Foi quando, em 2016, o condomínio tinha ficado pronto e ia ser entregue, mas não foi entregue. A gente teve um silêncio por parte do Inea e a gente começou a ser organizar pra ver o que estava acontecendo. O pessoal da associação de moradores mandava ofícios perguntando o que tinha acontecido. Porque o escritório tinha sido retirado, a gente como morador se juntou com os representantes da APA São Bento, mais outros moradores de outras comunidades que também estavam sem respostas e foi querer entender o que estava acontecendo. Porque o condomínio estava pronto e não entregavam as chaves das casas e tal. Aí foi quando a gente começou a busca por respostas, porque até então a gente só tinha silêncio. Silêncio do Estado e do Inea. A Caixa já tinha feito documentação de alguns moradores e tudo, mas não tinha respostas pra dar. A gente então se organizou nessa comissão e hoje ainda continua a frente tentando entender o que aconteceu, porque foi tudo muito complicado, tudo muito estranho. Tinha verba, existia uma verba. A gente não entrou no PAC1 porque faltou verba. Quando entrou no PAC 2 as verbas foram liberadas, a construção do condomínio e tudo. No finzinho, quando era hora de entregar as unidades e fazer o que tinha que ser feito na comunidade, nós ficamos no hora veja. A gente conseguiu apoio do Ministério Público e chagamos no ponto que estamos hoje, de judicializar, de perguntar o que aconteceu. O Inea acabou passando o condomínio para a prefeitura e a prefeitura deu a destinação que mais lhe parecia interessante, e a gente acabou ficando sem ocupar aquele espaço. Estamos aqui

vivendo com essa frustração, vivendo no mesmo lugar, vivendo questões de enchente, a cada chuva, a cada cheia do rio. Acompanhando a degradação. Porque a cada dia a ocupação indevida e o desmatamento das margens, tudo tá piorando. Até por causa do desencanto da população de não acreditar mais que é possível mudar todo esse processo. É muito triste ver isso de perto. O desencanto das pessoas. O Estado não age, não fiscaliza, faz promessas que não cumpre. É muito complicado esse momento que a gente vive aqui na comunidade”.

Em seguida, Juliete Pantoja, do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), afirmou:

É difícil falar depois das companheiras. É uma situação de luta de mais de 15 anos de uma comunidade inteira. A Andrea é uma lutadora incansável. É difícil continuar na luta e conseguir reverter essa situação porque, de fato, é uma situação muito difícil. Todo o processo que foi feito utilizou muitas pessoas, organizações lutadoras, para que pudesse acontecer de forma certa. Então, a Marlúcia resgatou a história da Baixada e percebemos que, de fato, tem um problema, que é um problema do meio ambiente ser constantemente desrespeitado em diversas formas. Isso traz consequências gravíssimas. Recentemente a gente viu, já que isso não é só coisa do prefeito Washington Reis, a gente vê prefeituras em todas as cidades com esse discurso. O prefeito Marcelo Crivella, agora recentemente, fez um discurso dizendo que o povo gosta de morar na beira do rio. Quando tem um projeto para tirar a população da beira do rio, que sofre não só com a enchente, mas com a subida da maré. Quando tem um projeto de realocar a população para uma região mais próxima, para não quebrar tanto essa rotina das pessoas, que já tem uma relação com o bairro, é construído um condomínio próximo da li, e depois dar continuidade a recuperação das margens dos rios, a preservação de pôlderes, com o objetivo de barrar alagamentos para chegar até outros lugares. A prefeitura faz uma coisa dessas! Tudo foi participativo, e do nada a prefeitura vai entregar 2000 casas e desconsidera as mais de 300 famílias dessa região que participaram desse processo. O Inea não fala absolutamente nada! Recentemente, depois de muito buscar o Ministério Público, o MPF se posicionou que essas famílias deviam sim, ser beneficiadas. Só que isso passou, e o Washington Reis nem quis saber! É fundamental que essa luta ganhe força. O objetivo também dessa live é contar as histórias dessas pessoas para que todos fiquem sabendo o que está acontecendo e também reforçar essa luta. É bom lembrar que o São Bento é muito próximo do centro de Caxias e esse condomínio que foi inaugurado com mais de 2000 casas já tem placas de aluga-se. Se você tem placa de aluga-se, tem gente morando lá que não precisa, que não era para estar. A prefeitura não abre o cadastro, não abre a lista pra ver quais foram as pessoas beneficiadas nessa lista. A prefeitura se limita a dizer que são pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, igual a quem está no São Bento. Na verdade, ele quer jogar povo contra povo. Eles querem que a gente fique defendendo que outras pessoas que têm vulnerabilidade não tenham direito. Não! Eles tem direito sim! Nós concordamos com isso! O déficit habitacional de Duque de Caxias é altíssimo. Mesmo tendo construído milhares de casas do Minha Casa Minha Vida, o déficit habitacional ainda bate oficialmente mais de 30.000 moradias, oficialmente. Os dados extraoficiais ainda deve ser o dobro disso. Falando ainda dessa prefeitura, deveria ser sim, criar as condições para que a moradia fosse assegurada. Ficar colocando povo contra povo não é nossa intenção. De fato, existe o direito à moradia, mas não é só sua casa com suas paredes e seu teto. O direito à moradia é mais amplo. As condições de habitabilidade precisam ser respeitadas. As condições de infraestrutura do bairro precisam ser respeitadas. Tudo isso está ligado ao direito humano de morar dignamente. Gostaria de colocar uma situação que é o fato de várias dessas lideranças lá do São Bento serem mulheres, e aí é uma coisa que tenho o profundo orgulho de dizer que a luta pela moradia é uma luta de rosto, que tem cara de mulher. Hoje, várias companheiras são muito guerreiras, é uma luta que não é simples. Temos que construir alternativas para que de fato essas pessoas tenham acesso à moradia. Não dá pra

prefeitura ficar fazendo ouvido de mercador. Não dá pra prefeitura ficar fazendo de conta que não é com ela, que não quer saber dessa situação. Não é por acaso. De fato, isso é um projeto que a população pobre trabalhadora ela vai ficar escanteada quando o assunto é direito. Só que eles lembram muito dos deveres. A gente é cobrado daquilo que a gente deve, o que é dever nosso.

Nas palavras da professora Marlúcia,

As áreas das margens dos rios são áreas de preservação ambiental nacional. Então, essas áreas não deveriam ser usadas nem para construir pista, estrada, colocar viaduto nem para construir moradia. Essas áreas deveriam estar livres como uma questão de combate às inundações e preservação da vida silvestre. Essas áreas são de umidade e têm várias espécies que habitam nela como capivaras, lobo-guará, tartarugas, cobras, jacarés... As comunidades da Vila Alzira e Guedes sempre mapearam as espécies de aves que habitam essa região. Ali é um ambiente de pântano, de mangue. Quando se aterra e impermeabiliza os territórios vizinhos, menos espaço você vai ter para a natureza e para as águas. Eu acho que vale apenas ter uma clareza que a Comunidade da Vila Alzira, a comunidade do Guedes as comunidades do rio Iguaçu nós acompanhamos através da APA. A APA São Bento foi a primeira área de preservação ambiental criada na cidade, foi criada para preservar essas áreas de borda de áreas dos rios de mangue e preservar toda a vegetação existente naquela área do segundo distrito. Enquanto conselheiras das APAS, tínhamos reuniões mensais e acompanhamos todo o projeto Iguaçu. Esse condomínio que estamos falando é o condomínio São Bento que está ao lado da Feuduc²⁹. Esse condomínio foi construído dentro do território da APA, em terras da União. São terras do governo Federal que também têm a ocupação Solano Trindade. São 11 comunidades instituídas nessa APA. São comunidades que estão em situação de risco e deveriam ser removidas. As consideradas em situação de mais vulnerabilidade são a Vila Alzira e a Comunidade do Guedes. A Vila Alzira está em cima do Dique do rio Iguaçu e a Comunidade do Guedes está em cima de um polder natural, que é uma área mais baixa. Uma área que o rio Pilar deságua no rio Iguaçu. O rio era alargado demais. Tinha lagoa ali que foi aterrada pelas milícias para vendas ilícitas. A natureza está resistindo e os moradores resistindo nesse lugar. Quando aparece o Inea, é o Inea que diz pra eles que eles têm que sair. Não foram eles que queriam sair, foi o Inea! Nas reuniões da APA, se concordou em construir um condomínio. Nós não queríamos que tivesse mais gente na APA, concorda? Mas construir um condomínio para liberar uma área ribeirinha era importante para dar melhores condições de vida aos moradores, pois todos os anos nós tínhamos que assistir as pessoas tendo que sair da sua casa para ir para casa da vizinha, cheio de lixo no quintal, cobra entrando no quintal... E o Inea fala:— não pode mexer na sua casa que tá caindo. Tá tendo rachaduras na sua casa, não pode mexer porque vocês vão sair. Outra população que seria removida seria a do rio Sarapuí, mas essa população iria para outro condomínio construído com verba do Ministério das Cidades, lá na Vila São José, que seria o condomínio Volterra. Boa parte da comunidade do rio Sarapuí foi para o condomínio Volterra, 260 não quiseram e ficaram de ir para o São Bento. Essas comunidades ficariam dentro da APA São Bento. Quando todo mundo só esperava a chave, trezentos e pouco na Vila Alzira e cento e poucos do Guedes e ainda teriam umas famílias ali da Boa Esperança e no Novo São Bento, que moravam na beira mesmo, na boca do rio. Só que de repente, houve uma grande surpresa, quando a prefeitura começou a participar da entrega das chaves, já que em nenhum momento a prefeitura participou das reuniões. Todos os processos do projeto Iguaçu, a construção do condomínio acompanhada do andamento das obras com o Inea, nunca a prefeitura participava. O condomínio é totalmente gratuito, em troca, as casas dos moradores seriam demolidas. Como que a prefeitura

²⁹ Fundação Educacional de Duque de Caxias (Feuduc), é mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias e de um Colégio de Aplicação, que funcionam no bairro São Bento em uma área cedida pelo Incra.

vai pegar um condomínio que tem uma função social que foi construído para uma dada situação? Como que esse novo ator entrou no cenário? Para todo o nosso espanto, a prefeitura alegou que só ia instalar nesse condomínio a população do rio Sarapuí. O que nos surpreendeu! Porque só tinham 260 moradores do Rio Sarapuí. Como que 260 foi transformado em 900 famílias? Aí aparece uma propaganda da construção de um viaduto e a construção de uma pista paralela ao rio Sarapuí que eles chamaram de Interbaixada, para favorecer os interesses do escoamento logístico com a intenção de ter uma via expressa de um lado e do outro do rio para atender o projeto do Cearj. Dá para entender, então, os interesses econômicos, logísticos, os interesses desse setor de logística prevaleceram em detrimento dos interesses ambientais e dos moradores. Isso é um grande problema! Isso gerou uma audiência pública na Alerj, quem quiser pode baixar esse vídeo pela Alerj, que você vai ver todo o depoimento dos moradores. O movimento de moradia, a Juliete, acompanhou na secretaria de habitação de Caxias. Duzentas pessoas foram para lá buscar esclarecimento e ninguém informava. Agora, recentemente, o Ministério Público Federal saiu um parecer. Como ninguém tinha informação sobre nada, em dezembro, o Ministério Público ofereceu os documentos que explicavam que a Caixa Econômica e o Inea passaram o prédio, o condomínio do São Bento, para a prefeitura fazer o assentamento. E aí a questão é: nós temos uma listagem do Sarapuí que eram só 260. Quem são os outros que estão lá? Quem estava naquela listagem, foram todos para lá? Quem são os outros? Por que aquela listagem dos mais vulneráveis do Iguaçu, que deveriam ter ido pra lá, não foram? Uma outra coisa que foi interessante, é que a APA São Bento, que tinha assembleias mensais e que tinha um conselho deliberativo, eles acabaram com o conselho e criaram outro conselho que não é deliberativo, não é paritário. Eles acabaram com um organismo que tinha no território e deixaram os moradores ao Deus dará, até que os moradores criaram uma comissão de luta pela moradia. Depois de todo esse processo analisado e acompanhado pelo Ministério Público Federal, o Ministério veio com a judicialização do Inea, porque o Inea foi omissivo, a responsabilidade era do Inea. O projeto era do Inea com verba federal. Aí, problemas sérios que o Inea cometeu, precisa ser responsabilizado por isso, e também a prefeitura. O Ministério Público quer saber quem são essas pessoas que estão lá dentro. E ainda tem um prédio vazio, com apartamentos vazios. Por que não se coloca a população mais vulnerável do Guedes e da Vila Alzira? O Ministério determinou também que fizessem o assentamento nesses prédios que estão vazios.

Comentário de uma mulher 39 anos que participou da *live*.

O poder PÚBLICO em momento algum pensa na população. Haja visto que o impacto com educação(escola) e saúde (unidade de atendimento ambulatorial) ã foram pensadas com a alocação da comunidade que aqui não habitava. Eles e nós encontramos transtornos com esses 2 serviços comprometidos com o excesso de procura e pouca ou quase nada de oferta.

Andréa

O projeto havia sido pensado para alocar os moradores da região. Então, não geraria nenhum impacto, só ia tirar o grupo da beira do rio e ia colocar no condomínio. Famílias que já têm um círculo social, de trabalho de atendimento médico. Porque nós temos aqui o pessoal da saúde, né? Não ia mudar nada. Não ia sobrecarregar ninguém, porque são famílias que já tinha esses serviços na comunidade. Quando a prefeitura desvia esse processo e traz um novo grupo de moradores, isso tem impacto, tanto na saúde, quanto na educação de quem já estava aqui e de quem veio para cá. O pessoal vem e não tem escola suficiente. Não têm unidades de saúde aqui da região para dar conta dessa nova população, entendeu? A situação de água, luz, esgoto, tudo foi impactado. Não tinha sido pensado desse jeito. Quando a professora Marlúcia fala dessa questão do uso que a prefeitura dá para o condomínio, a gente não discute quem tá mais vulnerável ou não. Quando a gente vai atrás de respostas, é que a gente construiu um processo durante dez anos para nós resolvermos a situação daqui dessa comunidade. As licenças ambientais dentro do condomínio, dentro da APA, era para

resolver esse problema, quando a prefeitura coloca que era uma população tão vulnerável quanto nós. Só que muda toda a programação de uma vida inteira, 10, 15 anos. Porque não foi criado para isso aí! O condomínio não é um projeto Minha Casa Minha Vida. Era um condomínio para reassentamento das famílias ribeirinhas do rio Iguaçu, dentro do projeto Iguaçu, com verbas do PAC e do Ministério das Cidades. A gente entende que existe um déficit habitacional, mas aquele projeto foi feito para aquilo. Como foi o condomínio Volterra, o do Cangulo, existem outros condomínios dentro do município para assentar, e tal. O nosso propósito foi outro! Quando a gente tá dentro é tão absurdo! Você participa de todas as discussões com o Inea e o Estado, a prefeitura nunca participou das discussões. Aí, quando a casa tá pronta, a prefeitura dá o uso que ela quer e não fala nada. A gente ficou um ano mandando e-mail, ofício... Morador que trabalhava no centro passava na porta do Inea e perguntava pra porteiro, secretária... A gente passava por vereador da rua perguntava, assessor... Gente, o que que está acontecendo? Eles simplesmente fecharam o escritório e sumiram do bairro. Quando a gente teve notícia, o prefeito simplesmente estava entregando os apartamentos pro pessoal do Teixeira Mendes. Foi uma coisa muito absurda! A gente faz esse questionamento por uma questão de respeito! A gente queria morar num lugar legal, num condomínio, sim a gente queria, mas se não der, tudo bem. Mas que pelo menos tenha a dignidade de dizer: — Olha, aconteceu isso, não vai ser pra vocês. Explica! Ficamos sem saber nada. Todo mundo esperando a chave chegar. O dia de assinar o contrato, e cadê? Sumiu todo mundo. A gente não tem valor nenhum? Quando a gente fazia as buscas, ia atrás de um e de outro, a gente ouvia de boato: — Não, não vai acontecer mais não! Ih, esquece! Vocês não servem mais pro que eu quero. Deixa pra lá! Só que teve dinheiro público! A verba do PAC foi toda consumida e o projeto ficou parado no meio do caminho. Duzentos e poucos milhões são cifras imensas que foram consumidas que acabou o projeto. O Inea para o projeto no meio e o não fala nada? Nem governo, nem nada? É muito desencantador a gente vê que as coisas não são fiscalizadas, não são acompanhadas de perto. O executor do projeto pega uma verba imensa pública, gasta, não explica e não dá satisfação pra mais ninguém. Brinca com a vida das pessoas. E fica tudo assim. Todo mundo vai descansar, vai passear e viajar e quem ficou prejudicado é que se resolva sozinho.

Juliete

Dá muita indignação isso ter sido feito dessa maneira e ter que conviver com essas denúncias de pessoas que tão lá e dizem que precisa. Tem uma parte lá que a gente sabe que não precisa! Já saiu na internet, já saiu no jornal, placa de aluga-se. Mais uma vez a gente reforça essas relações da prefeitura, por exemplo, de colocar os seus afetos lá. De fazer balcão mesmo, com o que seria direito da população, colocando pra essas pessoas que a gente sabe que não precisa. Se tá alugando, não precisa! É como você disse, o déficit habitacional é muito grande e a prefeitura ao invés de enfrentar isso de maneira digna, a prefeitura faz o que fez. A fiscalização não existe, e várias coisas como a Marcela pois aí, pioram ainda mais várias situações. Eu me lembro, Andréa, de ter visto vários caminhões com aterro sendo jogados em áreas que já sofrem com alagamentos. Um monte de aterro impermeável, com lixo, sendo jogado com certeza ia aumentar ainda mais o nível de alagamento das casas. Então, de fato, essa é uma luta que a gente precisa denunciar ainda mais. Quando a gente faz um movimento popular e coloca a cara, a gente é cobrado também. Coisas que, passando dez anos, assinando, fazendo algo necessário, chega uma hora que param de te atender. É totalmente descartado. Só que o bairro fica pedindo resposta. As pessoas estão pedindo resposta. De fato, a gente não pode se dar por vencido.

Professora Marlúcia

A gente precisa lutar por uma cidade que considere seus moradores para pensar a cidade, para pensar o planejamento urbano da cidade. Nós queremos sentar com o governo pra discutir a cidade que queremos construir. Não queremos uma cidade que quem está no executivo pensa os projetos da cidade sem levar em consideração os interesses dos moradores que nela vivem.

Andréa

Vamos manter vivos os espaços de discussão para pensar a cidade. Decidir o que a gente quer pra gente. Não adianta estudar, melhorar nossa vida, realizar nossos sonhos se a nossa cidade está ficando pra trás. Todo mundo tem que ir junto e avançar junto.

Juliete

Infelizmente, o que mais a gente alcança de participação popular é o processo de eleição. A gente só é consultado a dar o voto e depois tem que fechar os olhos e deixar cegamente que façam. A gente tem que avançar sim, nas formas de participação popular. Tem esses conselhos e temos que brigar para que esses conselhos sejam deliberativos, porque a população não quer ser só consultada. Em pensar que a gente tá lutando não só pra ser ouvido, na verdade, têm várias iniciativas populares que são sensacionais! Quando se entrega na mão do povo, o povo sabe governar muito bem sim. Tem o processo da eleição agora e é bom a gente não esquecer, entendeu, do que tá sendo feito na cidade pelos que estão governando.

Dez meses após a audiência na Alerj, o jornal Meia Hora de 20/07/20 publicou a conclusão do processo aberto pelo MPF que pediu à Justiça Federal que suspendesse a entrega das chaves das unidades ociosas do condomínio São Bento devido ao desvio de finalidade, ou seja, a destinação dos apartamentos estava sendo feita à residentes de áreas que não faziam parte do projeto Iguaçu. Além disso, o MPF requereu a alocação das famílias nas unidades e a apuração sobre as destinações irregulares no conjunto residencial, conforme cadastros estabelecidos pelo projeto. O prazo dado à prefeitura era de trinta dias para o remanejamento das famílias para as habitações remanescentes do projeto. Nessa ação, também é dado o prazo de sessenta dias para que a prefeitura apure quem não se enquadra nos requisitos do projeto Iguaçu ou aqueles que não estejam utilizando os imóveis para fins residenciais. Para o Inea, o MPF atribuiu um prazo de quarenta e cinco dias para que elabore um plano de atuação eficaz, a fim de que as margens dos rios não sejam ocupadas, evitando gerar novos problemas de assentamento para o futuro.

Em 28 de julho de 2020, o sítio eletrônico do MPF publicou alguns detalhes importantes, como a listagem da prefeitura com os residentes no conjunto São Bento. Nesse documento ainda constam 173 unidades vazias. Além disso, 20 pessoas não possuem número de controle do Inea e, por isso, não poderiam ser beneficiárias do imóvel. O MPF também constatou, após análise de dados na Receita Federal, que pelo menos 20 pessoas não residem no conjunto, incluindo uma beneficiária que é moradora do bairro de São Conrado na Zona Sul do Rio de Janeiro. No começo de julho, o MPF manifestou preocupação de que a prefeitura poderia destinar as unidades a moradores que não residissem nas áreas afetadas pelo projeto Iguaçu.

Em relação à conclusão das obras do viaduto, uma reportagem do Diário do Rio.com intitulada “Sonho de viaduto vira pesadelo para moradores de uma rua em Caxias”, de junho de

2020, faz uma alusão às reportagens anteriores, que reproduzem a fala do prefeito da cidade sobre o “tão sonhado viaduto do Gramacho”. Nessa matéria, podemos perceber os novos rumos tomados pela obra do viaduto.

Com o objetivo de inaugurar o viaduto antes do prazo final de três meses para as eleições, e poder contar com a participação do prefeito, vereadores e outras lideranças que estarão na disputa eleitoral, o projeto precisou ser mudado para que ficasse pronto no prazo mais curto. Para isso, o viaduto, que percorreria a Avenida Teixeira Mendes, foi desviado com uma curva extremamente perigosa para uma via local estreita que não suportaria o trânsito intenso. Essa rua, a Herman Lundgren, possui duas escolas e muitas casas com garagens. Seus moradores foram pegos de surpresa e reclamam da decisão da prefeitura. Suas preocupações são as rachaduras que apareceram em suas casas, a redução de calçadas, o aumento de acidentes devido à curva fechada e até uma possível enchente por não haver obras de infraestrutura que suportem o volume de água da descida do viaduto.

Em uma *live*, realizada em junho de 2020, na qual o prefeito foi questionado por uma moradora sobre os problemas gerados pela obra na rua Herman Lundgren, o prefeito amenizou os efeitos dizendo: “quem se sente incomodado (com a mudança) ... É natural!”. E completou: “Não quer que passe um fluxo maior... É da vida! Tem que passar em algum lugar! Ah, não quer que dê uma rachadura na parede... Gente, qualquer casa racha”.

A reportagem ainda alerta sobre o aumento do endividamento da cidade, pois além do custo R\$ 10.999.264,55 do viaduto, verba já obtida pelo Ministério das Cidades na época do projeto, a Câmara dos Vereadores aprovou em 2018, por solicitação do prefeito Washington Reis, um empréstimo junto a CEF de mais R\$ 100.000.000 para a construção do viaduto. O valor será pago com juros de 7% ao ano em 96 vezes.

Analisando os diferentes pontos de vista defendidos pelos variados atores envolvidos no processo de remoção da Comunidade Teixeira Mendes, é possível perceber uma série de contradições. A Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, o Inea, moradores entrevistados, lideranças de movimentos sociais, variados órgãos de imprensa e o MPF apresentam interpretações bem divergentes em relação a múltiplos aspectos.

A Prefeitura de Duque de Caxias, através de suas campanhas publicitárias, transmitiu a ideia de que conduziu o processo de remoção da Comunidade Teixeira Mendes com total eficiência, de maneira a garantir à população removida acesso à moradias dignas, livres do convívio com constantes inundações, da presença de vetores de doenças, do contato com esgoto e da violência. Além disso, também defendeu a ideia de que, ao construir um viaduto e um parque linear na área antes ocupadas pelas habitações removidas, promoveria uma grande

melhoria na mobilidade da cidade, além de oferecer uma opção de lazer e uma remodelação urbana, até então inexistente naquele local.

Na versão oficial exibida através da campanha publicitária elaborada pela prefeitura, todos os atores envolvidos no processo mostraram concordância e satisfação com a condução do projeto. Em nenhum momento foi apresentada algum tipo de divergência, contestação ou descontentamento pelas partes envolvidas. Assim, a prefeitura transmitiu uma imagem de eficiência de gestão pública, além de preocupação com a questão habitacional.

As entrevistas realizadas com o presidente da associação dos moradores, com a inspetora do CIEP (e moradora do bairro) e com a diretora do CIEP mostram que suas opiniões vão ao encontro da versão defendida pela prefeitura, já que demonstram satisfação com o que chamam de “grande progresso” na vida dos moradores. Enquanto o Jorge da Kombi claramente vê na remoção um aumento de sua visibilidade política, enaltece a importância de sua colaboração e esforço para a concretização das obras, Vera e Marli demonstram grande satisfação ao perceber a melhoria da qualidade de vida de alunos e responsáveis que frequentam o CIEP, além da segurança no trânsito, em razão da construção do viaduto que passaria a evitar os frequentes acidentes que, até então, ocorriam na passagem de nível da via férrea.

Percebe-se que alguns atores envolvidos diretamente com o cotidiano mais concreto e palpável das obras demonstram satisfação com o andamento do projeto. Em seus relatos, não são perceptíveis as contradições que existem nos bastidores do processo. Talvez por conviência ou desconhecimento, se atêm apenas àquilo que é visível aos seus olhos e tem efeito prático em suas vidas. Aí está uma parcela da população que parece ter sido cooptada pela visão progressista que a prefeitura pretende transmitir.

Contudo, nem todos os moradores compartilham da mesma visão. Há relatos de insatisfação daqueles que foram obrigados a conviver diretamente com a obra e sofreram com mudanças repentinas de planejamento realizadas pela prefeitura, e grande frustração por parte daqueles aos quais foi prometida uma nova moradia e cuja promessa não foi concretizada.

Movimentos sociais e órgãos de imprensa denunciaram graves irregularidades praticadas por diversos órgãos públicos ao longo do processo. Investigando as relações invisíveis envolvidas na condução do projeto a fim de buscar um entendimento da questão em sua totalidade, foram apontadas diversas contradições e desvios de finalidade. O grande endividamento promovido pela prefeitura de Duque de Caxias, a falta de transparência por parte dos órgãos públicos envolvidos na divulgação da lista dos beneficiados pelas unidades residenciais, a destinação indevida de diversos apartamentos, as construções de aterros em áreas sujeitas à inundação, a destruição de áreas de preservação ambiental e a ocupação irregular de

margens de rios para construção de vias públicas, foram problemas enumerados por esses atores sociais.

Diante de graves denúncias, o MPF judicializou a questão entendendo que os órgãos envolvidos no processo deveriam prestar esclarecimentos em relação as suas condutas que, em uma primeira análise, mostraram-se bastante suspeitas. Em razão da morosidade produzida pelos prazos e ritos estabelecidos no trâmite judicial, a condução do processo impetrado pelo MPF ainda se encontra em curso.

Uma dualidade se impõe nesse cenário. Por um lado, vemos a satisfação de parte da população contemplada com novas moradias e daqueles que viram uma maior fluidez nas vias do bairro em razão das obras de mobilidade. Por outro lado, encontram-se aqueles que sofrem com graves problemas socioambientais e que tiveram suas expectativas de novas moradias frustradas pela atuação ineficiente, irregular e nada transparente dos agentes públicos.

Um novo período de eleições municipais se aproximava e era evidente que a versão da prefeitura sobre os fatos seria aquela que iria sobressair diante da grande maioria dos eleitores, que, ao visualizar suas campanhas publicitárias, seriam induzidos a crer na suposta eficiência e preocupação socioambiental da Prefeitura de Duque de Caxias. Realizada às pressas, a inauguração do viaduto mostra-se como um exemplo de velhas práticas políticas que se preocupam mais com a manutenção do poder nas mãos de um determinado grupo específico do que com o bem-estar da população propriamente dito.

Aos prejudicados, restava a resiliência de ter que conviver com a frustração de promessas não concretizadas, a falta de espaços de discussão que tenham grande visibilidade social e a lentidão dos órgãos de justiça que façam valer seus direitos.

O *modus operandi* da administração municipal baseia-se na eliminação dos elementos cuja presença causam incômodo na paisagem, como está explícito na imagem a seguir.

Foto 8: *Outdoor* colocado em frente ao CIEP Carlos Chagas



Fonte: A autora, 2019.

Para analisar o outdoor da prefeitura, que traz em destaque a frase “O maior projeto de desfavelização do Brasil”, cabe analisar com cuidado a origem do termo favela. Nesse sentido vale citar o trabalho de Valladares (2000), que trata do surgimento da favela e da sua concepção como um problema.

No artigo “Gênese da favela carioca”, a autora fez um estudo sobre a introdução da favela no debate político-social no início do século passado. Para isso, ela utilizou como base o Morro da Providência, também conhecido como Morro da Favella, reconhecido como a primeira favela carioca, que entrou para a história por abrigar ex-combatentes da Guerra de Canudos que se instalaram no local para pressionar o ministério da guerra a lhes pagar os soldos devidos. Assim, a favela passou a designar as aglomerações pobres, de ocupações ilegais e irregulares geralmente localizadas em encostas.

Também fazendo uma analogia à Guerra de Canudos, a favela vem revestida de um forte conteúdo simbólico de resistência e luta dos oprimidos contra um oponente forte e dominador. Essa ideia foi reforçada por Valladares:

À semelhança de Canudos, a favela é vista como uma comunidade de miseráveis com extraordinária capacidade de sobrevivência diante das condições de vida extremamente precárias e inusitadas, marcadas por uma identidade comum. Com um *modus vivendi* determinado pelas condições peculiares do lugar, ela é percebida como espaço de liberdade e como tal valorizada por seus habitantes (VALLADARES, 2000, p. 10).

A favela foi transformada em problema na década de 1920, quando médicos e engenheiros ligados aos órgãos de governo começaram uma campanha pelo progresso e modernização da cidade, chamando-a de “Lepra da Esthética”³⁰. Os médicos higienistas associavam as habitações às células do corpo humano, as quais, para o seu bom funcionamento, deveriam ser saudáveis, seguir regras de higiene, recebendo luz e ar. Nas favelas, as condições insalubres impediam esse corpo de ser saudável e acabavam disseminando doenças.

Nessa época a favela começava a ser estigmatizada como local de concentração de pobres perigosos e uma área sem lei. Valladares ressalta essa ideia difundida na década de 1920, que via a favela como patologia social a ser combatida, neste trecho: “Acabar com as favelas seria, então uma consequência “natural” desse tipo de pensamento: era necessário resolver esses males do organismo enfermo - a cidade - imprimindo-lhe uma direção ordenadora” (VALLADARES, 2000, p. 14).

O prefeito e chefe de polícia da época Mattos Pimenta havia passado vários anos na Europa, particularmente na França acompanhando as reformas urbanas, principalmente a empreendida por Haussmann em Paris. Com o apoio do diretor da saúde, Mattos Pimenta começou a divulgar folhetos com suas concepções de como solucionar o “problema favela”. Primeiro seria a suspensão da construção de novos casebres evitando o aumento das favelas. Posteriormente ele havia idealizado a construção de habitações populares em prédios segundo modernos princípios de higiene e conforto. Essas habitações seriam financiadas, onde a população pagaria o mesmo valor de um aluguel, porém com a finalidade de se tornar proprietário do imóvel.

Endossando a ideia de que a favela ainda representa um problema, vemos que a Prefeitura de Duque de Caxias, cem anos depois, ainda partilha dessa mesma concepção. Utilizando o termo desfavelização, a administração municipal pretende remover da paisagem aquilo que considera sinônimo de atraso, doença, miséria e periculosidade. Desconsiderando a favela como local de liberdade, resistência e luta e assumindo a perspectiva da “lepra da esthética” cunhada há um século atrás, o governo municipal, além de eliminar a favela, também tenta disciplinar a vida dos moradores removendo-os para moradias projetadas de acordo com os padrões que considera adequados à cidade.

³⁰Campanha empreendida por João Augusto Mattos Pimenta. Essa figura importante do meio empresarial da época ora era tido como médico sanitário, ora como engenheiro e jornalista, que empreendeu uma grande campanha na imprensa carioca contra as favelas. Aproveitando-se que a favela era pouco conhecida pela população em geral, ele fez um filme chamado “As Favellas” com o intuito de mostrar as mazelas vividas pela população local.

A conjugação de três importantes aspectos parece nortear até os dias atuais a visão das elites e a conduta do estado brasileiro em relação aos favelados: a visão paternalista, o caráter eleitoreiro e a possibilidade de exploração de força de trabalho barata. Nesse sentido, as observações de Perlman (1977), realizadas nas décadas de 1960 e 1970, parecem se encaixar perfeitamente no cenário contemporâneo. A conduta adotada pela prefeitura de Duque de Caxias é pautada pela forte influência do determinismo ambiental na percepção do espaço urbano e, em especial, na questão habitacional. As políticas públicas ainda se baseiam na remoção como uma solução para “inserir” o pobre no tecido urbano de uma maneira esteticamente aceitável e, principalmente, sem comprometer os interesses das elites.

Compartilho da opinião de Perlman (1977) de que há a necessidade de uma drástica mudança na forma como os agentes públicos enxergam os moradores de favelas, a fim de conduzir políticas habitacionais mais efetivas.

Eu sustento que os moradores da favela não são econômica nem politicamente marginais, mas são explorados e reprimidos; que não são sociais nem culturalmente marginais, mas são estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado. Não são passivamente marginais em termos das suas próprias atitudes e comportamento, ao contrário, estão sendo ativamente marginalizados pelo sistema e pela política oficial (PERLMAN, 1977, p. 235).

Remover uma favela é o mesmo que negar sua existência enquanto parte integrante da cidade. É uma tentativa de esconder uma das mais evidentes expressões da desigualdade social que aflora no espaço geográfico.

O método implementado pelo Barão Haussmann em Paris, importado pelo prefeito Pereira Passos para o Rio de Janeiro e utilizado ao longo de cem anos tem sido o mesmo, com raras exceções. A favela é removida, mas a causa maior de sua existência não é solucionada, uma vez que a desigualdade social persiste. Nesse sentido, um programa de desfavelização como o posto em prática em Duque de Caxias constitui-se apenas em maquiagem urbana. É a substituição de uma forma de uso do espaço que não converge com os interesses da administração pública municipal.

Historicamente, a remoção de favelas revela a completa falta de interesse na melhoria de vida de seus habitantes, apesar dos principais argumentos sempre girarem em torno de questões sociais, sanitárias e ambientais. O fato é que, após os numerosos casos de remoção de favelas, quase sempre marcados pela desinformação, truculência e injustiça, o que se vê é o completo abandono dos moradores removidos a sua própria sorte.

A grande reforma urbana implementada por Pereira Passos que promoveu a modernização da área central da cidade, as remoções de favelas que se sucederam ao longo de

todo o século XX a fim de liberar espaço para a especulação imobiliária nos espaços mais valorizados da cidade, as desocupações recentemente realizadas no início do século XXI em nome do tão sonhado “legado olímpico” e o processo de desfavelização da Comunidade Teixeira Mendes posto em prática pela administração municipal de Duque de Caxias, guardam em si a mesma essência. O objetivo principal dos processos de remoção tem sido a garantia de melhores condições para a reprodução do capital, seja através do estímulo à atuação de empreiteiras que enriquecem às custas de vultuosos recursos públicos investidos em obras de infraestrutura, seja através da garantia de uma maior fluidez do espaço a fim de dinamizar as relações econômicas.

Fica claro que a construção do viaduto que faz a ligação entre a Avenida Governador Leonel de Moura Brizola e a Rodovia Washington Luís é a principal motivação desse processo de remoção. Não se pode desconsiderar, também, que a construção do parque linear prometida pelo prefeito também lhe garantiria um expressivo número de votos junto a uma população tão desassistida de áreas de lazer e, principalmente, entendimento acerca das estratégias políticas adotadas pelas administrações municipais fluminenses.

Removidos de suas casas e levados a viver em unidades residenciais de dimensões reduzidas, os ex-moradores da Comunidade Teixeira Mendes se veem forçados a transformar completamente o seu modo de viver, seja para obter uma aceitação social por parte da nova vizinhança, ou para garantir sua subsistência nas novas condições em que para muitos o local de trabalho ficou mais afastado, ou simplesmente deixou de existir, como o caso de proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais.

O processo de desfavelização, defendido com tanta eficiência na campanha publicitária financiada pela prefeitura municipal de Duque de Caxias, deu a alguns moradores da antiga Comunidade Teixeira Mendes novas habitações, porém não lhes ofereceu os meios para superar integralmente as precárias condições sociais em que se encontravam.

3 OS IMPACTOS DA REMOÇÃO NA VIDA DOS ALUNOS DO CIEP MUNICIPALIZADO-097 CARLOS CHAGAS

Neste capítulo serão apresentados os impactos decorrentes da remoção na vida das crianças e adolescentes da comunidade que estudam no CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas, em particular no que diz respeito à sua experiência escolar. Para isso, será feita uma apresentação da escola detalhando seus vínculos com a comunidade. Em seguida, discorro algumas palavras acerca do desafio de ser, ao mesmo tempo, professora e pesquisadora. Ademais, serão descritas e analisadas as atividades realizadas com os alunos durante a pesquisa, bem como o material por eles produzido. Por fim, busco criar um vínculo entre as falas dos alunos e o processo histórico das remoções descrito no capítulo 1 e em particular a remoção da Teixeira Mendes no capítulo 2.

3.1 O CIEP Municipalizado-097 Carlos Chagas

Os CIEPs foram instituições de ensino criadas na década de 1980 por Darcy Ribeiro, secretário de educação do estado do Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola. A ideia era oferecer uma escolarização em tempo integral para crianças das classes populares, proporcionando educação, prática esportiva, assistência médica, alimentação e atividades culturais. Essas escolas seguem um projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer contando com um edifício principal de três pavimentos com salas de aula, auditório, refeitório, centro médico, cozinha, banheiros e uma área de recreação. As estruturas anexas são uma quadra esportiva com vestiários e uma biblioteca.

O CIEP Municipalizado 097 Carlos Chagas integrou a rede estadual de ensino até o ano de 2005. Em outubro de 2006, sofreu processo de municipalização, contando à época com um total de 900 alunos alocados em 31 turmas, divididas em dois turnos de atendimento, contemplando 2 turmas de Educação Infantil, 21 turmas do Ensino Fundamental I, 8 Turmas do Ensino Fundamental II e 1 Sala de Recursos Multifuncionais.

Atualmente os CIEPs não seguem o mesmo padrão de funcionamento idealizado em sua concepção. No CIEP Municipalizado 097 Carlos Chagas, por exemplo, não há ensino integral, nem oferta de assistência médica e atividades culturais. O espaço que outrora era ocupado por um centro médico agora é utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde para fins burocráticos.

A escola é cercada por grades que possibilitam a visualização de sua estrutura física e da rotina escolar pelas pessoas que passam em suas cercanias.

O CIEP Municipalizado 097 Carlos Chagas disponibiliza vagas para a Educação Infantil (turmas de 4 e 5 anos), Ensino Fundamental I e II, e para as Modalidades Educação de Jovens e Adultos (6º aos 9º anos de Escolaridade) e Educação Especial (Atendimento Educacional Especializado). No ano letivo de 2020, a escola contava com público de 905 alunos matriculados, composto por crianças, adolescentes, jovens e adultos atendidos em 37 turmas, divididas nos 3 turnos de atendimento (1º Turno: 7h30 às 12h / 2º Turno: 13h às 17h / 4º Turno: 18h às 22h). Na ilustração a seguir, a imagem superior mostra o prédio principal, enquanto as inferiores mostram respectivamente, a quadra poliesportiva e a biblioteca do CIEP.

Foto 9: CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas



Fonte: A autora, 2021.

O perfil dos alunos da escola foi bem caracterizado no Projeto Político Pedagógico (PPP)³¹ da unidade:

Nossos alunos são oriundos, principalmente, dos bairros do Sarapuí, Gramacho e localidades próximas à Unidade Escolar. É uma clientela, em sua maioria, de baixa renda *per capita* com importantes limitações em suas condições de vida e no acesso aos bens de consumo, à uma alimentação saudável e à uma rede de atendimento de serviços básicos de saúde e amparo social. Algumas famílias sobrevivem de doações de parentes, programas assistenciais do governo, doações de entidades como igrejas ou ONG's. É comum observar crianças, adolescentes, jovens e adultos que vivem em moradias precárias de higiene, saneamento básico e sem estrutura física mínima adequada. As limitações nas condições de vida se refletem no contexto escolar, onde a escolarização não é um valor prioritário para esta clientela. Preocupados, essencialmente, com sua sobrevivência diária, muitos educandos abandonam a escola ou postergam os seus estudos para ajudarem financeiramente sua família. Muitos, infelizmente, são seduzidos pela criminalidade, especialmente, pelo tráfico de drogas ilícitas e outras organizações criminosas que disputam o controle do poder local. Por este motivo, convivemos com desafios constantes relacionados ao alto índice de abandono/evasão escolar, baixo nível de rendimento dos educandos, número significativo de casos de distorção ano de escolaridade/idade e problemas relativos à indisciplina. A maioria dos alunos tem acesso apenas à televisão e rádio como meios de informação e nos últimos anos os alunos têm procurado *Lan House* para obter informação e entretenimento. Em muitos casos, a leitura se restringe ao ambiente escolar. Não costumam frequentar teatros, cinemas ou outras apresentações artísticas. O lazer se restringe aos bares da localidade, à uma praça pública e uma sorveteria. Muitos dos moradores buscam seu lazer no Centro de Duque de Caxias. Observa-se grande presença de atividade comercial na área, encontrando-se no entorno escolar: padarias (2); farmácias (3); mercado (1), bares, *Lan House* (1), sorveteria (2), loja de tintas (1), loja de doces (1), distribuidora de bebidas (1). Nota-se uma forte presença da religiosidade na população escolar, a maioria constitui-se de representantes do segmento Evangélico, encontrando-se algumas igrejas na localidade.

O PPP do CIEP Municipalizado 097 Carlos Chagas passa por atualizações anuais principalmente para registro do número de estudantes e quantidade de turmas. As recentes transformações observadas na comunidade, bem como seus impactos na vida acadêmica dos alunos, ainda não foram devidamente registradas no documento confeccionado pela equipe pedagógica. O fechamento das escolas, a partir de 16 de março de 2020, em virtude da pandemia do novo coronavírus, impediu a necessária reatualização do PPP.

Atuo como professora de Geografia nesta escola desde 2016. No meu primeiro ano, pude testemunhar os efeitos causados pela política de remoção implementada pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias na vida escolar dos alunos. No primeiro momento, os alunos foram tomados por uma atmosfera de apreensão, pois havia uma grande expectativa sobre o sorteio dos novos imóveis que foi realizado nas dependências do próprio CIEP. Aos poucos, a

³¹ O PPP é um documento exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996. Ele deve reunir o conjunto de objetivos e metas que a escola deve alcançar bem como os meios para concretizá-los, indicando a direção a seguir não apenas por gestores e professores, mas também por funcionários, alunos e famílias. O PPP deve ser atualizado regularmente com a participação de todos os membros da comunidade escolar a fim de rever metas e traçar novas estratégias assim que se julgar necessário.

expectativa foi dando lugar ao medo de como seriam recebidos no novo bairro. Após a remoção, a escola começou a se esvaziar.

Devido ao intenso calor, à baixa circulação de ar dentro da comunidade e à ausência de áreas de lazer, era comum que, durante as férias escolares, os alunos saíssem da comunidade no período do verão para usar as dependências da escola a fim de realizar atividades de lazer, como jogar bola na quadra e organizar piqueniques na grama, já que a escola fica a aproximadamente 100 metros da favela e a região é carente de espaços construídos exclusivamente para lazer. Nos verões de 2017 e 2018, a rotina sofreu visíveis alterações. As crianças da comunidade não frequentavam mais as dependências da escola para o lazer. Porém, aos finais de semana, os jovens que moram em residências do entorno usavam a quadra da escola para jogos de basquete e futebol.

Na entrevista realizada com a inspetora Vera Lúcia, ao ser indagada sobre a relação entre a comunidade e a escola, afirmou:

Eles sempre nos respeitaram, os próprios alunos, vizinhos, se tivesse algum problema com o professor eles eram chamados atenção lá dentro. Quando a comunidade esteve aqui, nunca teve assalto. Nunca trouxe agressão com armas. Antigamente, eu estou aqui na escola há 16 anos, poucas pessoas tinham celular, então, quando um aluno passava mal dentro da sala de aula não tinha como comunicar aos pais. Então, eu levava o aluno em casa. Eu entrava lá dentro, eles tinham a maior consideração comigo. Nunca teve agressão com os funcionários. Sempre fui respeitada pelos que tinham a vida certa ou a vida errada. Me chamavam pra tomar um refrigerante. Me indicavam a casa que eu tinha que entrar. O caminho melhor. Depois que você entra lá dentro é um labirinto. Sempre utilizavam a quadra da escola. Teve uma época que essa escola ficou abandonada, depois veio o Estado e levantou ela. Quando veio o primeiro mandato do Washington Reis ele mandou municipalizar o CIEP. Ele mandou pintar tudo. Veio muito material para cá: uniforme, tênis, mochila. A secretária de Educação era Selma Silva e a Diretora muito competente era Eliane Basílio. Entrou outros governos e vários eu acompanhei aqui.

Ao referir-se à comunidade, dona Vera demonstra bastante carinho. Para ela a presença da Teixeira Mendes trazia certa proteção à escola. Chama atenção em seu relato a necessidade de auxílio para se orientar dentro da comunidade em razão do ordenamento espacial peculiar que é confuso para aqueles que não são moradores.

Quando questionada sobre a remoção, afirmou:

A Marli (diretora do CIEP), falava que ia me tirar da porta da escola, porque cada caminhão que passava eu vivia chorando. Comecei a arranjar doação. Enfeite de casa, arranjos, toalhas, cortinas. Consegui com os meus vizinhos, copo, toalha, muita coisa³². Eu chorava a cada caminhão que passava. Não era de tristeza. Eles falavam, Tia Verinha, já vou. Cada família que vinha pegar declaração me falava: “Tia Verinha,

³² Vera, mais conhecida como “Tia Verinha”, além de ser inspetora da escola, faz um importante trabalho social com a comunidade. Recolhe doações e promove bazares sem fins lucrativos a fim de entregar doações aos moradores mais necessitados.

tem muitos anos que não tomava banho de chuveiro. Tia Verinha eu só via rato e barata.

A entrevistada se emocionava com a partida dos moradores devido ao distanciamento agora imposto pela remoção da comunidade, mas a todo momento durante a entrevista, Vera se mostrava feliz em razão das melhorias nas condições de moradia conquistadas por algumas pessoas que mencionavam a falta de recursos básicos em suas residências.

Sobre a frequência dos responsáveis às reuniões da escola após a remoção, comentou:

Foi grande na entrega de material e na reunião dos professores. Os pais vieram em massa. Essa remoção melhorou muito. Deu autoestima, dignidade valores que eles não tinham.

Vera considera que a melhoria das condições materiais das habitações dos alunos provocou uma sensível mudança em suas posturas. Alunos que antes mostravam-se acanhados e comedidos no ambiente escolar, passaram a exibir semblantes mais confiantes e altivos.

Ao revisitar a escola, no mês de agosto de 2020 (em plena pandemia) para realizar as entrevistas e buscar materiais, tive uma profunda sensação de tristeza ao observar aquele amplo espaço completamente vazio, sem os estudantes que dão vida à escola. É grande a minha preocupação com futuro escolar dessas crianças, que já foram impactadas por um processo de remoção e que agora se veem privadas do acesso à escola por conta da pandemia.

3.2 Ser professora, ser pesquisadora

Um grande desafio posto ao pesquisar o olhar das crianças sobre o processo de remoção da Comunidade Teixeira Mendes é o fato de ser professora e pesquisadora na escola em que eu trabalho. Segundo Macedo (2012) duas questões importantes são postas diante do professor-pesquisador: - Como estranhar o cotidiano tão familiar? - Como as relações de afeto entre o professor e o aluno atravessam a relação entre pesquisador e as crianças?

A autora também coloca outras provocações ao professor-pesquisador. Uma delas é a imprevisibilidade do cotidiano. Mesmo estando com os sujeitos pesquisados todos os dias, o cotidiano sempre tem algo inesperado, o que com a intimidade e a espontaneidade das crianças facilitam as conversas e as observações. A autora prossegue ressaltando como ponto positivo a importância da relação de confiança entre o adulto-pesquisador e a criança, uma vez que a responsabilidade pela preservação dos sujeitos e o cuidado na edição das informações coletadas são implicações éticas pertinentes em qualquer contexto das ciências humanas.

Por fim, a autora adverte a respeito de algumas questões que podem ser desfavoráveis ao professor-pesquisador. O anseio por respostas e a pretensão de uma suposta previsibilidade por já conhecer os sujeitos, podem levar a um desconforto que pode ameaçar o bom andamento da pesquisa, o que acontece principalmente quando as crianças se limitam a respostas evasivas ou aparentemente vazias. O que também pode ser um fator negativo é o fato de que os sujeitos, diante da sua professora, acabam medindo palavras e comprometendo o andamento da pesquisa.

Desde o início da minha atuação como professora na escola desenvolvi o estranhamento de pesquisador citado pela autora. Ficava intrigada ao ver aquelas crianças, com as quais começava a estabelecer uma relação de intimidade, demonstrando receio e apreensão acerca de seu futuro. Causava-me muita preocupação ouvir, durante as aulas, suas conversas sobre como seriam suas novas casas e quais vizinhos também se mudariam. Outro fator gerador de incômodo era a inquietação provocada nos alunos em razão de reuniões promovidas pela prefeitura na quadra do CIEP a fim de tratar de detalhes da remoção com os moradores. Nesses dias, os alunos ficavam observando, apreensivos, pela janela da sala a chegada dos moradores. Não conseguiam se concentrar nas aulas.

No ano seguinte, devido à forte redução da frequência de muitos alunos, me aproximei deles para perguntar o que estava acontecendo. Na medida em que conquistei maior confiança das crianças, pude ouvir seus relatos sobre as dificuldades pelas quais passavam em seu cotidiano. Após a remoção falavam sobre a dificuldade de continuar frequentando a escola, os atrasos gerados pelo precário serviço de transporte público e a ausência de vagas em escolas mais próximas de suas novas moradias. A relação consolidada de afeto me ajudou a perceber seus medos, aflições e anseios relacionados à remoção.

Em todas as abordagens que fiz junto aos alunos questionando suas experiências no processo de remoção, nunca percebi que eles medissem palavras ou demonstrassem algum tipo de constrangimento pelo fato de estarem diante de sua professora. Ao contrário, a relação de afeto estabelecida entre nós possibilitou um maior acesso às suas emoções e percepções sobre a realidade que se colocava no momento.

Concordando com Macedo (2008), pesquisar a própria escola pode ser muito produtivo, porém exige uma clareza sobre as especificidades inerentes aos papéis de professor e pesquisador. Por vezes as duas atuações se aproximam e em momentos uma precisa ser excluída. É preciso sempre ter em mente a ideia expressa no título do texto de Macedo (2008): “Alterar, alterar-se: Ser professora, ser pesquisadora”, que distingue o papel do professor e do pesquisador. Enquanto ao primeiro cabe a tarefa de alterar, ao segundo cabe a tentativa de alterar-se. Foi encarando este desafio, que me lancei nesta pesquisa.

Na condição de professora sou capaz de “alterá-los” através dos conteúdos que trabalho e das discussões que promovo em minhas aulas de Geografia. Considero o conhecimento prévio que todo aluno traz consigo para as discussões e certamente sou alterada durante as aulas, porém, não de forma tão profunda quanto na condição de pesquisadora. Nessa situação não sou a detentora do conhecimento. Agora as posições se invertem. A experiência vivida pelos alunos torna-se meu objeto de estudo e são eles que têm propriedade para falar sobre ela. Ao longo da pesquisa fui alterada pelos relatos sinceros e emocionantes, bem como pelo nível de consciência e altivez desses adolescentes em relação aos impactos que as transformações urbanas exerceram sobre a sua experiência de vida e de cidadania.

3.3 Mudar de casa, mudar de escola?

Pretende-se aqui analisar o material produzido pelos alunos: como viam a favela e vivenciaram a remoção? O que mudou em suas vidas? O que está melhor ou pior que antes? Como isso impactou sua relação com a escola? Uma importante referência metodológica a ser seguida foi a utilizada por Freire (2018- 2021) ao realizar trabalhos de campo durante a sua pesquisa a respeito da remoção da favela Metrô-Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro. A autora promoveu a realização de entrevistas, observação participante, visitas guiadas e oficinas com as crianças dessa localidade e do conjunto residencial no qual muitas famílias foram realojadas. Entre as principais etapas de seu trabalho figuram a reconstituição da história e o contexto da remoção da favela, a descrição da dinâmica e metodologia das oficinas e a reflexão sobre o lugar das crianças, das suas memórias e experiências, questionando o papel do Estado como violador dos seus direitos.

Outra referência de investigação junto às crianças é o trabalho desenvolvido por Rocco (2015) na favela da Paz, em São Paulo. Sua pesquisa procura pensar os processos de produção do espaço urbano em situação de exclusão social durante a iminente remoção da favela. Foi inspirador acompanhar sua metodologia de trabalho, que valoriza a brincadeira e fornece à criança mais segurança para a socialização e o enfrentamento de conflitos.

Ao iniciar o ano letivo de 2018, foi possível perceber que um número significativo de alunos foi matriculado em escolas localizadas nos arredores das novas residências, distante cerca de 3,5km da Teixeira Mendes e, conseqüentemente do CIEP Municipalizado 097-Carlos Chagas. Contudo, vários relatos indicaram que as unidades escolares não estavam aptas a receber mais estudantes. Muitos alunos relataram superlotação das salas. Algo comum que

acontece em remoções, quando o poder público não consegue resolver a totalidade dos problemas, atuando na distribuição de novas residências sem a preparação de uma infraestrutura para receber os novos moradores. Isso reforça que o bem-estar da comunidade não era o principal objetivo da remoção. Ao longo do ano letivo também pude notar atrasos e faltas culminando na evasão escolar. Ficou muito claro, através dos registros de frequência, que vários alunos passaram a apresentar um elevado número de faltas gerando o abandono. Na imagem a seguir nota-se as observações de abandono escritas à caneta no diário escolar.

Foto 10- Diário de Classe.

Aluno(a)	Nascimento	Assinatura
Adriano Oliveira de Souza	02/10/03	
Alexander Lucas dos Santos Silva	11/08/02	
Ana Beatriz David da Silva	18/11/04	
Andre Pacheco dos Santos	15/01/03	
Andressa Moraes Batista	29/10/03	
Anna Beatriz Coelho da Silva	13/01/04	
Arthur Fernandes Pacheco	26/03/03	
Bruna Aparecida da Silva Costa	19/10/01	
Camilla Rebêcca Silva da Costa	01/12/02	
Camilly Vitoria Teixeira Barbosa	11/10/02	
Carlos Henrique Ferreira dos Santos	25/10/01	
Cauan Pereira da Silva	22/05/01	
Clarissa Fernandes da Silva	14/05/01	
Cleiton Marques da Silva	05/12/01	
Dallia Victoria do Nascimento	06/10/03	
Eduarda Emidio Araujo	01/08/03	
Elohin Guerra da Cunha Barros	22/07/04	
Erick Marques Araujo	08/08/03	
Erithfanny Silva de Souza	28/01/03	
Filipe Salaroli da Fonseca Junior	06/05/03	
Gabriel Silva do Nascimento	29/12/03	
Gabriel Silva Rodrigues	08/10/01	
Geovani Daniel Avelino Ramos	07/01/01	
Gleice Ellen Andrade Gomes da	21/08/02	
Iara dos Santos Mariano	11/09/01	
Igor Pacheco de Souza	19/08/01	
Iradora Rodrigues da Rocha	25/05/04	
Jean Silva dos Santos Dias	03/11/99	
João Vitor Vieira dos Santos de	06/02/04	
Johnny Jorge Cardoso	15/10/03	
Julio Cesar Felizardo Gonzaga	08/12/03	
Larissa Cristina Vergulino Costa	14/06/01	
Leonel Herculano da Silva Neto	17/06/03	
Lethicia Cristina Santos Evaristo	10/04/02	
Luiz Claudio Oliveira dos Santos	26/03/04	
Luiz Gabriel Gomes Pedro	20/06/03	
Marcos Daniel Santana Soares	21/03/03	
Matheus Rodrigues	12/05/03	
Nickole de Moraes Miranda Silva	27/12/03	
Pamela Santos do Nascimento	24/06/01	
Pedro Enrique Pinto Nunes	08/08/02	
Raquel Marinho Nascimento	19/11/03	
Robert Alexandre Rodrigues	10/01/03	
Sergio Luiz N.A Teixeira	09/04/03	
Thalita Victoria Soares da Silva	20/02/04	
Wallace Santos de Freitas	16/03/02	
Pamela Oliveira de Almeida	16/02/02	
Vitoria Aparecida de Souza	02/01/02	
Vitoria Aparecida de Souza	21/06/03	
Carlos Henrique Ferreira dos Santos	25/10/01	
Thamara Carolina de Barros Viana	16/09/03	
54		
55		

Fonte: A autora, 2018.

Um dos fatores que possivelmente contribuíram para essa situação foi o aumento da distância entre o CIEP Carlos Chagas das novas residências dos alunos removidos, que se localizam nos bairros São José e São Bento.

O mapa a seguir ilustra o novo trajeto dos alunos que foram removidos para o condomínio São Bento e São José e que permaneceram estudando no CIEP 097- Carlos Chagas.

Mapa 2- Trajeto entre o condomínio São Bento (Residencial Bolonha) e o CIEP 097- Carlos Chagas.

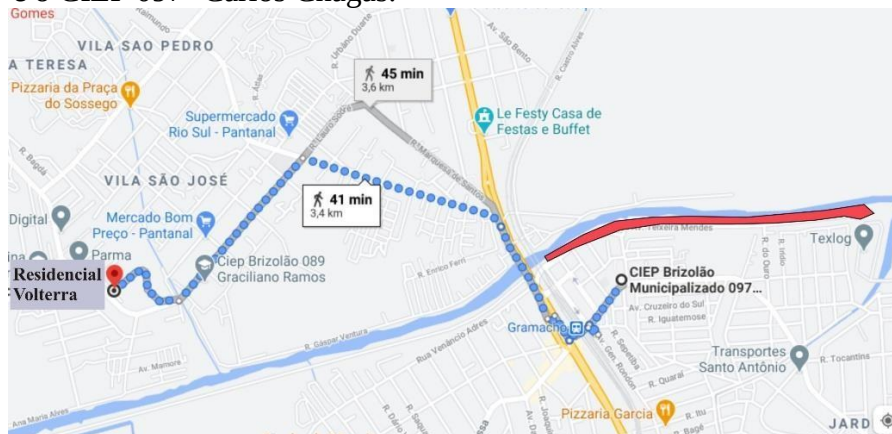


Legenda

Área ocupada pela Comunidade Teixeira Mendes

Fonte: GOOGLE MAPS, 2020.

Mapa 3- Trajeto entre o condomínio São José (Residencial Volterra) e o CIEP 097- Carlos Chagas.



Legenda

Comunidade Teixeira Mendes

Fonte: GOOGLE MAPS, 2020.

Foto 11: Condomínio São Bento



Fonte: DUQUE DE CAXIAS, [s.d.]

Foto 12: Residencial Volterra localizado no bairro São José



Fonte: Melo, C, [s.d.]

Apesar de, aparentemente, a nova distância entre a casa e a escola não ser tão grande, cerca de 3,5 km, um fator que dificulta o deslocamento dos estudantes é a precariedade do serviço de transporte público que atende a localidade. Há poucas empresas responsáveis por

atender esses bairros, cujo serviço tem se mostrado de baixa qualidade, com atrasos constantes e dificultando o acesso dos alunos. Fica evidente a falta de uma política pública efetivamente comprometida com a mobilidade da população em idade escolar. Tal atribuição, delegada exclusivamente à iniciativa privada, não sofreu nenhum tipo de intervenção da prefeitura com o objetivo de sanar tais problemas.

Os estudantes relatam que a todo o momento são usadas justificativas diferentes que os impedem de adentrar os ônibus. Ora, é a não utilização do uniforme escolar (que não foi distribuído pela prefeitura), ora é a ausência do cartão Riocard³³ e, por fim, a grande aglomeração de alunos nos pontos de ônibus, que faz com que muitos motoristas simplesmente não parem para que os mesmos embarquem. Sentem-se claramente vítimas de preconceito, uma vez que são rotuladas como baderneiras e como se representassem um risco potencial de vandalizar o transporte público.

Para grande parte dos alunos, essa nova rotina passa a ser desgastante, pois esses problemas não existiam anteriormente, já que moravam ao lado da escola e realizavam o trajeto sem necessidade de transporte público.

Em um primeiro momento, vários alunos sentiram-se orgulhosos de utilizar um equipamento de transporte público para chegar à escola. Ao embarcar nos ônibus, experimentavam a sensação de um adulto que se desloca para o trabalho. Contudo, com o passar do tempo, as experiências cotidianas mostraram o quão dura é a realidade dos cidadãos que precisam se deslocar na cidade.

Como descrito por Müller (2018), em sua pesquisa sobre trajeto de crianças das cidades satélites até o Distrito Federal, a mobilidade urbana das crianças revela investimento diário físico, emocional e financeiro das mesmas e de seus responsáveis, que sofrem com as desigualdades sociais diárias para chegar à escola e voltar dela.

Diferentemente da Sra. Vera, minha experiência como professora aponta que o impacto da nova distância diminuiu a frequência dos pais na escola, principalmente do segundo segmento. A nova despesa com o deslocamento acabou afastando vários pais das reuniões, dificultando o acompanhamento da vida escolar dos seus filhos. Somente nos dias de distribuição de material, em que a assinatura dos responsáveis se faz necessária, observava uma presença mais expressiva dos mesmos.

³³ Documento que permite aos estudantes de escolas públicas o livre acesso aos meios de transportes. Sua produção demanda a apresentação de diversos documentos na escola e requer um período aproximado de trinta dias para a sua confecção.

Outra dificuldade foi a conciliação de horários para famílias que possuem mais de um filho matriculado no CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas e que frequentam turnos diferentes. Os alunos que possuem irmãos mais novos e que são responsáveis por levá-los à escola, se veem forçados a sair apressados para não gerar atrasos para seus irmãos que estudam no turno da tarde. Tal fato acaba gerando angústia e falta de concentração principalmente nas últimas aulas do turno da manhã. Foi bem marcante o caso de uma aluna do 9º ano, que precisava voltar para casa a tempo de trazer sua irmã mais nova para estudar no turno da tarde. Para ela, o último tempo de aula era uma verdadeira tortura psicológica, pois não podia haver atraso no encerramento do turno, caso contrário, perderia o ônibus, não conseguiria almoçar e atrasaria a irmã para a sua aula.

No final do ano de 2019, enquanto atendia às demandas das disciplinas do curso de mestrado e concluía as avaliações finais junto aos alunos do CIEP, tive o primeiro contato com o livro *Como as crianças veem a cidade* (1995) e fiquei encantada com a proposta de sugerir aos alunos a confecção de cartas em que expressassem suas opiniões em relação a problemas da cidade, endereçando-as supostamente às autoridades que julgassem responsáveis pela solução de tais questões.

Sendo assim, realizei um ensaio em três turmas de oitavo e nono ano seguindo essa metodologia, tendo como foco a remoção da Comunidade Teixeira Mendes. Recebi 25 cartas de alunos onde as idades variavam entre 13 e 17 anos. Tais cartas ficaram guardadas durante um longo tempo, sem uma análise mais aprofundada. No final de 2019, os meios de comunicação já divulgavam o avanço da Covid-19 para outros países além da China. No Brasil, a maior parte da população ainda não tinha percebido a gravidade da situação.

O ano letivo de 2020 havia se iniciado normalmente, sem grandes preocupações em relação ao avanço da doença no mundo, até ser decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março uma pandemia. Logo após o carnaval, a situação começou a se agravar com o anúncio da primeira morte no Brasil provocada pela doença ainda no mês de março.

No dia 16 de março, após menos de um mês de aulas, as atividades presenciais foram suspensas em todos os estabelecimentos de ensino. Uma situação que todos acreditavam ser passageira, mas que acabou se estendendo de modo imprevisível até o ano seguinte. Perdi naquele momento o contato direto com os meus alunos e o contato com colegas e professores da FEBF (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense) passou a ser realizado somente por meio virtual.

Em razão da pandemia do novo coronavírus e da consequente suspensão das aulas presenciais, a realização das entrevistas e oficinas com os alunos removidos ficou muito

comprometida. Nesse período, concentrei meus esforços na leitura de referências sugeridas pela minha orientadora, bem como na redação do texto que seria submetido ao exame de qualificação em novembro de 2020.

No exame de qualificação, fui desaconselhada pelos membros da banca a realizar qualquer tipo de abordagem presencial junto aos estudantes naquele momento dada a gravidade da situação sanitária no Estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, tentei vários contatos com os alunos de forma virtual, a fim de saber que histórias tinham para contar a respeito da remoção.

A Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias se eximiu da responsabilidade de criar um canal de comunicação oficial entre os alunos e as escolas da rede. Atribuiu a cada unidade escolar a tarefa de estabelecer estratégias próprias de contato com seus alunos. No CIEP Carlos Chagas optou-se por utilizar o Facebook como canal de comunicação. A adoção dessa estratégia mostrou-se ineficiente, pois pouquíssimos alunos contactavam a escola para obter as atividades propostas e realizar a entrega de seus trabalhos.

Tentando obter uma interação maior, consegui entrar apenas em um grupo de um aplicativo de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) formado pela turma do nono ano. Achei interessante iniciar a atividade com essa turma, já que não estariam mais na escola no próximo ano. Para sensibilizá-los sobre a remoção, preparei um vídeo com trechos do documentário e da peça publicitária elaborados pela prefeitura e fornecidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação de Duque de Caxias. Esses trechos mostravam não só a demolição das casas, mas também cenas do cotidiano da população que foi para o condomínio São Bento. Aliado a isso, também foi feito um formulário com perguntas sobre a remoção. Esse formulário, com o título: “Que histórias você tem para me contar sobre a remoção?”, tinha o objetivo de captar, mesmo que virtualmente, as primeiras impressões das crianças, mais especificamente dos adolescentes, sobre a remoção da comunidade. Mesmo que nem todos fossem moradores, achei importante conhecer suas percepções, afinal, vivenciavam o cotidiano próximo à Teixeira Mendes, frequentando o CIEP Carlos Chagas.

No questionário, tive a preocupação de identificar os participantes que foram efetivamente removidos e aqueles que, apesar de não terem passado por esse processo, tinham coisas importantes a dizer em razão do contato próximo com pessoas removidas.

Para os removidos, o questionário era preenchido com suas vivências sobre esse processo, com a possibilidade de escrever principalmente sobre os sentimentos vividos à época. Aos não removidos foi feito o convite a falar sobre as histórias que ouviram sobre a comunidade, usando algum colega removido como exemplo.

Já estávamos no final do ano letivo de 2020 quando esse material foi enviado aos alunos. O momento estava atribulado devido a muitas incertezas como notas finais de alunos que não tiveram condições de acompanhar o ensino remoto, inscrição dos estudantes no ensino médio na rede estadual e as preocupações com o aumento do número de infectados pelo novo coronavírus nas festas de final de ano.

Tive uma frustração inicial ao perceber que houve uma baixa adesão a essa abordagem. Cabe ressaltar que a baixa adesão não deve ser atribuída à falta de interesse dos alunos pelo tema. Durante o período de ensino remoto ficou mais evidente do que nunca o fosso social entre crianças com maior e menor poder aquisitivo no que se refere ao acesso às novas tecnologias de educação. A grande maioria dos alunos do CIEP não dispunha de acesso à internet, bem como de equipamentos capazes de lhes permitir acompanhar as aulas remotamente.

No total foram 5 participantes, sendo 4 alunos matriculados no 9º ano e uma ex-aluna removida que, apesar de bastante atarefada com demandas da escola e de cursos, gentilmente contribuiu com suas impressões. A faixa etária dos participantes, 3 meninas e 2 meninos, variava entre 15 e 17 anos. Todos moravam próximo à escola, com exceção da menina removida, que ainda morava no Condomínio São Bento.³⁴

Apesar do grande esforço por mim realizado, me vi obrigada a aguardar a retomada das aulas presenciais em 2021 para traçar novas estratégias de abordagem junto aos alunos devido à baixa participação nas entrevistas realizadas virtualmente no ano de 2020.

O início do ano letivo de 2021 continuou marcado por muitas incertezas. A pandemia não havia acabado, os cidadãos de Duque de Caxias não eram estimulados a praticar o isolamento social e fazer uso de máscara. A vacinação acontecia a passos lentos. O Ministério da Saúde mostrava claros sinais de desorganização ao não estabelecer um plano de ação e ao descumprir promessas antes firmadas.

Ao mesmo tempo, a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias se mantinha completamente omissa em relação à divulgação de informações básicas acerca do ano letivo corrente. Na primeira semana de fevereiro de 2021 foram feitas várias reuniões das direções escolares com os professores sem a definição de nenhuma diretriz, visto que não havia nenhuma orientação oficial de órgãos superiores.

Para espanto geral, no dia 4 de fevereiro de 2021, o prefeito Washington Reis (reeleito em primeiro turno nas eleições de 2020) fez o seguinte pronunciamento nas redes sociais: —

³⁴ Digo ainda morava, pois apesar da remoção recente, há relatos de pessoas removidas que já saíram de seus apartamentos, pois os alugaram ou venderam a fim de morar em outros locais.

“Estamos vacinando os profissionais de educação, porque segunda-feira as aulas retornam normalmente, presencialmente, como assim que tem que ser. Duque de Caxias volta ao seu normal.”³⁵ Essa notícia deixou toda a comunidade escolar perplexa. Como voltaríamos às atividades presenciais sem a infraestrutura necessária para o cumprimento dos protocolos sanitários?

A SME impôs que cada escola criasse comissões para analisar o protocolo de retomada redigido pela Secretaria de Saúde no ano anterior. A partir da análise desse documento, um novo parecer seria produzido pelas escolas dizendo se as mesmas teriam condições de cumpri-lo ou não. Somado a isso, as escolas deveriam se preparar para pôr em prática o que já era possível, como, distanciamento de 1,5 metro entre as cadeiras, cálculo da porcentagem dos alunos que poderiam frequentar a escola, distribuição de dispensadores de álcool gel, sabonetes e outros. Paralelo a isso, o SEPE Caxias – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – decidiu em assembleia estabelecer uma “greve pela vida”.

Devido ao atropelo da decisão do gestor público, a primeira semana de greve teve uma grande adesão. Com o objetivo de organizar a escola e tornar as famílias dos alunos cientes do protocolo de retomada e de como seria o ano letivo de 2021 foi organizada no CIEP Carlos Chagas uma semana de reuniões presenciais com os responsáveis.

Na semana seguinte, as aulas foram retomadas com uma quantidade insuficiente de professores em razão da greve e da busca por licenças médicas justificadas pelas comorbidades dos quais muitos eram portadores, a fim de reduzir a exposição ao risco de contrair a Covid-19. A escola definiu, dentro da proposta do protocolo, que as turmas seriam organizadas em grupos de maneira a atingir 35% do quantitativo total. Isso permitiria um distanciamento adequado entre os alunos em sala de aula e no refeitório durante os recreios que seriam escalonados.

Existia na cidade um grande alvoroço causado pela administração municipal no que diz respeito à aplicação das vacinas contra a Covid-19. Uma das primeiras polêmicas foi a divulgação que todos os professores seriam vacinados, porém o calendário do Ministério da Saúde ainda não contemplava a categoria. Em seguida, Washington Reis, convocou os professores acima de 60 anos para a vacinação. Nossa diretora, Marli Viana e outros professores da escola também foram vacinados à época. Logo depois que esses casos foram noticiados pela

³⁵REIS, Washington. Todos os idosos acima de 80 serão vacinados. É só comparecer no *Drive-Thru* em Xerém, em frente a Marcopolo, levando identidade e CPF. Os idosos serão vacinados dentro de seus veículos, por enfermeira da rede pública de Duque de Caxias. É hora de vacinar! Duque de Caxias, 2021. 1 vídeo (1min) *Facebook*: Washington Reis oficial. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=4152984748049443>. Acesso em: 4 mar. 2021

imprensa, o Ministério Público recomendou que a prefeitura seguisse o calendário definido pelo Ministério da Saúde.

Enquanto a maioria das prefeituras organizavam seus calendários de vacinação convocando a população por meio de um escalonamento rigoroso de faixas etárias, a fim de evitar aglomerações nos postos de saúde, o prefeito de Duque de Caxias seguia um caminho diametralmente oposto. Decidiu ampliar por conta própria o público-alvo da vacinação convocando a população acima de 60 anos de uma só vez. No dia 5 de março a cidade transformou-se em um caos, com o surgimento de um engarrafamento de aproximadamente 4 km na Rodovia Washington Luís, segundo reportagem do jornal O Globo (5/3/2021). Pessoas dormiram na fila ou deixaram seus carros dormindo na fila do *drive thru* e retornaram à casa. Os engarrafamentos e aglomerações pela cidade foram noticiados em grande parte da imprensa. Como não houve a exigência de comprovante de residência no ato da vacinação, pessoas de outros municípios estavam se deslocando para Duque de Caxias, gerando grande indignação dos idosos locais que não conseguiram se imunizar.

Segundo o veículo de comunicação Metrôpoles (5/3/21), o público-alvo era de 100 mil pessoas, porém só contavam com 6.100 doses. Na mesma reportagem, Washington Reis relata que 7% da população foi contemplada e ainda diz que: “A ação de Caxias foi impecável. Tivemos uma eficiência total”.

O Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Saúde da Região Metropolitana I e da Promotoria de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência do Núcleo Duque de Caxias, expediu, uma recomendação ao município para que fosse observado o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

Diante desse cenário caótico, no qual o prefeito Washington Reis demonstrava total alinhamento à conduta do governo federal, através de atitudes negacionistas e populistas, tentei dar continuidade à pesquisa de mestrado mesmo com um quantitativo muito reduzido de alunos. Readaptei o questionário virtual para aplicá-lo presencialmente. Nas primeiras três semanas, julguei importante fazer um diagnóstico socioemocional dos alunos, trabalhando conceitos básicos da Geografia como espaço, lugar e paisagem. Sendo assim, busquei suscitar em meus alunos reflexões acerca das transformações sofridas pelo espaço no entorno da escola.

Tinha a grande expectativa de ouvi-los a respeito de suas impressões sobre as grandes mudanças que ocorreram nesse último ano, tais como: a conclusão da obra do viaduto, a construção da nova praça, a grande movimentação de veículos pesados ao redor da escola

obrigando a direção a mudar a posição do portão de acesso e, principalmente, a conclusão da remoção da Teixeira Mendes.

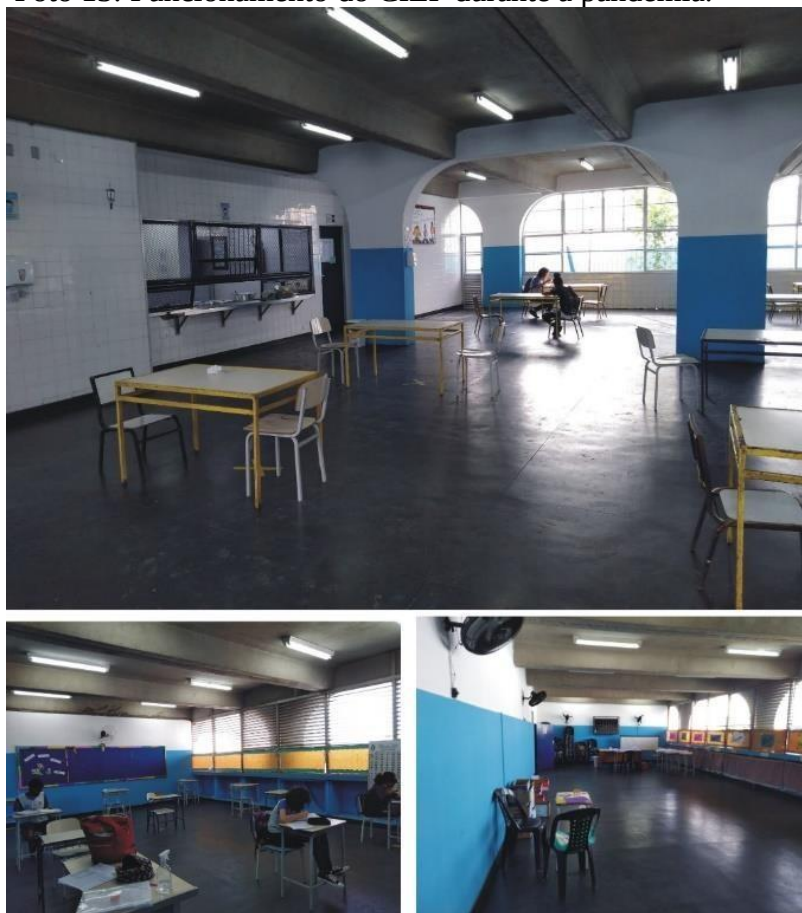
Assim, com um quantitativo bem reduzido de alunos (no máximo 8 por turma) coloquei em prática um novo tipo de abordagem que atenderia simultaneamente à proposta pedagógica e aos objetivos da pesquisa de mestrado.

A atmosfera em sala de aula era terrível. Era um ambiente que não lembrava absolutamente em nada a rotina que vivíamos outrora. Alunos amedrontados, afastados uns dos outros e com rostos cobertos por máscaras. Um cenário que julgava inimaginável anos atrás. Não conseguia nem mesmo reconhecer os alunos que estudavam comigo há anos. As máscaras pareciam roubar a identidade de todos.

Nos primeiros dias de retomada às atividades da escola, era nítido o impacto das novas regras sanitárias na conduta dos alunos. Parecia claro que as regras impostas pela escola não faziam parte do seu cotidiano em suas casas ou nas ruas. Ao chegar à escola acompanhava o comportamento de alguns deles pelas ruas em grupos sem distanciamento, sem máscaras, conversando em voz alta e completamente alheios às regras comportamentais necessárias para minimizar o contágio pelo novo coronavírus. Sentavam-se nas calçadas em grupos onde as conversas pareciam animadas e despreocupados de qualquer perigo.

A fotos a seguir ilustram o reduzido número de alunos que passou a frequentar a escola, bem como a obediência às novas regras de distanciamento social. A imagem superior mostra o refeitório, enquanto as imagens inferiores mostram, respectivamente, a sala de aula e o auditório.

Foto 13: Funcionamento do CIEP durante a pandemia.



Fonte: A autora, 2021.

Ao passar pelos portões do CIEP, pareciam entrar em outro mundo. O conjunto de regras às quais tinham que se submeter retirava-lhes toda a espontaneidade que pude observar enquanto estavam na rua. Comportavam-se como robôs programados para seguir ordens. Seus grupos eram desfeitos, as conversas eram interrompidas e a todo instante eram repetidas as regras que deveriam seguir. O clima de tensão estava presente no ambiente escolar como nunca havia experimentado antes.

Dei início à realização de oficinas baseadas na exibição do vídeo produzido a partir do documentário da prefeitura a fim de promover uma sensibilização dos alunos que os levassem a uma reflexão sobre o tema. Em seguida, promovi um debate com cada turma participante, culminando com a aplicação do questionário.

O debate foi bastante prejudicado devido ao uso das máscaras. Elas não permitiam a visualização dos semblantes e a verbalização confortável do que pensavam no momento. O esforço para se falar com a máscara era grande, por vezes faltava fôlego e não raro, a mensagem não era bem compreendida. Somado a isso, o calor e a má circulação de ar nas salas,

desmotivavam qualquer iniciativa de expressão verbal dos alunos. Até mesmo o barulho dos ventiladores e dos veículos pesados que agora rondavam a escola para ter acesso ao novo viaduto nos oprimiam ao tentar silenciar nossas vozes. Sendo assim, a escrita se tornou uma forte aliada na expressão de suas emoções.

Pude perceber, durante a exibição do vídeo, a tristeza e a perplexidade no olhar de grande parte dos alunos, tanto dos removidos, quanto daqueles que não haviam sido alvo desse processo. Nesse sentido, o vídeo foi capaz de fazer aflorar as emoções vividas nos removidos, bem como provocou a empatia naqueles que não as tinham experimentado.

Durante a aplicação do questionário, tive a preocupação de ler cada questão e fornecer aos alunos tempo suficiente para que refletissem e respondessem antes de partir para a questão seguinte. Ao analisar a participação das crianças e adolescentes através da aplicação dos questionários, pude perceber muitas semelhanças nas respostas obtidas. Também coincidiram as declarações do grupo de alunos removidos e dos não removidos, sendo que o primeiro forneceu uma riqueza de detalhes maior em suas impressões devido à experiência vivida.

Ao descrever a Comunidade Teixeira Mendes, destacaram como principais pontos negativos a violência gerada pelo convívio com os traficantes de drogas e suas frequentes trocas de tiros com policiais ou com outros bandidos. Também mencionaram as constantes inundações causadas pela proximidade de suas casas em relação aos cursos fluviais. Em tais ocasiões os moradores sofriam grandes perdas materiais e eram obrigados a conviver com a presença de ratos, cobras e até mesmo jacarés.

A vida era boa, mas muitas vezes a polícia invadia a comunidade e mandava tiros, e ao invés das pessoas irem para dentro de casa, iam para rua (Menina, 17 anos).

É muito legal, pois tenho muitos amigos. O único problema de morar lá é que você nunca sabe quando vai dar tiroteio. Mas fora isso aqui é muito legal (Menina, 15 anos).

A vida lá era um pouco difícil por causa da violência. Quase nunca a prefeitura ia lá pra ajudar com os buracos e enchentes. A polícia entrava direto, mas mesmo com isso tudo, gostávamos de lá (Menino removido, 15 anos).

A vida era ruim e boa ao mesmo tempo. Ruim porque tinha muito bandido e o rio alagava e enchia a rua toda. Os bandidos passavam com corpos para jogar lá em cima. Era bem assustador. Era bom porque eu tinha meus amigos e minha família perto de mim (Menina removida, 14 anos).

Na minha opinião foi uma boa ideia retirar o povo daquela situação de risco. Estavam expostos a enchentes, viviam em meio ao tráfico, troca de tiros etc. (Menino removido, 15 anos).

Esses relatos remeteram à minha infância na Cidade Alta e às histórias contadas pelo meu pai na Favela do Esqueleto. Mesmo com uma diferença temporal de décadas, os cenários

dessas comunidades guardam muitas semelhanças, especialmente no que diz respeito às suas mazelas. Incursões policiais violentas e sem planejamento prévio, e a curiosidade dos moradores que se expunham ao risco durante confrontos entre policiais e bandidos também marcaram minha memória no período em que vivi na Cidade Alta.

É assustador constatar o elevado nível de crueldade utilizado pelos marginais com o intuito de impor o medo e inibir qualquer tipo de resistência por parte dos moradores. Atualmente, a execução e o descarte de corpos de inimigos no Rio Sarapuí passaram a fazer parte da estratégia de dominação dos bandidos. Essa demonstração de força agora é realizada de forma explícita e não mais velada como outrora. Não basta aos bandidos realizar tais barbaridades à luz do dia e aos olhos de todos na comunidade, seus terríveis atos também são registrados em vídeos e postados nas redes sociais na Internet. Essa é a nova estratégia de domínio baseada no terror. A atuação de confronto da polícia, por outro lado, só reforça o sentimento de medo e insegurança dos moradores.

A vida era boa apesar das enchentes e problemas com água (Menina removida, 14 anos).

Às vezes não tinha água e falta luz (Menina, 15 anos).

Faltava muita água. Muitas vezes de noite faltava luz. Aí a gente tinha que dormir na varanda. Nosso quintal enchia de água, ficava transbordando. Quase não tinha lugar para brincar (Menina removida, 12 anos).

Mais uma vez fui levada às lembranças de infância em que eram comuns os eventos de falta de água. Apesar do enorme impacto na rotina da família, as crianças na Cidade Alta aproveitavam a oportunidade de brincar ao buscar baldes de água nos locais mais distantes. Esse era o momento em que começávamos a experimentar um pouco de independência e autonomia. Nos era permitido andar sozinhos pelas ruas da comunidade conhecendo novos lugares, conversando com outros moradores que se mostravam solidários cedendo parte da água de que dispunham. Era uma verdadeira aventura, pois estávamos desbravando territórios até então desconhecidos em busca de um valioso “tesouro” que nos daria o reconhecimento da nossa família.

As condições de vizinhança no interior das comunidades exercem uma influência paradoxal no cotidiano das crianças e adolescentes. Enquanto a cultura de solidariedade exerce uma influência positiva em suas formações, a convivência com a violência e práticas ilegais pode causar distorções na percepção do que é verdadeiramente uma atitude socialmente aceitável ou não. Conforme afirma Sant’Anna:

... uma densa rede social de vizinhança pode ser benéfica para seus residentes porque as pessoas que moram numa comunidade mais coesa socialmente são mais capazes de recorrer a seus vizinhos em tempos difíceis ... Em contrapartida, a influência dos pares pode ser negativa quando, por exemplo, grande parte dos adolescentes do lugar está desinteressada na escola ou seduzida por uma contracultura delinquente. Do mesmo modo, a exposição ao crime e à violência pode ter efeitos negativos. Jovens em contato cotidiano com o vandalismo e danos à propriedade em seu entorno podem concluir que não há nada errado em quebrar vidros ou grafitar. Uma vizinhança violenta pode afetar o cotidiano de uma criança em suas várias condições de vida. (SANT'ANNA, 2009, p.173-174).

Quando olho para o passado consigo perceber como esses jovens são capazes de encarar rotinas tão duras utilizando sua imaginação como estratégia de resistência, ainda que de forma inconsciente. É duro perceber que são apresentados tão prematuramente a preocupações que deveriam estar circunscritas apenas aos adultos.

Fica claro em suas falas que as relações interpessoais se tornaram o grande vínculo que as unia à comunidade. As amizades construídas através das brincadeiras de infância e as demonstrações de solidariedade dos vizinhos que se ajudavam nos momentos de dificuldade parecem deixar marcas inesquecíveis em suas memórias.

Fui convidada a traçar um paralelo com a minha história ao ler esses relatos. Os laços de amizade construídos pelos meus familiares no período que vivemos na Cidade Alta perduram até hoje, mesmo após vinte anos de nossa mudança do local. São frequentes os telefonemas de vizinhos que nos procuram para saber de notícias e marcar encontros. Outro fato curioso que ilustra a manutenção desses vínculos é o hábito de muitos ex-moradores, a exemplo do meu irmão mais velho, manterem seus locais de votação na Cidade Alta, mesmo morando em outras localidades. O dia das eleições torna-se uma oportunidade de revisitar suas memórias ao reencontrar aquele espaço, bem como as pessoas que faziam parte de seus círculos de convivência à época.

Apesar do sofrimento imposto pelo duro cotidiano da Teixeira Mendes, há diversos relatos que mencionam a tristeza em ter que abandonar aquele local. O fato de terem vivido todo o tempo naquele ambiente e terem construído relações de amizade e vínculos emocionais fez com que muitos alunos demonstrassem saudades em relação aos momentos em que lá viveram.

Foi muito triste ver o lugar que eu nasci e fui criada ser destruído. Agora só restam lembranças, mas quero lembrar daquele lugar com sorriso no rosto. Antes eu lembrava e chorava, hoje não (Menina removida, 17 anos).

Eu não gostei que quebraram as casas. Eu gostava muito daquela rua e da casa do meu tio. Eu tinha muitos amigos pela Teixeira Mendes. Eu fiquei muito triste (Menino não removido, 12 anos).

Quando o rio transbordava, as pessoas da comunidade sempre eram boas e solidárias (Menina não removida, 15 anos).

Eu tinha amigos e parentes na favela. Já faz bastante tempo que não vejo eles, desde a remoção (Menino não removido, 14 anos).

Foi bem triste porque estaria deixando para trás uma herança da minha mãe, a casa que lutou tanto para construir foi destruída em questão de segundos (Menina não removida de 14 anos ao falar da experiência de sua amiga removida).

Tal como observado no trabalho desenvolvido por Araújo et. al. (2018), quando se manifestaram em relação ao que havia de melhor na Comunidade Teixeira Mendes, os alunos não se referiram diretamente a um espaço físico, mas a experiências vividas. Deixaram transparecer, sobretudo, o valor que atribuem à liberdade de brincar na rua da comunidade, às relações de amizade e às demonstrações de solidariedade entre os moradores. As relações que expressam vínculos afetivos, desejos, expectativas e necessidades são aspectos centrais na definição de lugar para as crianças. A grande perda que temem não parece ser a estrutura física de suas casas propriamente dita, mas toda uma rede de relações sociais que lhes proporcionam conforto e segurança emocional.

Outra semelhança em relação ao trabalho anteriormente citado é a importância que pode ser percebida no ato de brincar. Os alunos demonstram claramente que as brincadeiras, permeadas de relações de prazer, companheirismo, cumplicidade e afetividade são seu grande elo de pertencimento com o lugar. “É na possibilidade do encontro entre as crianças que o brincar se mostra mais revelador de seu sentido; sentido que só quem experencia é capaz de expressar” (ARAÚJO et. al., 2018, p. 217). O ato de brincar, impregnado pela fantasia e imaginação, torna-se fundamental na construção de representações a respeito do espaço em que vivem. “É possível inferir que as crianças imaginam a cidade, a partir das suas experiências concretas de vida e das expectativas que criam por meio de diferentes dispositivos, sejam eles reais, sejam imaginários” (SARMENTO, 2004, p. 26)

Muitos estudantes demonstraram satisfação ao falar a respeito dos novos espaços de que dispunham no condomínio para desenvolver suas brincadeiras, principalmente a nova quadra. Contudo, também foi possível perceber a decepção daqueles que se ressentem pela falta da liberdade que desfrutavam anteriormente.

Os espaços planejados e monofuncionais, que nem sempre permitem reinventar o seu uso, impõe às crianças seu aspecto previsível, disciplinador e rotineiro. Espaços prontos aos quais devem se adaptar. Comparando suas novas moradias com as anteriores, demonstraram uma mistura de satisfação e descontentamento. Satisfação provocada pelo fim do convívio com a violência e as ameaças de enchentes e descontentamento gerado pela necessidade de seguir

novas regras no espaço do condomínio, pelo surgimento de novas despesas que não existiam enquanto viviam na comunidade, como as contas de água, energia elétrica, taxa condominial e pelas dimensões reduzidas dos novos imóveis, quando comparados aos anteriores.

Eu me mudei, mas continuo o mesmo. O ruim é que não tenho colegas por lá, só onde eu morava antigamente (Menino não removido, 16 anos).

O lugar é melhor para morar. Não tem tiro e as crianças podem brincar sem a mãe ficar preocupada se a filha vai voltar viva. O que piorou é que nem todo mundo tem condição para pagar as contas do condomínio. Para a água nem sempre tem dinheiro (Menina não removida, 15 anos).

Lá não tem violência, melhorou porque eu perdia muitos amigos. Agora não perco mais meus amigos pra violência. Piorou porque não tem mais os meus amigos de antes (Menino removido, 15 anos).

A remoção ajudou muito porque tirou as pessoas de um lugar perigoso, principalmente para as crianças. Agora elas podem brincar na rua sem medo de acontecer um tiroteio do nada (Menina não removida, 14 anos).

Quando chovia muito, entrava água nas casas e faltava luz. As ruas eram pequenas, entrava cobra nas casas. Todo mundo parecia ser uma família (Menino não removido, 13 anos).

Lá faltava muita água. Na casa da minha amiga ela falou que já entrou um jacaré (Menina não removida, 14 anos).

A vida deve ter mudado bastante por estar morando em um lugar mais limpo, calmo, seguro e com menos violência (Menino não removido, 13 anos).

Foi bom para as pessoas que moravam na beira do rio, que nós chamamos de valão, porque entrava água em suas casas. Agora sei que eles estão num lugar melhor e seguro (Menina não removida, 15 anos).

Nos chama a atenção que, mesmo com as mazelas impostas pela realidade dura do local, os alunos não removidos veem a comunidade como um espaço de união, onde as pessoas se ajudam nos momentos difíceis. Como no relato do menino não removido de 13 anos que vê as pessoas da Teixeira Mendes como uma família.

É interessante observar as opiniões dos adolescentes não removidos acerca do processo de remoção. Mostram-se divididos. Um misto de alegria por saber que seus amigos terão acesso a moradias mais dignas e tristeza pela possibilidade de não os ver mais. Também ficou explícita a preocupação do impacto emocional causado pela destruição de suas moradias após a remoção.

Na minha opinião as remoções foram boas para os moradores e crianças da comunidade. As melhorias foram muitas e foi uma grande ajuda pra aqueles que precisavam (Menina não removida, 14 anos).

Eu sou contra porque, chegando lá, as pessoas são obrigadas a pagar as coisas. Eu ouvi que as pessoas não queriam sair e muitas delas saíram obrigadas. O meu

sentimento foi de tristeza e ao mesmo tempo de alegria (Menina não removida, 14 anos).

Sou contra pois achei um pouco errado tirar as pessoas de suas casas. Pra algumas pessoas prejudicou bastante, mas para outras foi bom. Pensando bem, até ajudou, mas é bem triste ter que ir pra outro lugar assim do nada e ver sua casa sendo destruída (Menina não removida, 16 anos).

Quando fiquei sabendo sobre isso fiquei bem triste pelas pessoas que moravam há muito tempo, e feliz porque meus amigos iam morar em um lugar melhor. Fiquei um pouco triste porque alguns saíram da escola (Menino não removido, 13 anos).

Acho que foi muito triste para as pessoas que moravam lá, pois tiveram que sair de suas casas, mas eu acho que as condições sobre a moradia melhoraram (Menina não removida, 12 anos).

Quando analisadas as opiniões sobre o espaço físico das novas moradias é possível observar pontos de vista distintos. Para aqueles que possuíam residências com dimensões muito diminutas e que não ofereciam as mínimas condições de higiene e conforto, as novas instalações foram motivo de grande satisfação. Já para aqueles que contavam com imóveis amplos e bem estruturados, a nova residência foi alvo de queixas em razão do espaço reduzido.

O lado ruim foi ter que dividir o quarto com a minha irmã. (Menina removida, 14 anos).

O que piorou foi que aqui não pode ficar à vontade igual ficava no Dique, porque no Dique eu tinha quintal e no calor podia tomar banho de mangueira a qualquer hora e fazer churrasco. No São Bento não. (Menina removida, 17 anos).

A vida dos meus amigos melhorou muito. Tinha gente que nem tinha banheiro em casa. (Menina não removida, 14 anos).

Foi triste para uns, porque na comunidade não precisava pagar água, luz e etc. Para mim e minha família foi bom por ter uma casa maior. (Menina removida, 14 anos).

Surpreendentemente, houve uma boa quantidade de alunos que afirmou que não percebeu redução de seu desempenho escolar em razão do processo de remoção. Contudo, alguns mencionaram que suas notas pioraram em virtude da dificuldade de acesso à escola. Como as novas moradias localizavam-se a uma distância maior em relação ao CIEP, era necessário acordar mais cedo e fazer uso do transporte público. A redução das horas de sono somada à escassez e falta de qualidade de ônibus, contribuíam para que os alunos experimentassem atrasos frequentes que acabavam comprometendo sua aprendizagem e abalando sua motivação pelos estudos.

Não consegui fazer logo o Riocard, e era muito difícil dos ônibus pararem, às vezes chegava atrasada na escola. Antes da remoção eu podia dormir mais um pouquinho mais (Menina removida, 17 anos).

Tive dificuldade por causa do ônibus muito cheio (Menino removido, 15 anos).

Tive dificuldade porque os ônibus às vezes não param. Quando param estão muito cheios (Menina removida, 14 anos).

Muitas vezes o motorista não queria parar. A professora falava que todo dia eu chegava atrasada, mas não afetou minhas notas (Menina removida, 12 anos).

Os relatos acerca do dia da remoção são profundamente marcados pelo sentimento de tristeza. As cenas de destruição da comunidade ficaram marcadas na memória de muitos deles de maneira definitiva. Algumas participações mostram como os adolescentes ficaram confusos e divididos em relação ao ocorrido. Ao mesmo tempo que aprovavam o assentamento dos moradores em residências com condições mais dignas, também reprovavam a destruição das antigas moradias que haviam sido construídas à custa de muito trabalho e sofrimento.

O sentimento descrito por alguns sobre o dia da remoção reflete um misto de angústia e incerteza acerca de um futuro bem próximo. Para alguns, o dia da remoção foi um gatilho para pensar nessas questões que, até então, pareciam estar muito distantes.

Esse dia foi um dia muito triste pra algumas pessoas, porque teve gente que nasceu ali, construiu tudo ali. Fora que tinha muita gente com casa própria lá. Teve gente que chorou só de ver derrubando a casa (Menino não removido, 16 anos).

Meu amigo ficou triste e eu também, pois ele não ia morar mais perto (Menino não removido, 15 anos).

Foi muito triste para mim, tudo que eu mais queria era não sair do Dique. Foi muito difícil para mim porque eu fui nascida e criada no Dique. Não consegui dormir no primeiro dia, na casa nova só sabia chorar (Menina removida, 17 anos).

Foi o dia que a ficha caiu, porque percebi que a minha vida ia mudar de uma hora para outra. Eu não sabia se eu iria me adaptar no lugar novo com pessoas novas e amigos novos (Menina removida, 14 anos).

Mudar assim de uma hora para outra não é fácil. Você se sente uma inútil por não poder falar o que está sentindo naquele momento (Menina removida, 14 anos).

A gente ficou muito feliz porque a gente ia sair daquele lugar horroroso para morar em um lugar melhor (Menina removida, 12 anos).

Para os alunos removidos que permaneceram estudando no CIEP, a escola tornou-se o elo entre uma vida que fora deixada para trás e uma nova vida que acabara de se iniciar. A escola mantinha os vínculos emocionais estabelecidos ao longo de uma vida enquanto a nova realidade se consolidava no condomínio. O CIEP tornava-se um espaço de refúgio e acolhimento em um momento delicado de transição.

Morei nessa comunidade por 8 anos, e desde meus 6 anos estudo aqui. Então, quando eu fui para lá tinha muitas pessoas diferentes que eu não conhecia e às vezes sentia falta do lugar que eu cresci, mas depois me adaptei e no fim foi bom (Menina removida, 14 anos).

Queria terminar meus estudos no CIEP, porque eu gosto muito dos professores que dão aula e tenho um carinho enorme pela vice-diretora, Dona Flávia (Menina removida, 17 anos).

A inclusão dos não removidos no universo de entrevistados possibilitou apreender suas perspectivas em relação ao funcionamento da cidade e, em especial, ao processo de remoção. Ficou evidente a empatia que sentiam diante do sofrimento vivido por seus colegas removidos e por aqueles que não foram contemplados com novas moradias. Desde cedo se deparam com a injustiça e com o fato de que o direito à cidade não se estende a todos.

Foi um pouco triste ver muitas casas sendo destruídas, por mais que eles dessem apartamentos. Muitos ficaram sem apartamentos porque não deu pra todos os moradores (Menina removida, 12 anos).

O bom é que os moradores pararam de sofrer com as enchentes e foram para um lugar melhor. O ruim foi para quem não conseguiu a chave e não tem lugar para morar (Menina removida, 14 anos).

Um relato que expressa o turbilhão de emoções experimentada no dia da remoção ilustra uma história pitoresca que poderia ter tido um desfecho trágico:

No dia da mudança meu pai chamou o amigo dele que tinha um caminhão baú para levar a mudança. Como o caminhão era pequeno, a gente levava as coisas pouco a pouco. No final da mudança, foi todo mundo embora e a gente se deu conta que estava faltando a minha irmã caçula. Meu pai pegou o carro dele e veio rápido procurar ela. Rodou a rua toda e achou ela na casa da amiga dormindo (Menino removido, 15 anos).

As novas condições materiais apresentadas pela modernidade urbana passaram a privar os jovens de usufruir da rua. A nova vida nos condomínios impôs algumas mudanças de hábito causadoras de desconforto entre os entrevistados. As restrições de acesso à rua, os espaços limitados para as brincadeiras e os novos horários que passaram a regular suas rotinas são alvos de reclamações constantes em suas falas. Essa situação coloca em oposição as visões de crianças e adultos, uma vez que os últimos mostram satisfação ao poder fornecer aos seus filhos a segurança proporcionada pelas novas condições de habitação. Vejamos o confronto de opiniões entre uma moradora adulta que se manifestou no documentário citado no capítulo 2 e as crianças e adolescentes:

Aqui tem segurança. O moço da portaria falou que do portão pra fora não deixa a criança passar, então, eles ficam tudo aqui dentro mesmo. Só saem se meu marido ou eu mesma levar pra rua, senão não sai. (Moradora do Condomínio São Bento).

Os costumes que a gente tinha no Dique tinha que mudar tudo. Não podia ficar na rua até tarde (Menina removida, 14 anos).

Achei que os moradores da Teixeira Mendes melhoraram de vida, em compensação tem que se adaptar com as novas regras e com os novos horários (Menina não removida, 12 anos).

Me falaram que melhorou porque a casa é bem melhor. E falaram que piorou porque tem regras e não pode fazer muito barulho. Não pode ficar até uma certa hora na rua (Menina não removida, 16 anos).

É possível constatar que a queixa da falta de liberdade encontra-se na mudança do conceito de casa e rua experimentado após o processo de remoção. A vida na comunidade, marcada por um estilo habitacional gerador de um convívio de grande intimidade, era propício ao desenvolvimento de um conceito de rua marcado por uma dicotomia. A rua, tradicionalmente vista como um lugar perigoso, da ameaça e da vagabundagem, ao mesmo tempo se constituía como a única possibilidade de brincadeiras coletivas em um contexto marcado pela ausência de espaços comuns. Nesse sentido, não havia uma forte oposição entre os espaços da rua e da casa; pareciam, inclusive, apresentar um certo aspecto de continuidade.

A nova vida nos condomínios altera radicalmente tal percepção. A partir de então, a rua não se apresenta mais como uma opção para o brincar. Os espaços localizados além dos limites do condomínio simbolizam o desconhecido, o risco e a incerteza. Os muros do condomínio passam a marcar rigidamente suas possibilidades de exercício da fantasia e imaginação através da brincadeira. A realidade ganhou contornos diferentes. A casa passou a ser representada pelo apartamento, as áreas comuns do condomínio passaram a ser os espaços permitidos para as brincadeiras e a rua tornou-se o ambiente definitivamente proibido.

É inegável o ganho de qualidade de vida que muitas famílias experimentaram ao terem acesso a condições mais dignas de moradia, livres da ameaça de enchentes, do convívio com insetos e animais nocivos e da opressão cotidiana imposta pelo narcotráfico. Porém, paradoxalmente, tal ascensão em suas condições materiais acarretou um empobrecimento das possibilidades de experiências concretas vivenciadas pelas crianças, sobretudo no que diz respeito ao exercício da criatividade, da imaginação e da liberdade em suas brincadeiras.

Um fato apontado por diversos entrevistados foi o aumento dos casos de violência nos arredores da escola após a conclusão da remoção da Comunidade Teixeira Mendes. O intenso fluxo de pessoas cessou, dando espaço a ação de bandidos que, ao perceber uma menor vigilância social, sentiam-se livres para agir. As regras do crime que, contraditoriamente

ofereciam certa proteção ao entorno da escola ao impedir a prática de pequenos delitos naquela localidade, também já não se faziam mais presentes. Houve relatos de assaltos a transeuntes e o CIEP sofreu uma invasão em que foram furtados objetos da biblioteca. Esse tipo de ocorrência jamais fora registrado anteriormente.

Mudou muita coisa depois da remoção: começou a ter muito assalto, carros, ônibus e motos começaram a passar com mais frequência, e pessoas estranhas andando pela rua olhando nossas casas. Ficou muito deserto e escuro. Sentimento de medo porque a qualquer momento você pode ser assaltado ou atropelado (Menina não removida, 14 anos).

Depois da remoção ficou muito ruim porque vive engarrafado e depois que tirou as casas ficou muito deserto e perigoso (Menina não removida, 15 anos).

A análise das respostas demonstrou que as crianças e adolescentes constroem sua percepção de mundo com base, quase que exclusivamente, em suas experiências concretas, no cotidiano vivido. Ainda não conseguem, ou não tem interesse em perceber com profundidade o conjunto de relações invisíveis que influenciam, conduzem e determinam as ações que impactam mais profundamente suas vidas.

A pouca idade os torna alheios às questões mais complexas, contudo, em hipótese alguma, esse fato retira a importância de lhes dar ouvidos. Suas emoções, sentimentos, medos e angústias são absolutamente reais e legítimos. Precisam sim ser levados em consideração, e com seriedade. O fato de ainda não conseguirem se expressar com desenvoltura acerca de algumas questões sobre o cotidiano que as cerca faz com que sejam mais vulneráveis ainda e, portanto, carentes de uma rede de proteção social mais robusta. Enquanto pesquisadora, a cada dia de trabalho me convenço mais desse princípio.

Passadas as três primeiras semanas de aulas presenciais, finalizei as oficinas nas turmas onde lecionava, envolvendo a participação de 30 alunos do 7º ao 9º ano do ensino fundamental, com idades entre 12 e 17 anos. A frequência escolar se mantinha baixa devido aos problemas relacionados à renovação do Riocard (os alunos que dependiam de transporte público, simplesmente se viam impedidas de frequentar a escola) e ao receio dos responsáveis em relação ao aumento da contaminação pelo novo coronavírus.

Naquele momento, no mês de março de 2021, o Estado do Rio de Janeiro experimentava um aumento progressivo no número de contaminados. A fim de monitorar a evolução da doença, foram elaboradas pelo governo estadual “bandeiras” com cores variadas que sinalizavam diferentes níveis de risco de contágio. Iniciamos as aulas na bandeira laranja (risco moderado), seguindo o protocolo que indicava a suspensão das aulas, caso atingíssemos a

bandeira vermelha (risco alto). No dia 12/03/2021 o governo do Estado classificou o município de Duque de Caxias com a bandeira vermelha³⁶, contudo, contrariando o protocolo estabelecido pela própria prefeitura, o prefeito manteve as aulas presenciais. Nessa ocasião, a então secretária de educação Cláudia Vianna foi exonerada após divulgar a suspensão das aulas na bandeira vermelha.

Ainda no mês de março de 2021, o grande aumento do número de mortes no Brasil, somado à falta de leitos para o tratamento dos doentes nas redes pública e privada de saúde, fez com que o governo estadual decretasse um feriado prolongado de dez dias a fim de promover o isolamento social e a consequente redução do contágio. Vale ressaltar que nesse momento o município de Duque de Caxias já estava classificado na bandeira roxa (risco muito alto).

Contrariando essa iniciativa, o município de Duque de Caxias foi um dos poucos a não aderir à medida proposta pelo governo estadual. O prefeito Washington Reis publicou o decreto nº 7.861³⁷, divulgado à noite nas redes sociais do dia anterior ao início do feriado, onde regulamentava normas muito mais brandas de isolamento social, entre as quais pode-se destacar a manutenção das aulas presenciais nas unidades escolares, a abertura de teatros, o funcionamento de circos itinerantes e a manutenção do horário normal do comércio. Mais uma vez, classificou todos os serviços da prefeitura como essenciais, a fim de mantê-los funcionando independentemente da classificação de risco do município.

Diante disso, o SEPE Caxias e o presidente da comissão de educação da ALERJ Flávio Serafini entraram com uma ação judicial para que o decreto estadual fosse cumprido no município, com a manutenção de escolas públicas e privadas fechadas em todo o Estado do Rio de Janeiro durante o feriado prolongado. A imprensa noticiou o fato e o interesse do prefeito

³⁶ RIO DE JANEIRO (ESTADO). 21ª atualização - Mapa de risco da Covid-19: estado apresenta bandeira laranja com risco moderado. Rio de Janeiro, 12 mar. 2021. Disponível em: [³⁷ DUQUE DE CAXIAS. Prefeitura Municipal. Decreto n. 7.861, de 25 de março de 2021. Dispõe sobre as medidas de prevenção e enfrentamento da propagação ao contágio decorrente do novo coronavírus \(COVID-19\) no Município de Duque de Caxias e dá outras providências. Boletim Oficial do Município. Duque de Caxias, RJ, p.2, 25 mar. 2021. Disponível em:](https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2021/03/21-atualizacao-mapa-de-risco-da-covid-19-estado-apresenta-bandeira-laranja-com-risco-moderado#:~:text=Sa%C3%BAdo%20RJ%20%2D%20Not%C3%ADcias%20%2D%2021%C2%AA%20atualiza%C3%A7%C3%A3o,bandeira%20laranja%20com%20risco%20moderado&text=A%2021%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20Mapa,Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro. Acesso em: 23 de abr. 2021.</p>
</div>
<div data-bbox=)

em recorrer dessa ação judicial com o argumento que a escola deveria ficar aberta para garantir a merenda aos alunos.³⁸

Esse cenário de conflitos entre a posição negacionista da prefeitura e iniciativas que buscavam medidas mais restritivas para conter o avanço da doença parecem ter contribuído para uma redução ainda maior da frequência dos alunos. A quantidade de alunos que frequentava a escola diminuiu e não se observava uma renovação dos estudantes que pudessem dar novas contribuições à pesquisa.

Depois de analisar os resultados obtidos com as oficinas realizadas no início de 2021 e de constatar a extrema dificuldade de realizar novas abordagens junto aos alunos devido ao grande avanço da doença e à baixíssima frequência escolar, voltei minhas atenções às cartas escritas pelos 25 alunos (entre removidos e não removidos) em 2019.

O tom das cartas apresentou grande variação, oscilando entre a cerimônia e a informalidade. Há também aqueles que optaram por definir o destinatário e os que não o fizeram. Enquanto alguns procuraram expressões rebuscadas, outros escreveram como falam no dia a dia, foram totalmente espontâneos. A maioria das cartas foi endereçada ao poder executivo, representada pela figura do Prefeito. Não parece haver muitas dúvidas quanto a quem manda na cidade. Uma das cartas foi destinada ao “governo”, sem referência alguma à cargo ou pessoa e apenas um aluno lembrou-se dos vereadores, mesmo sem citar nome algum. O prefeito, portanto, destaca-se como a autoridade à qual a maioria atribui a sensibilidade para acolher suas reclamações e denúncias e a capacidade para tomar as devidas providências. Creio que essa percepção seja resultado do esforço do prefeito em participar de “cerimônias” que aconteciam na quadra do CIEP com o intuito de reforçar sua imagem numa clara atitude populista, distribuindo as chaves das novas moradias.

Tal como nas pesquisas de Rocco (2015) e de Freire (2021) as informações sobre a remoção não tinham as crianças por objeto. Nos trabalhos citados, elas acabaram se envolvendo na questão em razão das discussões ocorrerem nos principais espaços cotidianos de brincadeira (no caso da Favela da Paz “a quadra”, na Favela Metrô Mangueira o “campinho”). Observa-se, portanto, que em ambas as situações a informação vinha de fora, era externa, mas invadia o espaço que ocupavam para desenvolver diariamente suas brincadeiras no interior das favelas.

³⁸ É curiosa essa preocupação diante do fato de que ao longo de quase um ano de escolas fechadas o prefeito não tenha cumprido a promessa de depositar 50,00 mensais para os alunos matriculados a fim de garantir sua segurança alimentar em substituição à merenda escolar que deixara de ser fornecida enquanto as escolas permaneciam fechadas.

No caso da Comunidade Teixeira Mendes, observa-se uma diferença. Apesar da informação sobre a remoção atingir os jovens moradores em um de seus espaços de uso coletivo, esse espaço não estava localizado no interior da comunidade, mas sim no CIEP Carlos Chagas. Portanto, percebe-se que o ambiente eleito para a divulgação das informações também era externo à favela. Na verdade, a configuração espacial longilínea da comunidade não reservava nenhuma porção de terreno destinado ao uso coletivo como as “quadras” ou “campinhos” mencionados nos trabalhos anteriores. Os encontros entre os moradores ocorriam obrigatoriamente na rua principal da comunidade e em seus becos. Esses eram os espaços apropriados pelas crianças para realizar suas brincadeiras diárias.

Nas cartas produzidas pelos alunos no final do ano de 2019, foi possível identificar algumas expressões de submissão que colocam a prefeitura na posição de grande provedora de tudo e de todos e, portanto, detentora do poder de alterar a cidade da maneira como quiser, mesmo sem a concordância da população. Há aqui a percepção de que não se pode ir contra o poder público. Na verdade, é preciso contar com ele, ter seu apoio e despertar sua benevolência.

Eu acho que uma remoção ocorre quando as casas estão no caminho. Aí eles são obrigados a destruir. A sensação desse morador é de tristeza porque as lembranças, recordações, vão tudo sumir (Menina não removida, 13 anos).

Observa-se que essa adolescente menciona que “as casas estavam no caminho”. Caminho de quem? De algo mais importante? Quem seria mais importante em uma cidade que as pessoas, seus próprios moradores? Veja que, para ela, há interesses que se sobrepõem ao direito de moradia dos cidadãos. Existe aqui a resiliência de que nada pode ser feito diante da vontade da prefeitura. Resta enfrentar a tristeza e se esforçar para manter vivas as lembranças na memória.

Eu acho que uma remoção ocorre quando o governo ou a prefeitura envia uma notificação de desocupação da casa. Eu acho que eles falam com os ocupantes da casa e dão uma moradia. Depois o governo estipula uma data para desocupar a casa e eles vão para outro lugar que eles não conhecem e com novas pessoas. A sensação deve ser ruim porque a maioria das pessoas cresceram lá, e perderam o que tinham, a moradia, a escola os amigos e parentes próximos. Por isso eu acho que isso é ruim (Menino não removido, 14 anos).

Mais uma vez observa-se um relato que coloca os moradores em uma posição de submissão em relação às práticas da prefeitura. O menino, ao opinar a respeito de como ocorre uma remoção, apesar de reconhecer as consequências negativas para os moradores, também assume uma postura passiva diante de tal ação. É comparável a uma queda de braço em que o

morador está diante de um oponente muito mais forte. Não há como lutar ou resistir. Só resta aceitar.

Contudo, é possível identificar que tais práticas verbais de humilhação são confrontadas com posturas repletas de altivez que cobram atitudes concretas das autoridades de forma enérgica, reconhecendo seus direitos enquanto cidadãos.

Senhor Prefeito, diversas pessoas foram tiradas de suas residências e não remuneradas de acordo com o valor de suas casas. Eu não fui uma delas, mas mesmo não sendo me sinto triste, porque ninguém merece adquirir um bem, tijolo a tijolo, para depois AUTORIDADES tirarem dela. Essas pessoas são mandadas para condomínios, onde falta de tudo e nunca vai se comparar com sua antiga, feita do seu jeito. Peço que vocês AUTORIDADES, deem mais valor aos moradores das comunidades e os tratem de igual para igual. Duvido que se fosse com pessoas de posse isso aconteceria. Sempre os mais pobres são prejudicados. Pensem nos seus atos antes de botá-los em prática. Vocês que estragam o País (Menina não removida, 14 anos).

A carta dessa menina é um grito de indignação diante da arbitrariedade e indiferença com que a prefeitura conduziu o processo de remoção da Comunidade Teixeira Mendes. Ela percebe que cidadãos de diferentes classes sociais recebem tratamentos diferenciados por parte do poder público, cabendo aos pobres suportar toda a truculência de que se coloca como obstáculo a interesses maiores.

Consigo perceber, com grande satisfação, o embrião de um pensamento crítico que futuramente será fundamental na luta pelo equacionamento e pela solução dos problemas que atingem suas rotinas de vida. Fica claro para as crianças e adolescentes o entendimento de que a prefeitura não pode agir de forma arbitrária, sem dar ouvidos aos anseios, sentimentos e expectativas da população.

Eu nunca fui removida da minha própria casa a força por uma força institucional ou pelo governo. Porém, ainda assim, eu sei que deve ser algo completamente chato. Para alguns, isso depende do ponto de vista, eles devem poder tirar pessoas com um processo de despejo, já que muitas áreas ocupadas pelas favelas ou comunidades não foram compradas ou não possuem escritura. Isso deve tornar o processo bem mais rápido e triste para os moradores. Muitos não têm dinheiro para se recompor depois de uma possível perda grande. Eu não sei quanto, mas imagino que o dinheiro que dão é pouco para conseguir uma casa no mínimo básica. Já que a mão-de-obra é cara e comprar uma casa pronta é ainda mais. Para pessoas desempregadas a situação só piora. Afinal, não se conseguem um emprego de um dia para o outro. Para pagar um aluguel, principalmente na situação de desemprego no país. Toda situação se baseia em dinheiro, emprego e falta de empatia com a população pobre (Menina não removida, 14 anos).

Essa aluna percebe que há uma distinção nas formas de ocupação do solo urbano no que se refere ao cumprimento de exigências legais. Tem a consciência de que comunidades e favelas correspondem a formas de moradia que não seguem tais padrões e que, portanto, podem ser removidas com maior facilidade por autoridades públicas. Entende que a questão central está

na profunda desigualdade social que impede a maioria das pessoas de acessar e manter habitações dignas. Ademais, a dificuldade de acesso à moradia vai se perpetuar enquanto as pessoas não tiverem direito à renda que lhes garanta condições mínimas de sobrevivência.

O que ocorreu foi muito triste porque você ter que sair do seu conforto para ir para outro lugar. 1- Eles acabam perdendo o conforto e também muita gente que mora no Dick não tem condição. 2- Pagam luz e aqui não pagavam. Agora eles moram num prédio e precisam correr atrás de trabalhar para pagar luz. E também deve ser triste você já ter uma amizade onde você mora há anos e você ter que sair e perder aquelas amizades. Porque muitos vão e outros ficam. Essa é minha opinião.
Para um vereador. (Menina não removida, 14 anos).

Nesta carta, percebe-se a preocupação da menina em relação à manutenção das famílias removidas nos condomínios. Como vão garantir sua sobrevivência com um custo de vida mais elevado? De onde sairão os recursos para arcar com as novas despesas? Ela demonstra compreender que um processo de remoção não pode estar restrito apenas à moradia em si. Há diversos outros fatores a serem considerados, sendo a fonte de renda um dos mais primordiais.

Para o prefeito
Caro prefeito, venho reclamar de como vocês estão removendo as pessoas das comunidades sem perguntar se as pessoas gostam dessa ideia de serem removidos dos lugares em que nasceram e corriam quando eram crianças! Quando as pessoas são removidas elas têm que se sentir felizes. Não um lixo que não tem sentimentos. Eles têm que pensar nisso! (Menina não removida, 14 anos).

Curiosamente, essa adolescente inicia sua carta com um tratamento formal ao prefeito e, em seguida, lhe faz uma dura advertência. Apesar de não ter sido removida, demonstra grande empatia por aqueles que perderam suas casas e mostra seu profundo desapontamento com a postura adotada pela prefeitura.

No meu ponto de vista uma remoção deve ocorrer da seguinte maneira, primeiro deve ocorrer a notificação sobre a remoção. Após a proposta de negociação a realocação das moradias em um novo componente habitacional do governo. Além de que também deve ser proposta uma indenização pelo imóvel perdido. Já um ponto muito forte que deve ser levado em conta são os sentimentos dos removidos, estes dependem muito de pessoa para pessoa, ou seja, uns sentem tristeza por serem retirados do lugar onde viviam, já outros sentem felicidade de serem colocados em um lugar melhor.
Para o prefeito (Menino não removido, 13 anos).

O relato do menino apresenta-se como um verdadeiro manual de condutas que deveriam nortear as ações da prefeitura em um processo de remoção. Percebe a importância da transparência e clareza na comunicação, do diálogo para se chegar a acordos, da importância de uma indenização justa e dos aspectos psicológicos envolvidos nesse traumático processo. Uma verdadeira lição ao prefeito sobre democracia.

Estou enviando essa carta para o governo.

Eu acho que ocorre a remoção por culpa do governo porque ele não pensou nas pessoas que moram lá. Tinham pessoas que batalharam para fazer suas casas. Tem pessoas que foram felizes lá no Dick. A pessoa deve ter se sentido triste. As pessoas devem ter chorado muito, né? (Menina não removida, 14 anos).

Essa menina exalta o valor simbólico da construção da moradia feita pelo morador com suas próprias mãos. Ela se ressentia ao perceber que a prefeitura não destruiu apenas uma construção, mas uma conquista feita à custa de enorme esforço e sacrifício por parte de trabalhadores que agora se veem obrigados a abandonar parte de sua história.

Meu nome é B, tenho 15 anos e fui removida em 2015. Minha casa era muito simples. Hoje em dia eu moro em um apartamento pequeno, mas aconchegante. Faz 4 anos que eu fui removida da Comunidade Teixeira Mendes, mais conhecida como Dick 1. Fui muito bem recebida no bairro atual. Hoje em dia eu não gosto do meu bairro atual, porque está rolando vários confrontos entre facções, roubos e tiroteios... Se depender só de mim eu não teria saído da minha casa. Mas ninguém perguntou o que nós queríamos. Desde que me mudei, foi difícil para estudar porque não há muitas escolas lá. Eu estudo longe de casa e é muito difícil pegar ônibus. Para o Prefeito (Menina removida, 15 anos).

O que mais chama atenção nesse relato é a frase: “Ninguém perguntou o que nós queríamos”. Isso constitui uma denúncia de falta de respeito e uma demanda por uma relação democrática com os cidadãos, e não baseada no autoritarismo. Os projetos são postos em prática sem que os moradores sejam ouvidos. São obrigados a se deslocar contra sua vontade e a se submeter às consequentes dificuldades de acesso à serviços e equipamentos públicos de que dispunham em seus antigos locais de moradia.

A minha moradia era muito boa porque eu brincava com meus colegas e minha mãe gostava muito da casa dela. Eu e meus colegas ficávamos brincando e depois a gente conversava. A casa da minha mãe tinha três quartos, uma sala grande, uma cozinha e um banheiro grande. Eu e minha família fomos bem recebidos lá no condomínio. Fiz amizades novas e minha mãe também. Nós estamos gostando de morar lá. Mas eu preferia ficar morando aqui no Dique 1. Aqui era muito bom (Menino removido, 16 anos).

Aqui é possível perceber que, mesmo aprovando a atual moradia, o menino removido afirma preferir sua moradia anterior na comunidade. O saudosismo baseia-se nas dimensões mais generosas do imóvel, bem como de toda a rede de relações sociais construídas na localidade.

Minha casa era muito pequena. A gente tinha dificuldade para dormir, eu e meus 3 irmãos. A gente aqui na favela podia fazer o que quiser. Lá onde eu moro agora, não pode fazer nada. Tem que pagar luz, entrar às 11 horas. É muito ruim. Eu fui bem

recebido porque todo mundo que eu conheci agora mora lá. Eu não gosto de lá. A gente parece que está preso. Tudo é pago. É muito ruim (Menino removido, 16 anos).

Observa-se nesse relato uma aprovação inicial ao conforto proporcionado à família pela estrutura física da nova moradia, contudo há uma queixa contundente em relação à necessidade de adaptação aos novos hábitos culturais existentes no condomínio. As novas regras de convivência representam para muitos uma verdadeira prisão, ou seja, o cerceamento da liberdade da qual desfrutavam outrora. Conforme afirma Conceição (2018) em seu trabalho com o sugestivo nome “Sossega Moleque, agora você mora em condomínio”, os condomínios populares representam uma estratégia do Estado para gerir e disciplinar a pobreza urbana no Rio de Janeiro e em sua região metropolitana.

De uma maneira geral, foi muito produtivo o envolvimento de removidos e não removidos na pesquisa. Apesar de exibirem distintos pontos de vista, estes se mostraram, de certa maneira, amplamente complementares. Enquanto os não removidos demonstraram sua empatia e apresentavam opiniões que abordavam aspectos mais amplos da questão, os removidos descreviam com riqueza de detalhes as duras experiências vividas ao longo do processo.

Com todas as limitações impostas pelas novas condições de trabalho em tempos de pandemia, creio que todo o esforço realizado para abordar um maior número possível de crianças e adolescentes conseguiu gerar dados suficientes para a conclusão da pesquisa. Imagino que, mesmo com um universo maior de alunos abordados, os resultados não apresentariam alterações significativas. Apesar do número reduzido de participantes em relação ao que se pretendia inicialmente, a riqueza do material obtido possibilitou o entendimento de como as crianças e adolescentes perceberam o processo de remoção e seus impactos em sua vida social e escolar.

Quando falam sobre seu passado recente, os adolescentes revelam como o ato de brincar apresenta importância central no cotidiano infantil. Para os mais pobres configura-se como uma estratégia de superação das agruras do dia a dia através de uma mistura entre fantasia e realidade. Parece tornar mais suportável aquilo que, sem o colorido da brincadeira, seria absolutamente intolerável. A angústia de perder seus espaços e companheiros de brincadeiras parece ser tão grande ou maior do que a de perder sua própria moradia. A expectativa diante da incerteza lhes rouba momentaneamente a leveza típica da infância. Depois que constroem novos vínculos de amizade e identificam novos espaços que possibilitam a retomada das brincadeiras, passam a se conformar com a nova realidade.

Um processo lento e penoso coloca-se diante delas. Adaptar-se às novas regras de convivência, aos limites de horários e às novas restrições de acesso à rua não parece ser tarefa fácil para aqueles que, durante boa parte da vida, desfrutaram de uma ampla liberdade, aparentemente sem amarras. É desafiador se ver forçado a desconstruir um modo de viver com o qual já haviam se acostumado a fim de poderem ser aceitos em seu novo contexto social. A mudança de moradia implica uma mudança de si mesmo.

Os alunos são capazes de perceber os diferentes tipos de tratamento dispensados à população em razão de sua classe social. Notaram toda a insensibilidade, falta de planejamento, transparência e diálogo da prefeitura para com os moradores removidos da Comunidade Teixeira Mendes. Entenderam que a melhoria das condições de vida não se resume apenas a uma boa estrutura física de suas habitações. Os vínculos emocionais e o modo de vida das pessoas são fatores fundamentais para o bem-estar social. Em sua maioria, demonstraram o desenvolvimento de uma visão crítica em relação à questão, superando uma postura de subserviência e obediência sem contestação. Mostraram-se conhecedores de seus direitos e capazes de reivindicá-los junto às autoridades públicas.

Ao realizar o exercício de extrair da narrativa das crianças e adolescentes o sentido que atribuíram ao processo de remoção consolidei a percepção de que é fundamental superar a forma marginal como as culturas infantis são consideradas nos processos de intervenção urbana. Estou plenamente de acordo com Sarmiento e Pinto (1997) quando afirmam que a interpretação das culturas infantis não pode ser realizada no vazio social, sendo necessária a análise das condições sociais em que as crianças vivem, interagem e dão sentido ao que fazem.

Os relatos dos alunos ilustram de forma clara toda a trajetória descrita nos capítulos anteriores acerca das políticas habitacionais postas em prática ao longo do século XX na cidade do Rio de Janeiro e mais recentemente na cidade de Duque de Caxias. Assim como no período das intervenções urbanas promovidas por Pereira Passos há mais de cem anos, a população pobre continua não sendo alvo de intervenções urbanas que combatem as reais causas de sua carência habitacional.

O *modus operandi* do Estado mostra-se o mesmo daquele observado outrora. Através do uso de argumentos sanitários e ambientais, administradores continuam atendendo prioritariamente às necessidades de reprodução do capital, negligenciando os verdadeiros anseios e carências da população mais pobre. Em Duque de Caxias, observou-se um discurso de modernização do espaço urbano através da construção de um viaduto e um parque linear, promovendo espaços para o desenvolvimento industrial e a especulação imobiliária próxima da BR-040.

Centenas de famílias foram removidas das margens do rio Sarapuí para os conjuntos habitacionais dos bairros São José e São Bento sem a devida discussão a respeito de como seria efetuada a remoção, quais seriam os valores de indenização e os critérios de distribuição dos imóveis. A histórica ausência de transparência na condução de processos de remoção fez-se presente novamente na Comunidade Teixeira Mendes. No relato dos alunos foi perceptível a angústia gerada pela incerteza do que estaria por vir em futuro próximo.

Apesar dos relatos demonstrarem que alguns removidos aprovaram a mudança para as novas moradias, principalmente aqueles que viviam em condições mais precárias, há quase uma unânime desaprovação em relação à condução do processo de remoção. A indignação dos alunos é semelhante à dos moradores que se manifestaram em entrevistas jornalísticas, na *live* da UEDC e na audiência da ALERJ analisadas no capítulo 2.

A administração municipal de Duque de Caxias, através da informalidade, da falta de transparência e da desqualificação moral das populações pobres, conduziu um processo de remoção pouco sensível às demandas e anseios dos removidos. Se o bem-estar da população fosse a prioridade, não seria adequado que a prefeitura demonstrasse alguma preocupação com aspectos sociais e psicológicos dos removidos, em especial das crianças e dos adolescentes? Não seria necessário um planejamento preocupado com a mobilidade desses adolescentes entre suas novas moradias e as unidades escolares? Não seria pertinente que tais estudantes fossem alvo de estratégias que minimizassem a evasão escolar?

A pesquisa demonstrou que, de fato, o referido processo de remoção não apresentou a devida preocupação com o bem-estar de uma das parcelas mais vulneráveis da população removida, as crianças e adolescentes. Os relatos dos alunos trouxeram consigo uma representatividade que não está circunscrita apenas à remoção da comunidade Teixeira Mendes. Eles guardam em si uma força que simboliza a experiência vivida pelas populações pobres que passaram por processos de remoção em diferentes épocas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas remocionistas implantadas na capital do estado do Rio de Janeiro ao longo da história, serviram de modelo para o que se observa atualmente em municípios da região metropolitana, como Duque de Caxias, que foi palco de remoções pontuais até a implantação do Projeto Iguaçu iniciado em 2007.

A Comunidade Teixeira Mendes, por estar localizada às margens do Rio Sarapuí, foi alvo de uma política de remoção de maior escala conduzida pela prefeitura de Duque de Caxias em duas administrações distintas, iniciada com o prefeito Alexandre Cardoso e concluída com o prefeito Washington Reis. Esta política seguiu o argumento ambiental baseado no projeto Iguaçu, incrementado, posteriormente, pela proposta de melhoria da mobilidade viária proporcionada pela construção de um viaduto que ligaria a Av. Leonel de Moura Brizola à Rodovia Washington Luís.

O processo de remoção em questão apresenta muitas semelhanças em relação às práticas implementadas pelo governo Eduardo Paes na capital fluminense. Com frequência observou-se o não reconhecimento da existência moral das pessoas envolvidas no processo. O uso da desinformação, a falta de transparência e a adoção de diversas medidas contestadas judicialmente pelo Ministério Público foram o pano de fundo para a formação de um enorme imbróglio envolvendo diversos atores sociais.

Diante de tal cenário, essa pesquisa buscou olhar para este processo a partir do CIEP 097- Carlos Chagas, localizado na entrada da Comunidade Teixeira Mendes, analisando a participação dos diversos atores sociais envolvidos na questão, e abordando o ponto de vista dos adolescentes a respeito da remoção e dos impactos sobre sua vida escolar, considerando-os agentes legítimos de serem ouvidos a respeito da problemática urbana.

A pesquisa, porém, foi atravessada pela pandemia da Covid-19, que impactou fortemente na metodologia de abordagem junto aos alunos da comunidade, devido à interrupção das atividades presenciais na escola durante vários meses e à imposição de medidas de distanciamento social. Em meio a um cotidiano escolar caótico, marcado por decisões autoritárias e arbitrárias de retomada às aulas presenciais sem a devida obediência aos protocolos de prevenção da disseminação da doença, os participantes demonstraram a enorme importância que atribuem às relações de amizade e aos espaços que podem se apropriar para realizar suas brincadeiras.

Destacaram como principais pontos negativos da comunidade as constantes inundações causadas pela proximidade de suas casas em relação ao rio Sarapuí e a violência gerada pelo

convívio com os traficantes de drogas. Em contrapartida, suas falas enaltecem as relações interpessoais que se tornaram o grande vínculo que as unia à comunidade. As amizades construídas através das brincadeiras de infância e as demonstrações de solidariedade dos vizinhos destacaram-se em seus relatos. A grande perda que temiam não parecia ser tanto a estrutura física de suas casas propriamente dita, mas toda uma rede de relações sociais que lhes proporcionavam conforto e segurança emocional.

Muitas crianças e adolescentes demonstraram sentimentos conflitantes em relação à nova moradia. Ao mesmo tempo em que dispunham de novos espaços no condomínio para desenvolver suas brincadeiras, principalmente a nova quadra esportiva, queixavam-se da falta de liberdade de que desfrutavam anteriormente. Viam-se diante de um dilema: felicidade pelo fim do convívio com a violência e as ameaças de enchentes e tristeza gerada pela necessidade de seguir novas regras no espaço do condomínio, pelo surgimento de novas despesas que não existiam enquanto viviam na comunidade, como as contas de água, energia elétrica, taxa condominial e pelas dimensões reduzidas dos novos imóveis, quando comparados aos anteriores.

Observaram-se, ainda, impactos no desempenho escolar de alguns alunos que relataram que suas notas pioraram em virtude das dificuldades de acesso à escola. Como as novas moradias localizavam-se a uma distância maior em relação ao CIEP, os alunos passaram a experimentar atrasos frequentes que acabaram comprometendo sua aprendizagem e abalaram sua motivação pelos estudos. Para os removidos, porém, o CIEP tornou-se um espaço de refúgio e acolhimento em um momento delicado de transição, fazendo com que muitos alunos continuassem nesta unidade escolar mesmo com o aumento da distância em relação às novas moradias.

A inclusão dos não removidos no universo da pesquisa possibilitou apreender a empatia que sentiam diante do sofrimento vivido por seus colegas removidos e por aqueles que não foram contemplados com novas moradias.

É inegável o ganho de qualidade de vida que muitas famílias experimentaram ao terem acesso a condições mais dignas de moradia, livres da ameaça de enchentes, do convívio com insetos e animais nocivos e da opressão cotidiana imposta pelo narcotráfico. Porém, paradoxalmente, tal ascensão em suas condições materiais acarretou um empobrecimento das possibilidades de experiências concretas vivenciadas pelos jovens, sobretudo no que diz respeito ao exercício da criatividade, da imaginação e da liberdade em suas brincadeiras.

Fica clara a importância de políticas públicas efetivamente comprometidas em relacionar a mobilidade urbana, a moradia e a educação como três pilares fundamentais que

afetam diretamente a qualidade de vida e a experiência escolar das crianças e adolescentes. Preocupações estas que não foram observadas entre os agentes públicos, ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Torna-se evidente a necessidade de criar espaços para que as crianças e adolescentes possam se expressar a respeito de suas angústias, incertezas, opiniões e necessidades em relação ao espaço urbano em que habitam. Enquanto pesquisadora e professora do CIEP Municipalizado 097- Carlos Chagas tive o grande prazer de constatar o pensamento crítico e consciente deles em suas falas, bem como sua força e resiliência diante da enorme quantidade de obstáculos que a falta de um pleno direito à cidade lhes impõe.

Mesmo diante de um cenário desfavorável, agravado ainda mais pela crise sanitária decorrente da pandemia, vejo em suas falas a expectativa de mudança através da reivindicação de seus direitos.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO. 1997.

A LUTA por moradia em Duque de Caxias. Ian Vitor; Marlúcia Santos; Juliete Pantoja; Andréa Siqueira. Duque de Caxias, 2020. 1 vídeo (1h. 11min) Facebook: UEDC- União dos Estudantes de Duque de Caxias. @uedcdeluta. Disponível em: <https://www.facebook.com/1400568683543032/videos/875153949660314>. Acesso em: 4 ago. 2020.

AMOROSO, M. Memória, propriedade e resistência: A trajetória da moradia como acesso ao direito à cidade na favela Vila Operária. *O social em questão*, [s.l], nº42, 2018, p.23-44, Set a Dez 2018.

ARAÚJO, V. C. et. al. Os sentidos atribuídos pelas crianças à cidade. *Educação*, Porto Alegre, v.41, n.2, p.212-222, maio-ago. 2018.

BAIRRO Vila Sarapuí, destaque para área da Comunidade Teixeira Mendes. Google Earth. Escala 1:8000. Disponível em:< https://earth.google.com/web/search/Vila+Sarapui,+Duque+de+Caxias+-+RJ/@-22.75027016,-43.29953435,5.36633086a,2147.60205383d,35y,127.7973245h,45.00001059t,0r/data=CosBGmESWwojMHg5OTcwNWNkOWFkZGM4NToweDMzZjY5ZTE2Y2EzZDViZDAZr8hUZu_-NsAhAfFfxU6mRcAqllZpbGEgU2FyYXB1aSwgRHVxdWUgZGUgQ2F4aWFzIC0gUkoYAiABliYKJAnn9PJ7rb42wBFz_UWMzce2wBmLsAJmhqRFwCELFi1WDKhFw> Acesso em: 22 set.2020.

BELOCH, I. *Capa preta e Lurdinha*: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986 apud SILVEIRA, L. A; RIBEIRO, M. A. Situando Duque de Caxias no contexto metropolitano da Baixada Fluminense: de cidade-dormitório a cidade plena. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). *Revisitando o território fluminense*, VI, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, p.209-258. Disponível em:<<https://doi.org/10.7476/9788575114575>>. Acesso em 21 jul.2020.

BENCHIMOL, J. L. *O Haussmanismo na cidade do Rio de Janeiro*. Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

BORJA, J. La Ciudad, aventura de libertad. In: BORJA, J. *La Ciudad Conquistada*. Madrid: Alianza Editorial, 2003.p. 21-33.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Site da Procuradoria da República no Rio de Janeiro (PR/RJ) que é a unidade do Ministério Público Federal (MPF) que atua no estado do Rio de Janeiro nos casos de competência da Justiça Federal em primeira instância e torna público sua atuação na área cível, criminal e no combate a corrupção. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-reitera-pedido-a-justica-para-proibir-entrega-irregular-de-imoveis-em-duque-de-caxias-rj>. Acesso em 4 ago.2020.

BRITO, C. et al. Comentário sobre: Parques lineares: novo modelo integra lazer e meio ambiente na cidade de São Paulo. 11 maio 2017. [Comentário em: 11 maio 2017]. In: MARTINS, L. R. *Aun – Agência Universitária de Notícias*. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2017/05/11/parques-lineares-novo-modelo-integra-lazer-e-meio-ambiente-na-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: 19 jul.2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Apresentação do programa minha casa minha vida. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/paginas/default.aspx>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil>. Acesso em 26 mar 2020.

CARRERAS C. Da cidade industrial à cidade dos consumidores reflexões teóricas para debater. In: CARLOS, A. F. A; CARRERAS, C. (orgs). *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, p.21-28.

CARVALHO, F. Governo Federal destina 1.800 unidades do MCMV para municípios do Rio de Janeiro: Programa Minha Casa, Minha Vida beneficiará Nova Iguaçu e Duque de Caxias. *O Dia*, Rio de Janeiro, 15 out. 2014. _Legado_ O Dia na Baixada. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/odiabaixada/2014-10-15/governo-federal-destina-1800-unidades-do-mcmv-para-municipios-do-rio-de-janeiro. Acesso em: 19 out. 2019.

CARVALHO, M. C. B.; NETTO, J. P. *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*: 7. ed. São Paulo, Editora Cortez, 2007.

CASA própria em Duque de Caxias: Município inaugura conjunto residencial para 300 famílias. *O Dia*, Rio de Janeiro, 16 dez. 2017. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-12-16/casa-propria-em-duque-de-caxias. Acesso em 19 out.2019.

CASTRO, L. R. A politização (necessária) do campo da infância e da juventude. *Psicologia Política*. São Paulo, v.7, n.14, Paginação irregular, 2008.

CHISAM. *CHISAM*: Coordenação de Habitação de Interesse social da área metropolitana do Grande Rio. Rio de Janeiro, Ministério do Interior, 1971.

CHRISTENSEN, P.; O'BRIEN, M. Children in the city: introducing new perspectives. In: CHRISTENSEN, P.; O'BRIEN, M. (Eds). *Children in the city: home, neighbourhood and community*. London/New York: Routledge Falmer, 2003. p.1-12 apud MÜLLER, F.; NUNES, B.F. Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento. *Educ. Soc.* Campinas, v.35, nº128, p.629-996, jul.-set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201435128129342>. Acesso em: 16 jul.2020.

COMISSÃO Meio Ambiente da Alerj - Projeto Iguaçu. Participação: Flávio Serafini et al. Rio de Janeiro, 2018. 1 vídeo. (ca 2h 03min) Publicado em TV ALERJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=MI73WX2fNHY>. Acesso em 04 ago.2020.

COMUNIDADE Teixeira Mendes. Google Earth. Escala 1:5700. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-22.74762566,-43.29914668,5.48918438a,962.85681206d,35y,140.09456231h,44.99998461t,0r>>. Acesso em: 29 set.2020.

CONCEIÇÃO, W. da S. “*Sossega moleque, agora você mors em condomínio*”: segregação, gestão e resistência nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro. Curitiba, Appris, 2018.

DUQUE DE CAXIAS. Prefeitura Municipal. Decreto n. 7.861, de 25 de março de 2021. Dispõe sobre as medidas de prevenção e enfrentamento da propagação ao contágio decorrente do novo coronavírus (COVID-19) no Município de Duque de Caxias e dá outras providências. Boletim Oficial do Município. Duque de Caxias, RJ, p.2, 25 mar. 2021. Disponível em: http://duquedecaxias.rj.gov.br/portal/arquivos/2021/marco/Boletim_Extraordinario_01.pdf. Acesso em 23 de abr. de 2021.

DUQUE DE CAXIAS. Prefeitura Municipal. Condomínio Mendosa: Teixeira Mendes. [Duque de Caxias: s.d]. 1 vídeo (0:54 min).

DUQUE DE CAXIAS. Prefeitura Municipal. Documentário Teixeira Mendes: o maior programa de assentamento humano do Estado do Rio de Janeiro. [Duque de Caxias: s.n]. 1 vídeo (11:54 min). Produzido por TW5 comunicação.

DUQUE DE CAXIAS. Prefeitura Municipal. Habitação São Bento: Urbanização de assentamentos precários. [Duque de Caxias: s.d] 1 Apresentação em Power Point.

DUQUE DE CAXIAS. Prefeitura Municipal. Melhoria na mobilidade urbana aumenta a qualidade de vida em Caxias. *Extra*. Rio de Janeiro, 26 jun.19. Caderno Especial Publicitário. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/inova-caxias/melhoria-na-mobilidade-urbana-aumenta-qualidade-de-vida-em-caxias-22826641>. Acesso em: 29 set 2019.

DUQUE DE CAXIAS. Secretaria Municipal de Educação. *Projeto Político Pedagógico*. Duque de Caxias, 2020.

FAMÍLIAS do Dique, em Caxias, ganham casas. *O Dia*, Rio de Janeiro, 9 jan. 2018. Disponível em: https://odia.ig.com.br/_conteudo/2018/01/rio-de-janeiro/38613-familias-do-dique-em-caxias-ganham-casas. Acesso em 19 out. 2019.

FERNANDES, N. N. *O rapto ideológico da categoria subúrbio*: Rio de Janeiro, 1858-1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FERREIRA, D. R. A origem da favela Vila Operária em Duque de Caxias: “Minha terra”. *Revista Pilares da História*. [Duque de Caxias], nº13, 2013, p.34-43, Maio 2013. Disponível em: https://www.cmdc.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Ano_12_n13_maio_2013. Acesso em: 4 ago.2020.

FREIRE, L.L.; SOUZA, M. D. Era uma vez uma favela: Uma análise dos impactos do Programa de Aceleração do Crescimento em Manguinhos, RJ. *O Social em Questão*. Rio de Janeiro, nº 42, Ano XXI, p.285-310, Set a Dez, 2018. Disponível em: <

http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_42_art_11_Freire_Souza1.pdf > Acesso em: 13 set.2020.

FREIRE, L. L. *Próximo do saber, longe do progresso: história e morfologia social de um assentamento urbano no campus universitário da Ilha do Fundão- RJ*: 1º ed. Niterói: Eduff, 2014.

FREIRE, L. L. *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. 2005. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FREIRE, L. L. *Viver entre ruínas: remoção e direito à cidade na perspectiva das crianças da favela Metrô Mangueira, RJ*. Trabalho apresentado na Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, 2018.

FREIRE, L. L. Entre a casa e a escola: remoção, escolarização e circulação de crianças na cidade do Rio de Janeiro. In: FREIRE, L. L.; CUNHA, N. V. (Orgs). *Educação e favela: Refletindo sobre antigos e novos desafios*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Consequência, 2022 (no prelo).

FREIRE, L. L., TAFACKI, M. O que está em jogo na cidade olímpica? Conflitos e resistências acerca da remoção de assentamentos populares no Rio de Janeiro. In: CUNHA, N. V.; FREIRE, L. L.; MARTINS, M. M.; VEIGA, F. B. (Org.). *Antropologia do conflito urbano: conexões Rio – Barcelona*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2016, p. 51-74.

GOMES, Rogério. Comentário sobre: Bairro São Bento ganhará 900 unidades do Minha Casa, Minha Vida. Famílias retiradas de áreas de "Risco de Enchentes" serão Beneficiadas. Apesar das Obras MPF acata denuncia de lideranças locais e realiza Audiência Pública para discutir assunto. In: Gomes, Rogério. Cao-LoteXV Projeto Iguaçu. 11 set. 2015. Disponível em: <http://projetoiguacupaclotexv.blogspot.com/2015/09/bairro-sao-bento-ganhara-900-unidades>. Acesso em: 19 out. 2019.

GONÇALVES, R. S. Da política da “contenção” à remoção: aspectos jurídicos das favelas cariocas. In: MELLO, M. A. S.; SILVA, L. A. M.; FREIRE, L. L. ; SIMÕES, S. S. (Orgs). *Favelas cariocas ontem e hoje*. Rio de Janeiro: editora Garamond, 2012, p. 253-277.

INAUGURAÇÃO viaduto do Gramacho - Duque de Caxias/RJ 07.08.20. Flávio Bolsonaro. Duque de Caxias, 2020. 1 vídeo (4 min 48 seg) Youtube: Flávio Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sJJg3aCx3q4>. Acesso em: 30 set. 2020.

INTERESSE PÚBLICO. Fortes Chuvas: Famílias aguardam relocação. Secretaria de Comunicação da Procuradoria Geral da República, 26 fev. 2018, Publicado pelo canal do Ministério Público Federal. (4min 24s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_K01vI-x9mo. Acesso em: 25 mar.2020

LAGO, L. C. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

LEFEBVRE, H. A cidade e o urbano. In: *Espaço e política*. Tradução Margarida Maria de. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.79-88.

LEFEBVRE, H. Industrialização e urbanização. In: LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução R. E. Frias. São Paulo, Editora Moraes, 1991, p. 03-26.

LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne*. Paris, L'Arche, 1968-1981 apud CARVALHO, M. C. B.; NETTO, J. P. *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*: 7. ed. São Paulo, Editora Cortez, 2007.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178 p.

LEITE, L. E.C. A atratividade do polo da região metropolitana: O arco metropolitano e Duque de Caxias. [Duque de Caxias: s.n.] 2016. 1 Apresentação em Power Point. Disponível em: <https://www.seaerj.org.br/pdf/APRMETROPOLITANA.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2020.

LOCALIZAÇÃO do município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro. Wikipedia. [Sl: s.n: s.d.]. Escala: 1:5000000. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Duque_de_Caxias_\(Rio_de_Janeiro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Duque_de_Caxias_(Rio_de_Janeiro)). Acesso em 19/07/2020.

MACEDO, N. M. R. Alterar, alterar-se: Ser professora, ser pesquisadora. In: PEREIRA, R. M. R; MACEDO, R. M. R. (Orgs.). *Infância em pesquisa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 2012. p. 113-130.

MAGALHÃES, A. A. A “lógica da intervenção” e a questão da circulação: as remoções de favelas como forma de gerir o espaço urbano no Rio de Janeiro dos Jogos Olímpicos. *Tempo Social*, v.31, n.2, p.221-242, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.143694>>. Acesso em 20 mar.2020.

MAGALHÃES, A. A. Críticas e denúncias: a configuração da ação coletiva contra a remoção de favelas do Rio de Janeiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p. 209-238, mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582017000100209&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 maio 2020.

MAGALHÃES, A. A. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-omega; 1982. p.71-93.

MARRONI, A. Sonho de viaduto vira pesadelo para moradores de uma rua em Caxias. *Diário do Rio.com*, Rio de Janeiro, 29 jun.2020. Disponível em: <https://diariodorio.com/sonho-de-viaduto-vira-pesadelo-para-moradores-de-uma-rua-em-caxias>. Acesso em: 4 ago. 2020.

MARTINS, J. S.(Org.) As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J. S. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. 151p. cap.1, p. 9-23.

MELLO, C. Dilma durante entrega unidades habitacionais do Residencial Volterra, em Duque de Caxias, (RJ). [Duque de Caxias: s.l: s.d.]. Fotos Públicas. Disponível em:

<https://fotospublicas.com/dilma-durante-entrega-unidades-habitacionais-do-residencial-volterra-em-duque-de-caxias-rj>. Acesso em: 22 jun.2021.

MENEZES, B. Duque de Caxias: “Impecável”, diz prefeito após confusão para vacinar. *Metrópoles*, Rio de Janeiro, 5 de mar.21. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/duque-de-caxias-impecavel-diz-prefeito-apos-confusao-para-vacinar>. Acesso em: 23 de abr. 2021.

MPF pede à Justiça que proíba entrega irregular de imóveis em Caxias. *Meia Hora*, Rio de Janeiro, 20 jul.20. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/geral/2020/07/5954915-mpf-pede-a-justica-que-proiba-entrega-irregular-de-imoveis-em-caxias>. Acesso em: 7ago.2020.

MPF reitera pedido para proibir entrega irregular de imóveis em Duque de Caxias. *O Dia*, Duque de Caxias, 29 Jul.2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/duque-de-caxias/2020/07/5960509-mpf-reitera-pedido-para-proibir-entrega-irregular-de-imoveis-em-duque-de-caxias>. Acesso em: 4 ago. 2020.

MÜLLER, F. Mobilidade urbana de crianças: agenda de pesquisa e possibilidades de análise. *Educação*. Porto Alegre, v.41, n.2, p.177-188, maio-ago.2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.30544>. Acesso em 6 out.2020.

MÜLLER, F.; NUNES, B. F. Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento. *Educ. Soc.* Campinas, v.35, n.128, p.629-996, jul.-set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201435128129342>. Acesso em:16 jul.2020.

NUNES, M. Nova avenida em Duque de Caxias vai ligar a Presidente Kennedy à Rodovia Washington Luís. *Extra*, Rio de Janeiro, 01 nov. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/nova-avenida-em-duque-de-caxias-vai-ligar-presidente-kennedy-rodovia-washington-luis-24054584>. Acesso em 25 mar.2020.

PEREIRA, L. Duque de Caxias: Viaduto do Gramacho é inaugurado. O melhor da Baixada. Rio de Janeiro, 07 ago.2020. Disponível em: <https://omelhordabaixada.com.br/duque-de-caxias-viaduto-do-gramacho-e-inaugurado>. Acesso em 30 set. 2020.

PEREIRA, R. M. R. Por uma ética da responsividade: exposição de princípios para a pesquisa com crianças. *Currículo sem Fronteiras*. [S.l], v.15,n.1, p.50-64, jan- abr. 2015.

PERLMAN, J. E. *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PREFEITURA transforma bairro de Caxias em “zona de guerra”. *Capital Mercado & Negócios*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2018. Matérias. Disponível em: <https://jornalcapital.jor.br/materias/8320-prefeitura-transforma-bairro-de-caxias-em-zona-de-guerra>. Acesso em :19 out. 2019.

REIS, Washington. Todos os idosos acima de 80 serão vacinados. É só comparecer no Drive-Thru em Xerém, em frente a Marcopolo, levando identidade e CPF. Os idosos serão vacinados dentro de seus veículos, por enfermeira da rede pública de Duque de Caxias. É hora de vacinar! Duque de Caxias,2021. 1 video (1min) Facebook: Washington Reis oficial.

Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=4152984748049443>. Acesso em: 4 mar. 2021.

RIBEIRO, R. L. C.; VEIGA, F. B. Por dentro do conjunto: políticas de habitação popular e gestão da urbanidade no Bairro Carioca. In: CUNHA, N. V.; FREIRE, L. L.; MARTINS, M. M.; VEIGA, F. B. (Org.). *Antropologia do conflito urbano: conexões Rio – Barcelona*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2016. 296p. parte 3, p. 213-228.

RIO DE JANEIRO (Estado). 21ª atualização - Mapa de risco da Covid-19: estado apresenta bandeira laranja com risco moderado. Rio de Janeiro, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2021/03/21-atualizacao-mapa-de-risco-da-covid-19-estado-apresenta-bandeira-laranja-com-risco-moderado#:~:text=Sa%C3%BAde%20RJ%20%2D%20Not%C3%ADcias%20%2D%2021%C2%AA%20atualiza%C3%A7%C3%A3o,bandeira%20laranja%20com%20risco%20moderado&text=A%2021%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20Mapa,Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro>. Acesso em: 23 de abr. 2021.

ROCCO, M. *A produção do espaço urbano pela perspectiva da criança: entre a brincadeira e o conflito na favela da Paz em São Paulo*. 2015.79f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3644>. Acesso em: 16 jul.2020.

SALES, R. C. C. *Gestão local, saneamento e participação popular: reflexões sobre o município de Duque de Caxias*. 1999. Dissertação (Mestrado em Mestrado Em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

SANT'ANNA, M. J. G. O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança. In: CARNEIRO, S. S.; SANT'ANNA, M. J. G (Org). *Cidades, olhares, trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.480p. parte II. p.167-191.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Editora Nobel, 1993.

SANTOS, N. C. F. A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, nº 271, Ano 54, p.8-13. Jul/Ago/Set, 2009. Disponível em:

<http://lam.ibam.org.br/predownload.asp?area=4&arq=Desordem.pdf&cod=undefined>. Acesso em: 13 set 2020.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M.; CERISARA, A. B. *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação*. Porto: Edições Asa, 2004. p. 9-34.

SARMENTO, M.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M.; Sarmento, M. *As crianças: contexto e identidade*. Braga: Centro de Estudos da Criança/ Universidade de Minho, 1997. p. 9-30.

SILVEIRA, L. A; RIBEIRO, M. A. Situando Duque de Caxias no contexto metropolitano da Baixada Fluminense: de cidade-dormitório a cidade plena. In: MARAFON, G.J.; RIBEIRO, M.A.(Orgs.). *Revisitando o território fluminense*, VI, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, p.209-258. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788575114575>>. Acesso em 27 julho 2020.

SOUZA, M. J. L. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento sócio-espacial. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Rio de Janeiro, n. 2/3, ano 8, p.25-39, Set/Dez.1994.

TORRES, A. C. ROCHA, F. SOUZA, R. N. Vacinação em Caxias para maiores de 60 anos, sem comprovante de residência, tem aglomeração e tumulto: 'Uma confusão'. *O Globo*. Rio de Janeiro, 5 mar.21. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/vacinacao-em-caxias-para-maiores-de-60-anos-sem-comprovante-de-residencia-tem-aglomeracao-tumulto-uma-confusao-24910981>. Acesso em: 23 abr. 2021.

TRAJETO entre o condomínio São Bento (Residencial Bolonha) e o CIEP 097- Carlos Chagas. Google Maps. Escala: 1:25 000. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/CIEP+Brizol%C3%A3o+Municipalizado+097+Carlos+Chagas+-+Avenida+Rep%C3%BAblica+do+Paraguai+-+Gramacho,+Duque+de+Caxias+-+RJ/Residencial+Bolonha+-+Av.+Governador+Leonel+de+Moura+Brizola,+N%C2%B0+9.300+-+S%C3%A3o+Bento,+Duque+de+Caxias+-+RJ,+25265-008/@-22.738217,-43.3255255,14z/data=!3m1!4m1!4m13!1m5!1m1!1s0x9970428210401d:0x2142bbd4340da55a!2m2!1d-43.3025099!2d-22.7495695!1m5!1m1!1s0x9971cb8572ddaf:0x8b0eb00019a14db4!2m2!1d-43.3134612!2d-22.7244347!3e3?hl=pt-BR&authuser=0>> Acesso em 27 maio 2020.

TRAJETO entre o condomínio São José (Residencial Volterra) e o CIEP 097- Carlos Chagas. Google Maps. Escala: Escala 1:20000. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir/CIEP+Brizol%C3%A3o+Municipalizado+097+Carlos+Chagas,+Av.+Rep%C3%BAblica+do+Paraguai,+S%2FN+-+Gramacho,+Duque+de+Caxias+-+RJ,+25050-570/Residencial+Volterra,+Estr.+do+Calundu,+700+-+Lote+8+-+Nossa+Sra.+do+Carmo,+Duque+de+Caxias+-+RJ,+25040-610/@-22.7472261,-43.3188268,15z/data=!4m1!4m13!1m5!1m1!1s0x9970428210401d:0x2142bbd4340da55a!2m2!1d-43.3025099!2d-22.7495695!1m5!1m1!1s0x99701b7db2cda7:0x5f0501f5ae877689!2m2!1d-43.324487!2d-22.750016!3e2?hl=pt-BR>. Acesso em: 23 set. 2020.

VALLADARES, L. P. *Passa-se uma casa: Análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, L. P. Gênese da favela carioca: A produção anterior às Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V.15, nº44, P.5-34, out.2000.

VOGEL, A.; VOGEL, V.; LEITÃO, G. *Como as crianças veem a cidade*. Rio de Janeiro: Flacso: Pallas.UNESCO, 1995.